

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
SAN TIAGO DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

PAULO HENRIQUE CAETANO GALVÃO

O aparato bélico da Coreia do Norte: uma análise do programa nuclear da dinastia Kim e da
dissuasão como estratégia de sobrevivência do regime

São Paulo

2021

PAULO HENRIQUE CAETANO GALVÃO

O aparato bélico da Coreia do Norte: uma análise do programa nuclear da dinastia Kim e da dissuasão como estratégia de sobrevivência do regime

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.
Orientador: Héctor Luis Saint-Pierre.

São Paulo

2021

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Galvão, Paulo Henrique Caetano.

G182 O aparato bélico da Coreia do Norte : uma análise do programa nuclear da dinastia Kim e da dissuasão como estratégia de sobrevivência do regime / Paulo Henrique Caetano Galvão. – São Paulo, 2021.

127 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Héctor Luis Saint-Pierre.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2021.

1. Coreia (Norte) – Política militar – Aspectos políticos. 2. Armas nucleares – Coreia (Norte) – Aspectos políticos. 3. Energia nuclear – Coreia (Norte) – Aspectos políticos. 4. Defesa – Coreia (Norte). I. Título.

CDD 355.03355193

PAULO HENRIQUE CAETANO GALVÃO

O aparato bélico da Coreia do Norte: uma análise do programa nuclear da dinastia Kim e da dissuasão como estratégia de sobrevivência do regime

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.
Orientador: Héctor Luis Saint-Pierre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho)

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho)

Prof^a. Dr^a. Juliana Bigatão Puig (Universidade Federal de São Paulo)

São Paulo, 30 de março de 2021.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a minha mãe, a meu pai (*in memoriam*), a meus irmãos e irmã pelo apoio incansável de sempre. Amo vocês!

Ao meu orientador, grande professor Héctor, pela inestimável ajuda desde o início de minha caminhada no San Tiago Dantas, ainda como aluno ouvinte. Muito obrigado pelo primoroso apoio acadêmico e pela presença amiga. Foi um enorme prazer.

Ao professor Samuel, querido companheiro de jornadas anteriores, minha eterna gratidão pelo auxílio e orientação. Parabéns pela forma brilhante como conduz este programa. Sua postura é um exemplo para todos nós, estudantes. À professora Juliana Puig, pelo acolhimento em meu estágio de docência e pelas valiosas contribuições a este trabalho.

Ao professor Paulo Pereira, pela enorme ajuda em meu projeto inicial de pesquisa no Dantas. Suas aulas foram fundamentais para que eu começasse a me familiarizar com as teorias de relações internacionais. Aos professores Alexandre Fuccille, Cristina Pecequilo, Reginaldo Nasser e Tullo Vigevani, pelas excelentes aulas ministradas durante o curso.

À Graziela Oliveira, exemplo máximo de dedicação e generosidade, pela incalculável e imprescindível ajuda na busca por fontes de pesquisa para este trabalho e na formatação do mesmo. À Giovana, Isabela e Fred, pela postura afável e por fazerem com que tudo funcione de forma leve e eficiente.

Aos queridos colegas de curso, pelo apoio e companhia nesta maravilhosa jornada. Aos colegas Jorge Rodrigues e Patrícia Borelli, pela valiosa ajuda na minha preparação para os exames de admissão. À Laís Azeredo e William Laureano, pela orientação na elaboração de meu projeto inicial de pesquisa, sobre imigração e refúgio.

Ao Heitor e à Flávia, por possibilitarem que, durante seis anos, eu experimentasse a sensação mais rica, prazerosa e importante da minha vida – ser pai. Obrigado pelo apoio que me deram no início desta caminhada. Vocês continuam aqui comigo, no lado esquerdo do peito. Pra sempre!

RESUMO

Analizamos a motivação e os objetivos do programa nuclear da Coreia do Norte. Acreditamos que este país, cuja população passa por privações alimentares, investiu mais de um quinto do PIB em defesa, durante décadas, por vários fatores, entre eles a permanência em estado de guerra formal com a Coreia do Sul, a doutrina de aversão a inimigos declarados, a percepção de isolamento diante de um mundo hostil e um culto ao exército como instituição fundamental do Estado. Entendemos que o aparato nuclear norte-coreano tem caráter dissuasório, amparados na assimetria entre os arsenais da Coreia do Norte e dos Estados Unidos, na conduta racional dos líderes da dinastia Kim durante as negociações e na manutenção, por parte de Pyongyang, de uma permanente atmosfera de incerteza. Analisamos também de que forma o domínio bélico nuclear norte-coreano impacta a sensibilidade dos Estados Unidos e se a posse de tal armamento foi o que garantiu a Kim Jong-un a chance de negociar com Donald Trump, entre outros temas, o abrandamento de sanções econômicas. Por fim, avaliamos a possibilidade de desnuclearização da Coreia do Norte, como desejam os Estados Unidos. Nossa hipótese é que a dinastia Kim considera a manutenção do aparato nuclear uma condição *sine qua non* para a sobrevivência do Estado e instrumento de barganha imprescindível para a suspensão das sanções e a consequente melhoria das condições econômicas e sociais do país.

Palavras-chave: Coreia do Norte. Armamento Nuclear. Dissuasão. Desnuclearização. Estados Unidos.

ABSTRACT

We analyzed the motivation and purposes of the North Korean nuclear program. We believe that this country, whose population undergoes food deprivations, invested more than one-fifth of its GDP on defense for decades due to many factors, like the permanence in a state of formal war with South Korea, a doctrine of aversion to declared enemies, a perception of isolation in the face of a hostile world and an army worship as a state fundamental institution. We understand that the North Korean nuclear apparatus has a deterrent character based on the asymmetry between North Korea's and United States' arsenals, on the rational behavior of the Kim's dynasty leaders during the negotiations and on the maintenance, by Pyongyang, of a permanent atmosphere of uncertainty. We also analyze how the North Korean nuclear realm impacts the United States' sensitivity and if the possession of such weaponry was what guaranteed Kim Jong-un the chance to negotiate with Donald Trump, among others issues, the slowdown of economic sanctions. At last, we evaluated the possibility of North Korea's denuclearization as the United States desire. Our hypothesis is that Kim dynasty considers the maintenance of its nuclear apparatus a *sine qua non* condition to the state's survival and a crucial bargaining chip to the sanctions suspension and the consequent improvement of the countries' economic and social conditions.

Keywords: North Korea. Nuclear Weapons. Deterrence. Denuclearization. United States.

RESUMEN

Analizamos la motivación y los objetivos del programa nuclear de Corea del Norte. Creemos que este país, cuya población pasa por privaciones alimentarias, invirtió más de un quinto del PIB en defensa, durante décadas, por varios factores, entre ellos la permanencia en estado de guerra formal con Corea del Sur, la doctrina de aversión a enemigos declarados, la percepción de aislamiento frente a un mundo hostil y un culto al ejército como institución fundamental del Estado. Entendemos que el aparato nuclear norcoreano tiene carácter disuasorio, amparado en la asimetría entre los arsenales de Corea del Norte y de los Estados Unidos, en la conducta racional de los líderes de la dinastía Kim durante las negociaciones y en lo mantenimiento, por parte de Pyongyang, de una permanente atmósfera de incertidumbre. Analizamos también de qué forma el dominio bélico nuclear norcoreano impacta la sensibilidad de los Estados Unidos y si la pose de tal armamento fue lo que garantizó a Kim Jong-un la oportunidad de negociar con Donald Trump, entre otros temas, la reducción de las sanciones económicas. Por último, evaluamos la posibilidad de desnuclearización de Corea del Norte, como desean los Estados Unidos. Nuestra hipótesis es que la dinastía Kim considera el mantenimiento del aparato nuclear una condición *sine qua non* para la sobrevivencia del Estado e instrumento de negociación imprescindible para la suspensión de las sanciones y la consecuente mejora de las condiciones económicas y sociales del país.

Palabras clave: Corea del Norte. Armamento Nuclear. Disuasión. Desnuclearización. Estados Unidos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – A Guerra da Coreia em quatro mapas.....	19
Figura 2 – Testes de mísseis balísticos norte-coreanos.....	48
Mapa 1 – Península coreana e entorno.....	60
Figura 3 – A disputa de “botões” entre Trump e Kim.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Aparato bélico das potências nucleares.....	44
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
BDA	Banco Delta Asia
CIA	Agência Central de Inteligência
COVID	Doença do Coronavírus
CPJ	Comitê para a Proteção dos Jornalistas
CVID	Desnuclearização Completa, Verificável e Irreversível
DMZ	Zona Desmilitarizada da Coreia
ESI	Estudos de Segurança Internacional
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
KCNA	Agência Central de Notícias da Coreia
KEDO	Organização de Desenvolvimento Energético da Península Coreana
LWR	Reator de Água Leve
MAD	Destruição Mútua Assegurada
NK in USA	Coreia do Norte nos Estados Unidos da América
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PSB	Corpo Político Social
PSI	Iniciativa de Segurança Contra a Proliferação
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SIPRI	Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PASSADO DE OPRESSÃO E RESENTIMENTOS.....	16
2.1	Guerra da Coreia: confronto fratricida.....	18
2.2	Juche: doutrina nacionalista norteia vida dos norte-coreanos	22
2.3	Doutrinação ideológica: fundamento do nacionalismo norte-coreano.....	28
3	A DISSUAÇÃO: SE QUERES PAZ, PREPARA-TE PARA A GUERRA	37
3.1	A dissuasão nuclear	40
3.2	A dissuasão como estratégia da Coreia do Norte	43
4	A RELAÇÃO EUA-COREIA DO NORTE	63
4.1	A primeira crise nuclear e o Acordo Quadro	65
4.2	A segunda crise nuclear	69
4.3	<i>Six Party Talks</i>: Coreia do Sul, China, Rússia e Japão nas negociações....	75
4.4	Barack Obama e a política de “paciência estratégica”	82
4.5	Trump e Kim Jong-un: farpas, afagos e poucos avanços	87
4.6	Desnuclearização: condições e possibilidades	92
4.7	O aparato nuclear como passaporte para o diálogo: o caso Iraque	98
4.8	O aparato nuclear como instrumento de barganha	99
4.9	A importância de conhecer o inimigo.....	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS.....	115

1 INTRODUÇÃO

[...] sem ter armas próprias, nenhum principado está seguro; ao contrário, fica ele totalmente sujeito à sorte, não havendo virtude que o defenda na adversidade.

Nicolau Maquiavel

O que leva um país, cuja população passa por privações alimentares, a investir mais de um quinto do PIB em defesa? A maneira caricatural e estereotipada¹ como a Coreia do Norte e seus líderes, normalmente, são retratados no ocidente, por meio de narrativas ideológicas (CUMINGS, 2004; PEREIRA, 2014) indicaria tratar-se de uma nação governada por loucos, lunáticos ou por um “homem-foguete”, como já afirmou Donald Trump, a respeito de Kim Jong-un. A forma como o antecessor do atual líder norte-coreano era descrito pela imprensa dos Estados Unidos não diferia muito. Segundo Bruce Cumings, “a julgar pela nossa mídia, a Coreia do Norte é o país que todo americano ama odiar. É liderada por Kim Jong-il, diagnosticado pela famosa expert Greta van Sustern² como ‘insano ou diabólico’” (CUMINGS, 2004, p. VIII, tradução nossa). Ao descrever Kim Jong-un, o embaixador extraordinário de Portugal em Pyongyang na década de 1990, José Manuel Duarte de Jesus, afirma que

*[...] sua aparência de jovem sorridente, onde transparece o gesticular e o riso de uma criança com qualquer problema psíquico, fazem os *media* internacionais perguntarem-se, face à aparente ameaça nuclear, se não estamos perante um meio louco, meio palhaço, a brincar com mísseis e armas nucleares. (JESUS, 2018, p. 69).*

Há, de fato, como sugere o diplomata português, algum elemento lúdico ou de loucura nessa situação ou a obtenção do domínio nuclear pela dinastia Kim é resultado de decisões racionais? Nossa intenção com este trabalho é compreender as motivações que levaram o país a desenvolver seu aparato bélico e os objetivos de Pyongyang a partir da obtenção de armas nucleares. Nossa argumentação é de que tal aparato tem caráter dissuasório. A resposta para um investimento tão grande na área da defesa nos parece estar numa somatória de fatores que

¹ Em artigo de 12 parágrafos publicado no jornal El País e republicado pelo O Estado de S. Paulo em setembro de 2017, o prêmio Nobel de Literatura Mario Vargas Llosa utiliza os seguintes termos para qualificar Kim Jong-un: gordinho, caricato, sátrapa pequeno e malcriado, macabro, cachorrinho de estimação, extremista, pobre diabo, inculto e de inteligência primária (LLOSA, 2017)

² Advogada, comentarista, ex-âncora da rede de TV CNN.

incluem a permanência em estado de guerra formal com a Coreia do Sul, a doutrina de aversão a inimigos declarados, a percepção, cada vez maior, de isolamento diante de um mundo hostil, e um culto ao exército como instituição fundamental do Estado.

Julgamos que a justificativa para essa pesquisa vai além do fato de lidarmos com o desenvolvimento de um aparato nuclear dentro de um sistema internacional anárquico, o que, por si só, já constituiria forte elemento de preocupação. Ao sintetizar o realismo de Morgenthau, Kissinger e Waltz, Fred Halliday lembra que os autores “tomam como ponto de partida a busca do poder dos Estados, a centralidade da força militar dentro desse poder e a inevitabilidade duradoura do conflito em um mundo de múltipla soberania” (HALLIDAY, 2007, p. 24). O que chama a atenção é que nosso objeto de estudo, um pequeno país do nordeste asiático, está longe de representar as grandes potências retratadas nas teorias realistas, mas, ainda assim, apesar de todas as assimetrias, tem conseguido negociar com os Estados Unidos por meio de estratégias dissuasórias. A constatação de que a Coreia do Norte é o único país signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear a ter abandonado o TNP aumenta a relevância de nossa pesquisa.

O fato de nosso objeto de estudo ser um país que controla informações por meio do cerceamento da imprensa, local e estrangeira, não prejudicou tanto o trabalho de pesquisa como nos pareceu à primeira vista. Apesar de a Coreia do Norte figurar na última colocação³ na classificação mundial de liberdade de imprensa (REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS, 2020) e ocupar o segundo posto⁴ entre as nações que mais utilizam a censura no mundo (COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS, 2019), diversos pesquisadores, ocidentais e orientais, se debruçaram, principalmente a partir dos primeiros anos do século 21, sobre questões ligadas ao desenvolvimento do aparato nuclear da dinastia Kim e às negociações entre Pyongyang e os Estados Unidos acerca da desnuclearização da península coreana. A existência de uma agência central de notícias da Coreia do Norte, a KCNA, com publicações regulares em inglês, contribuiu para a obtenção das posições oficiais de Pyongyang. Organizações como SIPRI, *Global Fire Power*, *The Acronym Institute for Disarmament*

³ Posição de número 180, atrás de Turcomenistão (179), Eritreia (178) e China (177). Os países com maior liberdade de imprensa, segundo a RSF, são: Noruega (1), Finlândia (2) e Dinamarca (3). O Brasil ocupa a posição de número 107 e os Estados Unidos, 45 (REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS, 2020).

⁴ A lista é liderada pela Eritreia (1). A Coreia do Norte (2) é seguida por Turcomenistão (3), Arábia Saudita (4) e China (5). “O levantamento é baseado na pesquisa do CPJ sobre o uso de táticas que vão desde a prisão e leis repressivas até a vigilância de jornalistas e restrições à internet e acesso à mídia social” (COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS, 2019).

Diplomacy, *KCNA Watch*, *The National Committee of North Korea* e *Korean Economic Institute* também foram importantes fontes de informação.

Outro desafio foi trabalhar em um ambiente em mutação. Ainda que o afastamento temporal seja aspecto importante a ser levado em consideração pelo pesquisador, Barry Buzan nos lembra a importância, também, de lidar com o presente quando nosso objeto de estudo refere-se a questões de segurança e defesa.

[...] os estudiosos de segurança se encontram no contexto do que é contemporâneo: se a segurança diz respeito ao que é urgente, então porque desperdiçar anos escavando o passado? Estudos de caso históricos são numerosos nos ESI e a história é a base para bancos de dados agregados, mas ambos são utilizados na tentativa de gerar teorias para o presente e para o futuro. (BUZAN, 2012, p. 386).

Acreditamos, no entanto, que, no contexto desta pesquisa, “escavar o passado” é fundamental para compreender os motivos que levaram a Coreia do Norte a desenvolver seu aparato nuclear. Julgamos que o comportamento da dinastia Kim em relação aos demais Estados se encaixa no que David Boucher chamou de tradição da razão histórica. Tal classificação,

[...] que reagrupa Rousseau, Burke, Hegel e Marx, liga a existência de todo código de comportamento ao contexto de sua emergência e de sua evolução e explica a política externa de um Estado por seu lugar no processo histórico e pela história de suas relações com os outros Estados. (BATTISTELLA, 2014, p. 50).

Utilizamos, portanto, como procedimento de pesquisa o método histórico⁵ que, segundo Prodanov e Freitas, ajustam o foco “[...] na investigação de acontecimentos ou instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje [...]” (2009, p. 46). Avaliamos que o contexto histórico em que o país está inserido traz elementos importantes

⁵ Nosso método de abordagem foi o indutivo, de acordo com Antonio Carlos Gil, o mais adequado para investigação nas ciências sociais (2006, p. 29), apesar das limitações em relação ao método dedutivo, por meio do qual “chega-se a conclusões verdadeiras [...]. Por meio da indução chega-se a conclusões que são apenas prováveis” (GIL, *apud* PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 38). Dessa forma, partimos da observação de fatos ou fenômenos cujas causas desejávamos conhecer (PRODANOV; FREITAS, 2009, p. 37).

que reforçam o argumento de que o aparato bélico nuclear da Coreia do Norte tem caráter dissuasório.

No primeiro capítulo deste trabalho, de número dois, analisamos, portanto, em que medida o passado de opressões como colônia do Japão, a guerra fratricida com participação dos Estados Unidos e o sentimento de isolamento após a dissolução da União Soviética influenciaram a corrida armamentista norte-coreana. Também abordamos nesta seção a doutrinação que fundamenta e traz coesão ao nacionalismo norte-coreano por meio da ideologia Juche, que “[...] reafirma a autossuficiência a qualquer custo, rejeita reformas que exigiriam aumento de dependência e insiste em uma ampla margem de segurança em primeiro lugar, talvez por meio de armamentos nucleares (ROZMAN, 2007, p. 28, tradução nossa). O eixo principal dessa doutrina é a política Songun, que distingue o exército como a mais importante instituição do regime.

No segundo capítulo de análise, de número três, tratamos das questões teóricas da estratégia da dissuasão. Lembramos, com ajuda de Raymond Aron (1979) e Patrick Morgan (2006), que ameaças de punição não se restringem ao universo militar. São tão antigas como a humanidade e estão presentes no cotidiano de todos nós. Abordamos, inicialmente, a dissuasão por meio de armas convencionais e, em seguida, tratamos da dissuasão nuclear. Destacamos, também, um aspecto fundamental na dissuasão, que é a chamada *second strike capability*, ou seja, para que a estratégia funcione é necessário que pelo menos uma parte do arsenal do ator em questão seja invulnerável a um primeiro ataque do inimigo (MORGAN, 2006, p. 80).

Em subseção deste capítulo, procuramos identificar se a dissuasão é utilizada como estratégia pela Coreia do Norte. Tentamos responder, nesta parte do trabalho, aquela que nos parece ser a argumentação principal de nossa pesquisa, que é o caráter defensivo do aparato nuclear norte-coreano. Trazemos um histórico do desenvolvimento do poderio bélico nuclear da Coreia do Norte, desde a construção do primeiro instituto de pesquisa de energia atômica, em 1952, erguido sob o pretexto da utilização energética para fins pacíficos, até a realização de testes com mísseis balísticos e aparatos nucleares nas duas primeiras décadas do século 21. Também aprofundamos a análise sobre os possíveis motivos que fizeram com que o regime buscasse o domínio nuclear, como a dissolução da União Soviética, a doutrina Bush do ataque preventivo, a inclusão no chamado “eixo do mal” e a invasão do Iraque por tropas dos Estados Unidos. Outro aspecto analisado é a capacidade de a Coreia do Norte atingir os Estados

Unidos e seus aliados, como Coreia do Sul e Japão, com armas nucleares ou com artefatos convencionais.

O último capítulo, de número quatro, trata da relação entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos, com destaque para as diversas tentativas frustradas de acordo entre os dois países, tanto nas conversações bilaterais, como o Acordo Quadro, quanto nas rodadas que incluíram outros atores, as chamadas Negociações a Seis, que envolveram Coreia do Sul, China, Rússia e Japão. A seção levanta também algumas questões teóricas relacionadas à negociação. A intenção foi verificar de que forma o poderio bélico norte-coreano impacta a sensibilidade da Casa Branca. Nossa argumentação é de que o aparato nuclear serviu de passaporte para que os líderes da dinastia Kim pudessem negociar, diferentemente do que aconteceu, por exemplo, com Saddam Hussein e Muammar Kadhafí. Buscamos, também, identificar os reais objetivos da Coreia do Norte nas negociações e a possibilidade de desnuclearização do país, como desejam os Estados Unidos. Nossa hipótese é de que Pyongyang enxerga seu aparato bélico nuclear como instrumento de barganha imprescindível para a sobrevivência do Estado e do regime socialista, bem como um elemento de pressão para suspender as sanções impostas pela ONU e pelos Estados Unidos e, conseqüentemente, melhorar as condições econômicas e sociais do país. Ainda em subseção deste último capítulo, tratamos de um aspecto importante que nos parece ter faltado aos negociadores dos Estados Unidos ao longo do tempo, que é o conhecimento profundo do inimigo.

2 PASSADO DE OPRESSÃO E RESENTIMENTOS

Um dos principais estudiosos da Coreia do Norte, Bruce Cumings nos lembra que “nenhuma sociedade pode ser entendida se não soubermos de onde ela vem” (2004, p. 128, tradução nossa). Cumings admite que a Coreia do Norte não é um local agradável, o que, para ele, não significa que não seja compreensível. Segundo Cumings, trata-se de

[...] um Estado anticolonial e anti-imperialista que surgiu após meio século de colonização japonesa e outro meio século de contínua confrontação com um hegemônico Estados Unidos e uma Coreia do Sul mais poderosa, com todas as distorções previsíveis - surgimento de um Estado guarnição, política totalitária, obstinação em relação ao exterior - e com extrema atenção às violações de seus direitos enquanto nação. (CUMINGS, 2004, p. 76, tradução nossa).

Raymond Aron nos oferece indícios para entender essa sociedade pelo funcionamento das sociedades em geral. Apesar de afirmar que o inimigo de ontem pode ser o amigo de hoje, e que “não pode haver uma política razoável sem a capacidade de esquecer” (ARON, 1979, p. 69), o sociólogo francês ressalta que “os atores internacionais deixam de ser sócios aceitáveis se os seus povos estão separados por lembranças penosas que não querem esquecer, ou pela dor de feridas que permanecem abertas” (ARON, 1979, p. 155). Lembranças penosas e feridas abertas não faltam ao povo norte-coreano⁶. “O Japão é nosso inimigo histórico número um”, revelou o então vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Coreia do Norte, em maio de 1995, ao embaixador extraordinário⁷ de Portugal no país, José Manuel Duarte de Jesus. Segundo Kim Yong-nam⁸, a colonização japonesa, entre 1910 e 1945, deixou marcas inesquecíveis no povo coreano (JESUS, 2018, p. 129). Foram décadas de “colonialismo brutal” (CUMINGS, 2004, p. 102, tradução nossa), com relatos de violência sexual contra mulheres, trabalhos forçados e deportações em massa. “O pequeno país foi historicamente ameaçado, saqueado, subjogado, atacado e explorado por seus vizinhos, que são maiores e mais poderosos em quase todos os aspectos” (FRANK, 2010, *apud* GEIGER, 2018, p. 26).

⁶ O histórico de hostilidades e de tentativas de domínio sobre a Coreia vem desde o final do século 16, com a Guerra Imjin, quando o país foi invadido e ocupado pelo Japão, entre 1592 e 1598. No final do século 19 e início do 20, as disputas pela influência sobre a Coreia motivaram duas guerras, a Primeira Sino-Japonesa, entre 1894 e 1895, quando a China perdeu seu domínio sob a península para o Japão; e o conflito entre o Japão e o império russo, de 1904 a 1905, em que estavam em disputa, além da Coreia, a região da Manchúria (GABRIEL, 2017).

⁷ Jesus foi embaixador de Portugal na China, entre 1993 e 1997, período em que esteve credenciado, também, na Coreia do Norte como embaixador plenipotenciário.

⁸ Excluídos os integrantes da dinastia que governa o país, Kim Yong-nam foi um dos principais dirigentes norte-coreanos entre 1998 e 2019, quando presidiu a Suprema Assembleia do Povo.

Bruce Cumings afirma que a Coreia do Norte “[...] é, antes de tudo, e acima de tudo, uma entidade anti-japonesa” e que o sentimento anti-japonês “[...] é martelado no cérebro de todos no país” (CUMINGS, *apud* BYMAN; LIND, 2010, p.53, tradução nossa).

Ao descrever as relações entre as Coreias, Japão e China, Evans Revere, do *Brookings Institution*, afirma que “a sombra do passado ainda governa os medos, as suspeitas e o modo como os países encaram os novos e os velhos problemas”. Katy Oh segue o mesmo raciocínio. “A história deu a cada um desses países amplas razões para não confiar em seus vizinhos e para o conflito” (GABRIEL, 2017). Desde pequenos, os norte-coreanos são ensinados a odiar não só os japoneses, mas também os norte-americanos. O próprio Kim Jong-il admitiu esta prática, com certo constrangimento, à então secretária de Estado dos Estados Unidos, em outubro de 2000, durante visita de Madeleine Albright à Coreia do Norte. “Nós não educamos direito nossas crianças. Elas são ensinadas a chamar seus cidadãos de ‘bastardos americanos’ em vez de, simplesmente, americanos”, disse Kim, de acordo com relato da secretária (JESUS, 2018, p. 140).

O documentário *Under the Sun*⁹, do diretor Vitaly Mansky, lançado em 2015, deixa isso bem claro. Uma das cenas mais longas do filme mostra uma professora, em sala de aula, fazendo com que meninas de sete anos de idade repetissem à exaustão frases que alimentam o ódio aos japoneses e norte-americanos. “O respeitado generalíssimo¹⁰ irá ensinar-vos a odiar os japoneses e todos os nossos inimigos, como fez na infância dele”, afirma a educadora. “Devemos odiar os japoneses, os americanos, as suas marionetes¹¹ e todos os outros inimigos”, reforça. O discurso prossegue, sempre com a repetição das alunas: “hoje, os patifes americanos e as suas marionetes querem destruir o nosso Estado socialista [...] com exercícios militares. Sim, ameaçam-nos com exercícios militares”¹². Na mesma aula, uma das alunas

⁹ O filme mostra o cotidiano de uma família de Pyongyang em que a filha, de 7 anos, está prestes a ingressar na “União das Crianças”. Todas as filmagens foram acompanhadas por dois funcionários do regime, mas o diretor, Vitaly Mansky, utilizou subterfúgios para driblar o controle dos norte-coreanos. O russo inseriu diversas cenas do tipo “*making of*”, que mostram como os supervisores interferiram no filme, indicando o que os integrantes da família deveriam fazer ou falar.

¹⁰ Como é chamado Kim Il-sung, avô de Kim Jong-un e fundador do regime dinástico da Coreia do Norte. Governou o país de 1948 a 1994.

¹¹ A referência é feita aos sul-coreanos.

¹² A afirmação faz alusão aos exercícios militares conjuntos realizados por Estados Unidos e Coreia do Sul e que foram suspensos em março de 2019, após o segundo encontro entre Donald Trump e Kim Jong-un, no Vietnã. As operações, chamadas de *Foal Eagle* e *Key Resolve*, chegavam a reunir 200 mil militares sul-coreanos e 30 mil norte-americanos. Apesar do encerramento das grandes operações, os dois países ainda pretendem realizar exercícios em pequena escala (EUA..., 2019). Os Estados Unidos mantêm cerca de 28.500 militares em território sul-coreano (COREIA..., 2020).

mostra que o ressentimento em relação aos japoneses continua vivo: “eles tornaram as nossas vidas insuportáveis”. A correspondente em Washington do jornal O Estado de S. Paulo, Cláudia Trevisan, destaca que

[...] a demonização dos Estados Unidos e a apresentação do arsenal nuclear como algo vital para a sobrevivência da Coreia do Norte estão no coração da propaganda da dinastia Kim, que permeia todos os aspectos da vida dos norte-coreanos desde a escola primária. (TREVISAN, 2018).

Enxergamos aqui o caráter consuetudinário da conduta estratégica e diplomática dos Estados, apontado por Aron. “A tradição postula, de geração em geração, certos objetivos, grandiosos ou longínquos, que os estadistas às vezes se recusam a esquecer [...]” (ARON, 1979, p. 111). Como esquecer, por exemplo, uma guerra iniciada na década de 1950 e que, oficialmente, ainda não acabou?

2.1 Guerra da Coreia: confronto fratricida

O ressentimento dos norte-coreanos em relação aos Estados Unidos deve-se, principalmente, à participação dos norte-americanos na Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953, ao lado dos sul-coreanos, como integrantes de uma força de intervenção militar da ONU. O anseio por soberania, alimentado pelo fim da opressão colonialista após a derrota do Japão na 2ª Guerra Mundial, fora frustrado pela divisão da península em meio à disputa entre Estados Unidos e União Soviética por zonas de influência no contexto da Guerra Fria.

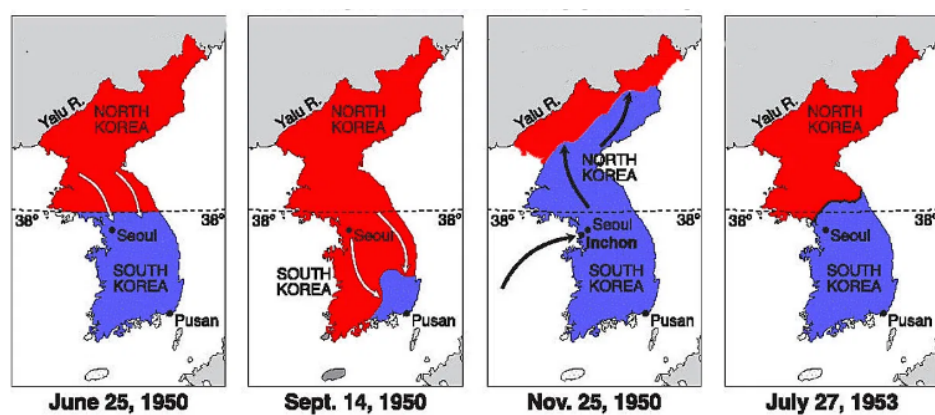
A Coreia foi liberada do colonialismo japonês, porém foi dividida em dois campos de confronto diferentes. Em resumo, o longo sonho de construir um Estado soberano moderno, garantido internacionalmente por normas de integridade territorial e de não intervenção, não se materializou durante o período da Guerra Fria. O colonialismo japonês teve fim, porém surgiram novos patronos, superpotências globais, confrontando-se. (CHUN, 2010, *apud* GEIGER, 2018, p. 33).

O avanço das tropas da Coreia do Norte em direção ao sul, em 25 de junho de 1950, foi precedido por diversas provocações da Coreia do Sul na região de fronteira, como

pequenas incursões, assassinatos de emissários e ameaças de invasão. As manobras militares preparatórias da Coreia do Norte eram visíveis, mas as tropas dos Estados Unidos nada fizeram para evitar que os norte-coreanos ultrapassassem o paralelo 38. Para Pereira e Visentini, o silêncio do então secretário de Estado norte-americano, John Forster Dulles, e do comandante das tropas dos Estados Unidos, general Douglas MacArthur, em relação às movimentações do norte tinha um objetivo claro: “Assim como em Pearl Harbor, um ‘ataque traiçoeiro’ precipitaria uma guerra legitimada” (PEREIRA; VISENTINI, 2014, p. 178). Uma legitimação que, vale ressaltar, não foi plena. Apesar de a reação ter ocorrido sob a chancela da ONU, a resolução do Conselho de Segurança que aprovou a intervenção foi assinada em uma sessão sem a presença dos representantes da União Soviética e da China. (JESUS, 2018, p. 48). Eric Hobsbawn sintetiza, em uma frase, o que se passava. “Abalados pela vitória comunista na China, os EUA e seus aliados (disfarçados como Nações Unidas) intervieram na Coreia em 1950 para impedir que o regime comunista do Norte daquele país se estendesse ao Sul” (HOBSBAWN, 1994, p. 234).

A figura a seguir ilustra os avanços durante a Guerra da Coreia. Os dois primeiros mapas representam a ofensiva por parte da Coreia do Norte. O terceiro retrata a contra-ofensiva sul-coreana, com ajuda das tropas dos Estados Unidos e da ONU. A última imagem mostra a contra-ofensiva norte-coreana, auxiliada por tropas chinesas.

Figura 1 – A Guerra da Coreia em quatro mapas



Fonte: Geografia Visual.

O impacto da guerra fratricida na memória dos coreanos não pode ser menosprezado. O conflito provocou a morte de mais de três milhões de norte-coreanos, um milhão de sul-coreanos e quase um milhão de chineses, além de cerca de 52 mil militares americanos (CUMINGS, 2004, p. 40). O horror transcende, no entanto, a matemática. A utilização de gás napalm, a execução sumária de inimigos de ambos os lados¹³, a devastação de cidades inteiras, incluindo a capital Pyongyang, e o uso de mulheres como escravas sexuais nos sugerem feridas difíceis de cicatrizar.

O relato do correspondente de guerras George Barrett, do *The New York Times*, sobre o impacto do napalm em uma vila ao norte de Anyang, na Coreia do Sul, dá uma ideia do que Bruce Cumings qualificou como “tributo macabro”. Segundo o jornalista,

os habitantes da vila e dos campos, todos mortos, permaneceram na exata posição que estavam quando foram atingidos pelo napalm – um homem prestes a subir em sua bicicleta, cinquenta meninos e meninas brincando em um orfanato e uma dona-de-casa, estranhamente sem marcas, segurando uma página arrancada de um catálogo da Sears-Roebuck [...]. (CUMINGS, 2004, p. 17, tradução nossa).

A ação do gás era tão devastadora que não poupava nem os soldados norte-americanos. O relato sobre o “fogo amigo” que atingiu uma dúzia de militares dos Estados Unidos foi feito por um ex-combatente durante uma conferência de veteranos:

[...] todos ao meu redor foram queimados. Estavam deitados, rolando na neve. Homens que eu conhecia, que marcharam e lutaram ao meu lado, imploravam para que eu atirasse neles. Foi terrível. A queimadura do napalm transformou a pele deles numa casca quebradiça que se descolava do rosto, braços e pernas ... como batatas fritas. (CUMINGS, 2004, p. 17, tradução nossa).

A devastação provocada pelos bombardeios norte-americanos foi descrita pelo húngaro Tibor Méray. O correspondente do jornal *Szabad Nép* disse ter presenciado coisas horríveis cometidas pelas forças norte-americanas, o que inclui ataques sobre alvos civis. “Tudo o que se movia na Coreia do Norte era alvo militar. Camponeses eram metralhados por

¹³Bruce Cumings afirma que os norte-coreanos também realizaram massacres durante a guerra, mas que “o Sul foi muito pior, e os Estados Unidos encobriram os crimes de seus aliados por cinquenta anos” (CUMINGS, 2004, p. 38-39).

pilotos que pareciam se divertir em atirar em alvos que se moviam”. De acordo com o jornalista, a impressão que tinha ao trafegar, à noite, pelas regiões atingidas pelos bombardeios era de que estava na lua. “Não havia mais cidades na Coreia do Norte [...], era só devastação” (CUMINGS, 2004, p. 30, tradução nossa).

Com base em um informe militar dos Estados Unidos sobre as consequências de um ataque aéreo a duas barragens na Coreia do Norte, o historiador Bruce Cumings afirma que “a Força Aérea ficou orgulhosa da destruição que criou”. O documento relatava que a enxurrada provocada pelo rompimento das instalações de Kusong e Toksan varrerá 27 milhas do vale abaixo e a inundação aniquilará as rotas de suprimento. A conclusão do informe era sombria: o “pavoroso significado que a perda da safra de arroz tinha para os asiáticos – fome e morte lenta” (CUMINGS, 2004, p. 28-29, tradução nossa).

A descrição de Cumings sobre as atrocidades cometidas durante a Guerra da Coreia inclui um relato secreto das autoridades norte-coreanas, “para consumo interno¹⁴”, dando conta da execução, por parte de autoridades sul-coreanas, de cerca de 29 mil pessoas. Segundo o documento, “famílias inteiras dos líderes norte-coreanos foram massacradas¹⁵”. Outros que supostamente colaboraram com o Norte teriam, junto com seus familiares, sido submetidos a trabalho escravo e “torturas terríveis”. O relato revela ainda que “trezentas mulheres comunistas e colaboradoras foram confinadas em bordéis, onde eram estupradas de forma contínua, dia e noite, por soldados sul-coreanos e americanos” (CUMINGS, 2004, p. 35, tradução nossa).

Apesar da morte de mais de três milhões de norte-coreanos, ante cerca de um milhão de sul-coreanos, da devastação da península, dos relatos de atrocidades, como massacres, fuzilamentos, estupros coletivos e trabalho escravo, a Coreia do Norte lembra, anualmente, a data de assinatura do armistício, 27 de julho, como o “Dia da Vitória”, feriado nacional no país. O discurso de Kim Jong-un, voltado para os veteranos da guerra, durante a comemoração da data, em 2020, evidencia o porquê da sensação de vitória e mostra, também,

¹⁴Bruce Cumings admite que o relato pode ser falso, mas pondera: “por que razão oficiais norte-coreanos iriam mentir para seus superiores em um material secreto interno?” (CUMINGS, 2004, p. 35, tradução nossa).

¹⁵O fuzilamento de 1.800 prisioneiros políticos norte-coreanos por autoridades sul-coreanas, na cidade de Suwon, foi relatado por um agente da CIA. Segundo ele, duas grandes escavadeiras construíram as covas. Os condenados chegaram em caminhões, com as mãos amarradas por trás do corpo. “Eles foram colocados em uma grande fila ao longo da beira da vala recém-aberta. Foram, rapidamente, atingidos por tiros na cabeça e empurrados para a cova” (CUMINGS, 2004, p. 34, tradução nossa).

como o regime se utiliza das memórias da guerra para enaltecer o que Kim chama de “milagre militar” contra agressores externos que ameaçavam a dignidade do país. “Nós interrompemos a ofensiva militar dos imperialistas dos Estados Unidos, que tinham se vangloriado de serem os mais fortes do mundo, e de suas forças vassalas e, ao custo de nosso sangue, defendemos nossos território e soberania”. Não à toa, a Guerra da Coreia é chamada pelos norte-coreanos de Guerra de Libertação da Pátria. Kim Jong-un nos revela, ainda, que o ressentimento em relação aos Estados Unidos continuava sendo nutrido e incentivado. Segundo ele, a guerra fez com que as pessoas permanecessem “determinadas a nunca esquecer a natureza brutal e agressiva do imperialismo dos Estados Unidos; todos nesta terra perderam um parente, um irmão ou irmã, um camarada de armas ou amigo, e sofreram terríveis desgraças e sofrimentos” (SUPREME..., 2020, tradução nossa).

2.2 Juche: doutrina nacionalista norteia vida dos norte-coreanos

Os 35 anos de dominação japonesa sob regime brutal e a experiência da guerra fratricida, alimentada por interesses externos de grandes potências, foram os principais elementos que justificariam a criação, em 1955, de uma doutrina nacionalista peculiar na Coreia do Norte. A Juche “[...] significa autoconfiança e independência em política, economia, defesa e ideologia” (CUMINGS, 2004, p. 158, tradução nossa). Trata-se de um conceito que antagoniza com o termo norte-coreano *sadaejujui*, considerado pejorativo, por representar servidão e dependência de um líder externo (GEIGER, 2018, p. 11). Há quem enxergue, também, na Juche uma tentativa de construção de uma narrativa, guardadas as devidas proporções, semelhante ao excepcionalismo nos Estados Unidos. Kim Il-sung “[...] ensinava aos coreanos que eles eram especiais – quase um povo escolhido – e que não precisavam mais depender de seus vizinhos poderosos” (DEMICK, 2013, p. 65).

De acordo com um dos tratados do fundador do Estado norte-coreano,

[...] estabelecer o *juche* significa, em resumo, ser o senhor da revolução e da reconstrução no próprio país da gente. Isso significa sustentar com firmeza uma posição independente, rejeitar a dependência de outros, usar o próprio cérebro, acreditar na própria força, mostrar o espírito revolucionário de autoconfiança. (SUNG, *apud* DEMICK, 2013, p. 65).

Para a jornalista Barbara Demick, ex-correspondente do *Los Angeles Times* em Seul, “[...] isso soava sedutor para um povo orgulhoso cuja dignidade tinha sido pisoteada durante séculos por seus vizinhos” (DEMICK, 2013, p. 65). Mas o sonho de independência fora logo frustrado. Segundo Han S. Park, “[...] quando o poder colonial japonês foi removido, não demorou muito para que a Guerra da Coreia introduzisse um outro poder ‘imperialista’, que ocupou a metade sul da nação e impôs uma ameaça constante à segurança da península”. Para Park, era natural, portanto, que a “[...] Juche tivesse início como uma doutrina antiestrangerista e de autodefesa”. O pesquisador lembra, no entanto, que o preparo ideológico não era suficiente para a defesa própria. “A espinha dorsal das premissas filosóficas da Juche sempre foi a autodefesa militar”. Park acrescenta uma frase costumeiramente dita por Kim Il-sung: “[...] um soldado sem uma arma é um espantalho, uma marionete” (2007, p.4, tradução nossa).

Um dos pilares da ideologia Juche é a política Songun, que significa “militares primeiro”, desenvolvida informalmente desde a década de 1960 por Kim Il-sung, fortalecida por Kim Jong-il, a partir de 1993, pouco mais de um ano antes da morte do fundador do Estado norte-coreano¹⁶, e finalmente oficializada com a promulgação da Constituição, em 1998. A carta coloca a Comissão de Defesa Nacional como órgão central do governo, ou seja, o “repositório de todo o poder e autoridade” (PARK, 2007, p.6, tradução nossa). Uma revisão da Constituição, feita em 2009, fortaleceu ainda mais a Comissão de Defesa Nacional como órgão decisório da Coreia do Norte (PEREIRA; VISENTINI, 2014, p. 185). O recado é claro: o texto fala em “[...] armar toda a população e transformar o país inteiro numa fortaleza” (CUMINGS, 2004, p. 1, tradução nossa). Tal preocupação vinha acentuando-se desde o início da década de 1990. Sem o escudo de proteção econômica e militar da União Soviética, dissolvida em 1991, a Coreia do Norte se viu diante da necessidade de incrementar seu sistema de defesa, inclusive no que se refere ao aparato bélico nuclear, assunto que abordaremos com detalhes mais adiante. Por ora cabe destacar a importância do exército na sociedade norte-coreana. De acordo com Han S. Park,

¹⁶ Kim Jong-il assumiu a presidência da Comissão de Defesa Nacional em abril de 1993, quinze meses antes da morte do pai, Kim Il-sung. Segundo Han S. Park, “isso sugere que o Kim sênior estaria pavimentando o caminho para que o júnior tivesse um controle firme dos militares durante seu reinado” (PARK, 2007, p. 6, tradução nossa).

[...] o exército não é apenas uma instituição designada para a função de defender o país contra a hostilidade externa. Em vez disso, provê legitimidade a todas as demais instituições do governo. Todos os objetivos políticos são articulados pelos militares e, então, disseminados às outras organizações com estratégias específicas e recomendações táticas para implementação. (PARK, 2007, p.1, tradução nossa).

A proeminência dos militares norte-coreanos foi destacada, também, numa entrevista à TV Comunitária do Rio de Janeiro, pelo presidente do Centro de Estudos da Política Songun no Brasil, Lucas Rubio, que esteve na Coreia do Norte em setembro de 2018:

[...] o exército é o condutor da revolução e as pessoas estão no exército. Para você ter uma ideia, se a Coreia do Norte tem 25 milhões de habitantes, metade dessa população já teve serviço militar e está agora, nesse exato momento, completamente pronta para entrar em guerra a qualquer instante. O país inteiro se transforma numa trincheira. A ideologia é preparar a sociedade inteira para uma possível guerra contra os Estados Unidos, mas ao mesmo tempo fazer com que o exército tome parte na construção socialista. Então, o exército vai pra rua fazer obras, vai pra rua participar da vida social nas escolas, nos hospitais, realizando trabalhos. O exército se torna parte da sociedade e a sociedade se torna parte do exército. (RUBIO, 2018).

Para o professor Park, o exército é o maior educador da sociedade norte-coreana. O pesquisador classifica a missão dos militares como uma “engenharia social”, que requer projetar a sociedade para o futuro e “[...] direcionar o curso das mudanças sociais para os objetivos desejados”. Segundo ele, “as normas e valores desejáveis para a sociedade são criadas pelos militares, que também são designados para disseminá-los à população” (PARK, 2007, p. 2, tradução nossa).

Além do trabalho ideológico, cabe ressaltar a presença ativa dos militares no cotidiano dos norte-coreanos. Cada unidade do exército é responsável por atender determinado grupo de moradores em suas mais corriqueiras necessidades, da reparação de sistemas de esgoto ao conserto de utensílios domésticos ou até mesmo na instalação de uma simples torneira. A propaganda da política Songun prega que “nenhum problema é tão grande ou tão pequeno que o exército não possa resolver”. Para o professor Han S. Park, a mensagem passada pelo governo da Coreia do Norte é clara: “sem os militares, as pessoas não conseguiriam sustentar sua existência” (2007, p. 2, tradução nossa). Segundo o pesquisador, “[...] a doutrina Songun produziu um sistema de crenças no qual o público deve seguir os militares porque os militares estão sempre certos” (PARK, 2007, p. 3, tradução nossa). Afastados da capital, Pyongyang, ou

mesmo das escolas, moradores das pequenas vilas e cidades norte-coreanas têm, nos militares, seus principais professores. “Quando os soldados estão fora do quartel, eles têm, essencialmente, a atribuição, em suas cidades, de ensinar os aldeões de forma que os cidadãos estejam preparados para continuar a ‘revolução’ de forma tão efetiva quanto os próprios soldados” (PARK, 2007, p. 2, tradução nossa).

A importância que a Coreia do Norte dá ao exército pode ser medida, também, pelo tamanho relativo da força armada. De acordo com o site *Global Fire Power*, o país contava, em 2020, com 25,381 milhões de habitantes e um total de 1,28 milhão de militares na ativa, o que representava 5% da população. A disparidade em relação aos dados da Coreia do Sul é grande. No mesmo período, as forças armadas ativas sul-coreanas correspondiam a apenas 1,1% da população do país: 580 mil combatentes, de um total de 51,418 milhões de habitantes¹⁷. Ou seja, com cerca de metade da população dos vizinhos, os norte-coreanos tinham, aproximadamente, o dobro de militares na ativa.

Os gastos com defesa na Coreia do Norte em relação ao PIB do país também estiveram muito acima da média mundial, que é de 2,2%¹⁸ (SIPRI, 2020, p. 10), por um longo período. No final da década de 1960, Pyongyang já empenhava de 15% a 20% de seu PIB com gastos militares, enquanto a Coreia do Sul destinava cerca de 5% de seu Produto Interno Bruto para a defesa (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 130). Em 2003, o pesquisador Sharif Shuja destacava que o país estava investindo 22% do PIB em defesa, ante 3,8% na Coreia do Sul, mas que, em termos absolutos, o montante representava apenas metade do que os sul-coreanos empenhavam nos gastos militares. Shuja acreditava, à época, que os norte-coreanos não teriam fôlego econômico para sustentar esse percentual por muito tempo (2003, p. 275). Ledo engano. Catorze anos depois, o pesquisador da Anistia Internacional para o Leste Asiático Arnold Fang afirmava que os norte-coreanos continuavam empenhando cerca de 22% do Produto Interno Bruto em defesa: “As pessoas são destacadas para o exército por

¹⁷Para efeito de comparação, aqui vão os dados do Brasil, segundo o *Global Fire Power*: população (208,846 milhões); militares na ativa (334,5 mil) e militares na reserva (1,340 milhão). Isso significa que, com cerca de 12% da população brasileira, a Coreia do Norte tinha, em 2020, 3,8 vezes mais militares na ativa.

¹⁸Em termos absolutos, no entanto, a diferença entre os gastos em defesa dos Estados Unidos (3,42% do PIB) e da Coreia do Norte é enorme. O orçamento previsto para os Estados Unidos, em 2020, era 468 vezes maior do que a expectativa de gastos dos norte-coreanos. Eram US\$ 750 bilhões contra US\$ 1,6 bilhão (GLOBAL FIREPOWER, 2020). No Brasil, a estimativa para 2020 era de US\$ 27,8 bilhões, o que representava cerca de 1,5% do PIB. A Política Nacional de Defesa, enviada em julho de 2020 ao Congresso Nacional, propôs a elevação dos gastos militares para o patamar de 2% do PIB (BRASIL, 2020).

um longo período. Pode ser, facilmente, por sete anos e eu ouvi alguns casos em que as pessoas ficam por dez anos no exército” (CRAW, 2017, tradução nossa).

Os graves problemas econômicos que a Coreia do Norte passou a enfrentar a partir de 2017¹⁹, que serão abordados à frente com mais detalhes, e o fato de que a manutenção de um aparato bélico nuclear é bem menos dispendiosa do que o processo²⁰ de pesquisa e desenvolvimento de tal arsenal²¹ fizeram com que a porcentagem do Produto Interno Bruto destinada à defesa tenha diminuído em 2019 para algo em torno de 8,8%, já que o PIB do país foi estimado em US\$ 18 bilhões (NORTH..., 2020) e as despesas militares, em US 1,6 bilhão (GLOBAL FIREPOWER, 2020). Em reportagem publicada no site australiano *news.com* em 2017, Arnold Fang destacou que a proporção elevada de gastos com defesa fazia com que outros serviços públicos fossem comprometidos. O título da matéria dá a medida do descompasso entre o orçamento militar e o atendimento de necessidades básicas da população, como alimentação e energia elétrica: “Coreia do Norte tem gasto colossal de 22% do PIB em defesa apesar de apagões e população faminta” (CRAW, 2017, tradução nossa).

Um relatório publicado em maio de 2019 pelo Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos (ACNUDH) indicava que os problemas permaneciam. De acordo com as Nações Unidas, cerca de 10,9 milhões de pessoas sofriam de subnutrição ou insegurança alimentar na Coreia do Norte. O total representava cerca de 43% da população²². “Os direitos à alimentação, saúde, moradia e liberdade são universais e inalienáveis, mas, na Coreia do Norte, eles dependem primeiramente da capacidade de indivíduos subornarem autoridades

¹⁹De acordo com o Banco Central da Coreia do Sul, o PIB norte-coreano registrou, em 2018, uma queda de 4,1%, a maior baixa em 21 anos. No ano anterior, a economia do país já havia tido contração de 3,5% (ECONOMIA, 2019). Em, 2019, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, o Produto Interno Bruto da Coreia do Norte registrou alta de 1,8% (UNCTAD, p. 178, 2020). Segundo o site *Trading Economics*, a alta foi de 0,4% (NORTH ..., 2020).

²⁰O desenvolvimento do programa bélico nuclear da Coreia do Norte, desde o início, em 1952, será tratado em detalhes mais adiante neste trabalho.

²¹“Caras para desenvolver, (as armas nucleares) eram baratas para serem mantidas”, afirmou Patrick Morgan, ao relatar como a URSS, durante a Guerra Fria, percebeu que os gastos para manutenção de um arsenal atômico seriam muito menores do que os destinados ao aparato convencional, que envolvia “enormes exércitos, grande número de carros de combate, aviões, peças de artilharia e imensas reservas” (MORGAN, 2006, p. 88-89, tradução nossa).

²²No Brasil, a insegurança alimentar, em 2017 e 2018, atingiu 40,9% da população, segundo o IBGE, o equivalente a 84,9 milhões de pessoas. Desse total, 56 milhões residiam em domicílios com insegurança alimentar leve; 18,6 milhões com insegurança alimentar moderada; e 10,3 milhões com insegurança alimentar grave, quando “há redução quantitativa severa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores” e “a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio” (CAMPOS, 2020).

estatais” (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2019), afirmou a alta-comissária da ONU para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile.

Em fevereiro de 2019, o próprio governo da Coreia do Norte pediu ajuda à ONU para enfrentar a escassez de alimentos no país. A estimativa dos norte-coreanos era de um déficit anual de 1,4 milhão de toneladas de arroz, trigo, batata e soja. De acordo com o Programa Mundial de Alimentos, da ONU, uma em cada cinco crianças na Coreia do Norte tinha problemas de crescimento por causa da desnutrição crônica. Vale lembrar que a falta de abastecimento provocou uma tragédia de enormes proporções na Coreia do Norte na década de 1990. Enchentes gigantescas, em 1995 e 1996, seguidas de uma enorme seca no ano seguinte, arrasaram as plantações norte-coreanas. Não há consenso sobre o número de vítimas da chamada “marcha penosa”. Segundo Bruce Cumings, há quem diga que morreram dois milhões de pessoas. O pesquisador acredita, no entanto, em cerca de 500 mil mortos²³. O fato de os eventos climáticos terem ocorrido três anos após o colapso da União Soviética agravou a situação. Com a dissolução das repúblicas socialistas, a Coreia do Norte havia perdido o petróleo subsidiado pela URSS, os insumos para as fábricas de fertilizantes e cimento, e também as peças de reposição para os maquinários, ou seja, agricultura e indústria já passavam por um momento de drástica redução de produtividade (PEREIRA; VISENTINI, 2014, p. 183).

A relação entre essa dependência da União Soviética e a busca por autonomia foi abordada pelos professores Analúcia Danilevicz Pereira e Paulo Fagundes Visentini. Para eles, a ênfase da doutrina Juche na autoconfiança, na independência e no emprego das próprias forças “parecia paradoxal, considerando-se que a tensão existente na península (tropas americanas e armas nucleares no sul) demandava apoio chinês e soviético para a segurança do norte” (2014, p. 188). Eles lembram, no entanto, que, mais do que autossuficiência, a ideia Juche postula autonomia. Sobre essa questão, acreditamos que os anseios norte-coreanos naquele momento possam ser enquadrados no conceito de soberania

²³O total consta de um trabalho da esposa de Cumings, Meredith Woo-Cumings. Segundo o pesquisador, trata-se, em sua “opinião imparcial”, da melhor pesquisa feita sobre a fome na Coreia do Norte. O autor destaca, porém, que, em 1997, o vice-presidente da World Vision, Andrew Natsios, disse a repórteres que o país “perdeu de 500 mil a um milhão de habitantes para a fome e que, se eles tivessem nas mãos todas as informações, o total poderia chegar perto de dois milhões, o que seria cerca de 10% da população” (CUMINGS, 2004, p. 178, tradução nossa). Hwang Jang-yop, ex-integrante do alto escalão do governo da Coreia do Norte e um dos desertores mais conhecidos, afirmou que estimativas internas apontavam para um total de mortos entre 1 milhão e 2,5 milhões (DEMICK, 2013, p. 401).

definido por Kenneth Waltz, para quem “ser soberano e ser dependente não são condições contraditórias”. Segundo Waltz, “[...] a soberania dos Estados nunca implicou o seu isolamento dos efeitos das ações de outros Estados”. Ou seja, “[...] dizer que um Estado é soberano significa que ele decide por si mesmo como irá enfrentar os seus problemas internos e externos, incluindo se quer ou não procurar a assistência de outros [...]” (WALTZ, 2002, p. 135-136). O que nos parece, portanto, é que a disseminação da doutrina Juche configura a busca da Coreia do Norte por autodeterminação e autodefesa. Busca essa que se transformaria em necessidade a partir da década de 1990, com a dissolução da União Soviética.

2.3 Doutrinação ideológica: fundamento do nacionalismo norte-coreano

Apesar de concordarmos com o professor Han S. Park de que a doutrinação ideológica não era suficiente para prover segurança à Coreia do Norte, por isso a ênfase nas questões militares e de defesa, não podemos subestimar a importância desse aspecto como elemento de coesão necessário para a construção de uma unidade em torno do regime. Os dois principais líderes da Coreia do Norte, o fundador do Estado Kim Il-sung e seu filho Kim Jong-il²⁴, tinham plena consciência do papel fundamental que a ideologia exercia no desenvolvimento do nacionalismo norte-coreano. A queda do Muro de Berlim, a dissolução da União Soviética, o desaparecimento dos países socialistas na Europa e a absorção da Alemanha Oriental pelo ocidente foram extremamente alarmantes para as lideranças norte-coreanas. “Kim Il Sung atribuiu essa enorme mudança no cenário político à falta de solidariedade e coesão ideológica entre os socialistas e, por isso, passou a reforçar ainda mais a educação política e acelerar seu aparato militar (PARK, 2007, p. 4, tradução nossa). Para Kim Jong-il, que assumiu o comando do Estado norte-coreano em 1994, a queda da URSS ocorreu por falta de doutrinação da juventude. De acordo com ele, “a consciência desempenha um papel decisivo na atividade do ser humano. [...] O fator básico que dá ímpeto ao desenvolvimento social deve ser sempre adscrito à consciência ideológica” (PEREIRA; VISENTINI, 2014, p. 180). Tais afirmações explicam a forma como as crianças são ensinadas na Coreia do Norte, como mostra o documentário *Under the Sun*, citado anteriormente.

²⁴Avô e pai do atual líder, Kim Jong-un.

Park ressalta que a doutrina Juche atingiu seu ápice no final da década de 1980 ao assimilar o conceito de “corpo político-social” (PSB, na sigla em inglês), que prega o desenvolvimento humano a partir da transformação da pessoa de um ser biológico para um ser social. “O ser biológico é repleto de desejos instintivos por conforto físico. O ser social é, no entanto, carregado de consciência social e política” (PARK, 2007, p. 3, tradução nossa). De acordo com Park, “a noção de que os indivíduos não são dignos de viver se forem privados de sua nacionalidade tem sido promovida de forma tão persuasiva que a lealdade completa à nação é considerada natural” (PARK, *apud* CUMINGS, 2004, p. 159, tradução nossa). O ex-vice-ministro para Assuntos Estrangeiros Kang Sok ju, reforça que a Coreia do Norte “valoriza a soberania mais do que a vida” (THREATS..., 2002). Tal lealdade é conseguida por uma educação que destaca a organização e a disciplina como atributos indispensáveis para que a união e a solidariedade não sejam comprometidas. “No sistema coletivo da casta norte-coreana, indivíduos existem apenas para o grupo, ainda que, de forma semelhante, o grupo exista somente para seus membros” (PARK, 2007, p. 5, tradução nossa).

Apesar da enorme ênfase no caráter coletivo da sociedade norte-coreana, há no país um extraordinário culto à personalidade dos líderes, principalmente em relação ao fundador do Estado, Kim Il-sung. A imagem do avô de Kim Jong-un está representada em mais de 34 mil monumentos, o mais grandioso deles com quase 20 metros de altura²⁵, e a foto dele está “virtualmente em todo lugar”, inclusive em broches fixados às roupas, adereço obrigatório à vestimenta diária da população (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 25, tradução nossa).

Segundo Michael O’Hanlon e Mike Mochizuki, “[...] a máquina de propaganda estatal construiu e repete mitos absurdos [...]” (2003, p. 24, tradução nossa) em relação a Kim Il-sung e Kim Jong-il. “Às vezes os mitos são elaborados sob um núcleo de verdade, mas, às vezes são pura fabricação” (p. 24, tradução nossa). De acordo com os autores, “essa lavagem cerebral patrocinada pelo Estado tem obtido sucesso notável entre uma audiência cativa e isolada, que culpa o mundo exterior pela maioria de seus problemas e reverencia seus líderes” (p. 25, tradução nossa). O’Hanlon e Mochizuki afirmam, no entanto, que, “é, também,

²⁵Situado em frente ao Museu da Revolução Coreana, o Grande Monumento Mansudae é composto pelas estátuas de Kim Il-sung e de seu filho, Kim Jong-il, ambas com 19,8 metros de altura (65 pés). A imagem do fundador foi erguida em 1972, em comemoração ao aniversário de 60 anos do “Grande Líder”. A estátua de Kim Il-sung foi inaugurada em 2012, logo após a morte do “Querido Líder”, no ano do centenário de nascimento de Kim Il-sung. “Visitantes estrangeiros são avisados que qualquer sinal de desrespeito não será tolerado. Ofensas incluem imitar a posição da estátua ou fotografar apenas os pés” (HARRIS, 2007, p. 18).

provavelmente verdadeiro que centenas de milhares (de norte-coreanos) que perderam membros da família devido ao estado de terror e à fome não considerem a pessoa conhecida como ‘Querido Líder’²⁶ tão querida assim” (p. 25-26, tradução nossa).

Andrew O’Neil tem uma visão diferente. Ele admite que o povo norte-coreano “está sujeito ao mais intenso processo de doutrinação ideológica de toda a história” (O’NEIL, 2007, p. 69, tradução nossa), mas destaca que,

[...] como alguns visitantes ocidentais observaram, parece haver um forte e genuíno senso de coesão nacionalista entre os cidadãos comuns norte-coreanos, que é reforçado periodicamente pela ideia de que potências externas têm a intenção de minar a soberania da Coreia do Norte. (O’NEIL, 2007, p. 69, tradução nossa).

Para O’Neil, não há dúvidas de que o regime norte-coreano é repressivo – “movimentos para dentro ou fora do país são rigorosamente limitados, (e) a população permanece afastada de qualquer interação com o mundo externo”²⁷ – mas, de acordo com o professor australiano, tal regime “goza do que parece ser um apoio doméstico autêntico de muitos norte-coreanos contra o que eles consideram ser um ambiente externo hostil” (2007, p. 69, tradução nossa).

O professor Han S. Park concorda com essa visão. Para ele, “[...] é errado concluir que o regime sustenta-se apenas por causa da opressão e da liderança militar brutal, que silencia qualquer voz contrária”. O pesquisador diz que Songun é “[...] o produto de circunstâncias históricas e políticas singulares [...]”, ou seja, muito mais do que um slogan político ou o fato de que o exército detém todo o poder. Segundo Park, o que torna a sociedade norte-coreana inteligível é compreender que Songun é uma “[...] ideologia filosófica penetrante que sustenta toda a estrutura e o funcionamento da sociedade [...]”. O pesquisador vai além, ao sugerir que o apoio dos norte-coreanos ao programa nuclear é genuíno. “É um equívoco [...] acreditar que

²⁶ Como é chamado Kim Jong-il.

²⁷ De acordo com o pesquisador da Anistia Internacional para o Leste Asiático Arnold Fang, cidadãos comuns norte-coreanos têm acesso restrito a apenas 28 sites controlados pelo governo, a menos que vivam perto da fronteira com a China, onde possam acessar a internet do país vizinho. “O acesso à informação do mundo externo é praticamente zero, pelo menos por vias oficiais, já que a mídia não é livre e se você acessa mídias de fora, especialmente da Coreia do Sul, você pode ser punido severamente” (CRAW, 2017, tradução nossa).

os líderes impulsionam os programas armamentistas, *apesar* da insatisfação e do descontentamento da população” (PARK, 2007, p. 7, tradução nossa, grifo nosso).

A existência ou não de componentes genuínos no apoio dos norte-coreanos ao programa nuclear e ao regime como um todo, apesar do ambiente opressivo, nos parece depender da forma como a população enxerga as possíveis ameaças externas. Antes de analisar a questão tendo como objeto o povo norte-coreano, acreditamos ser importante mover o foco para o nível estatal. Partindo do pressuposto defendido por Héctor Luis Saint-Pierre de que a ameaça é um fenômeno perceptivo, ou seja, que manifesta-se no receptor, nos parece fundamental examinar os motivos que levariam o Estado norte-coreano a sentir-se ameaçado a ponto de empenhar, por tanto tempo, mais de um quinto de seu PIB na área de defesa. Segundo Saint-Pierre,

[...] a percepção que este (o Estado) terá de suas ameaças dependerá de sua história, de sua geopolítica, das características de seus vizinhos, de seus interesses nacionais e projeção internacional, de suas vulnerabilidades e potencialidades e, mais especificamente, da qualidade e robustez de sua estrutura de defesa. (SAINT-PIERRE, 2018, p. 11, tradução nossa).

Como já indicamos neste trabalho, há diversos aspectos históricos e geopolíticos que nos parecem explicar o temor dos norte-coreanos em relação ao ambiente externo. Além dos ressentimentos em relação ao Japão, por 35 anos de colonização brutal e opressiva, e aos Estados Unidos, pelos horrores da guerra fratricida, cabe lembrar outros episódios que colaboraram para aumentar a sensação de insegurança por parte da dinastia Kim. Nos referimos à dissolução da União Soviética, em 1991; à estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos conhecida como “Doutrina Bush”, que insere a possibilidade de “ataque preventivo”, seguida da inclusão da Coreia do Norte no chamado “eixo do mal”, em 2002; e à invasão do Iraque, em 2003, eventos que reforçam a hipótese defendida por diversos autores de que a política de defesa da Coreia do Norte moveu-se, ao longo de décadas, pela necessidade, cada vez maior, de autoproteção em relação a um ambiente externo hostil (CHA, 2012, p. 82; HUSENICOVA, 2018, p. 73, 80; JESUS, 2018, p. 106; KWAK, 2007, p. 29; O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 34; O’NEIL, 2007, p. 70, 73; OLSEN, 2007, p. 47; PARK, 2013, p. 185; PEREIRA; VISENTINI, 2014, p. 188; SHUJA, 2003, p. 274-275; SNYDER, 1997, p. 75; TOWN; WIT, 2013; ZAKARIA, 2017). Tais episódios serão abordados com maior profundidade, mais à frente, quando analisaremos a existência de

elementos dissuasórios na estratégia de defesa norte-coreana. Por ora, ampliaremos o foco, na linha defendida por Kenneth Waltz (1957) para melhor compreender as relações internacionais, e moveremos nosso objeto de análise do nível estatal para o dos indivíduos.

Como afirmamos anteriormente, acreditamos que a autenticidade do apoio da população norte-coreana ao regime depende da forma como esse povo avalia as ameaças externas. Cabe ressaltar, no entanto, que para conquistar e reforçar este suporte, o regime se utiliza da doutrinação ideológica e do culto à personalidade dos líderes como instrumento de coesão. Tal prática faz parte do cotidiano dos norte-coreanos. Pela manhã, alto-falantes espalhados pela capital, Pyongyang, reproduzem canções patrióticas. Não há publicidade, mas, além das já destacadas imagens de Kim Il-sung e de Kim Jong-il, slogans que enaltecem os feitos dos líderes são comuns em prédios, monumentos e outdoors (HARRIS, 2007, p. 15). As mensagens podem ser vistas, também, nas encostas de morros. A colina que divide as cidades de Namyang e Sanbong, no norte do país, traz, em letras enormes, a seguinte inscrição: “Saudação ao herói legendário, general Kim Jong-il”. (idem, *ibidem*, p. 137, tradução nossa).

Nas salas de aula, como nos mostrou o documentário *Under the Sun*, as crianças são instadas a repetir inúmeras vezes frases que exultam a dinastia Kim e pregam o ódio aos japoneses e norte-americanos.

Pela maneira de vestir, pelas atitudes e pela perfeição da execução de cada um nas diversas matérias, mais julgamos não estar em presença de crianças, mas de autômatos. A impressão geral é duma sociedade *orwelliana*, uma prisão quase de luxo onde o espaço da iniciativa ou criatividade desapareceu irremediavelmente. (JESUS, 2018 p. 113, grifo nosso).

José Manuel Duarte de Jesus afirma ter ficado impressionado com o condicionamento psicológico de toda a sociedade; com o fato, por exemplo, de as pessoas chorarem frequentemente quando o ‘grande líder’ é invocado (JESUS, 2018, p. 114).

Cenas verdadeiramente teatrais, como eu próprio e a minha mulher presenciámos depois da morte de Kim Il-sung, desde as lágrimas nos olhos ao choro compulsivo, eram um fenómeno que nos espantava, tanto em crianças da mais tenra idade como em adultos ou idosos, civis ou militares. (JESUS, 2018, p. 60).

Pesquisador russo, especialista em estudos coreanos, Andrei Lankov nos mostra que, na escola norte-coreana, o teor nacionalista está presente em todas as disciplinas. A questão a seguir foi extraída de um livro de matemática da escola primária: “os bravos tios do Exército do Povo Coreano destruíram seis tanques dos lobos bastardos americanos. Depois, eles destruíram mais dois. Quantos tanques eles destruíram no total?” (LANKOV, *apud* BYMAN; LIND, 2010, p. 54, tradução nossa). Outra questão, extraída de um livro de matemática da 1ª série, traz um exemplo de como o ressentimento em relação aos japoneses é cultuado desde a infância:

Uma garota está atuando como mensageira para nossas tropas durante a guerra contra a ocupação japonesa. Ela leva mensagens numa cesta que contém cinco maçãs, mas é detida numa barreira por um soldado japonês. Ele rouba duas maçãs dela. Quantas restam? (DEMICK, 2013, p. 161).

Ao analisarem possíveis ameaças internas ao regime norte-coreano, Daniel Byman e Jennifer Lind afirmam que a dinastia Kim se utiliza de três ferramentas de controle autoritário (PARK, 2013, p. 189). São elas: políticas sociais restritivas,

[...] para construir uma sociedade em que dissidências organizadas são perigosas e difíceis, para não dizer impossíveis; [...] manipulação de ideias e informações, para reforçar a legitimidade do regime e enfraquecer potenciais oponentes; e uso severo da força, para deter ou esmagar potenciais resistências. (BYMAN; LIND, 2010, p. 47, tradução nossa).

Tendo em vista que nosso objetivo, nesta seção do trabalho, é identificar a existência ou não de componentes autênticos no apoio dos norte-coreanos à dinastia Kim, concentraremos nossa análise, agora, na segunda ferramenta citada pelos autores: a manipulação de ideias e informações. Não há imprensa livre na Coreia do Norte. Toda a mídia é controlada pelo governo, inclusive rádios e televisões.

Mesmo depois de conseguir entrar no país, descobri que fazer reportagens ali era quase impossível. Jornalistas ocidentais eram acompanhados por ‘guarda costas’ cujo trabalho era garantir que nenhuma conversa não autorizada ocorresse e que os visitantes se restringissem a um itinerário de documentos cuidadosamente selecionados. (DEMICK, 2013, p. 11).

O acesso à internet, como já destacado, é reservado a uma minoria e, ainda assim, os computadores são permanentemente monitorados. Aparelhos de televisão têm de ser registrados no Gabinete de Inspeção de Ondas Elétricas e, caso sejam de fabricação estrangeira, têm “seus seletores de canais bloqueados” e são “preparados para sintonizar apenas as emissoras governamentais” (DEMICK, 2013, p. 253). Telefones celulares também não permitem acesso à internet. Servem, apenas, para ligações e troca de mensagens de texto (SANT’ANNA, 2018). Viajar para fora do país é para poucos. Estrangeiros que chegam à Coreia do Norte são proibidos de manter contato espontâneo com a população, se estiverem desacompanhados (BYMAN; LIND, 2010, p. 54-55).

Como já destacado por Barbara Demick, jornalistas de fora do país têm pouca liberdade de ação.

Jeremy Koh, do Channel News Asia, relatou [...] que passaram o tempo a visitar a capital, mas sempre acompanhados de funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e todas as visitas e programas eram rigorosamente preestabelecidos pelas autoridades coreanas. (JESUS, 2018, p. 75).

De acordo com o Comitê para a Proteção dos Jornalistas,

[...] o artigo 67 da Constituição do país pede liberdade de imprensa, mas quase todo o conteúdo dos jornais, periódicos e de serviços de radiodifusão da Coreia do Norte vem da Agência Central Coreana de Notícias (KCNA), que se concentra nas declarações e atividades da liderança política. (COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS, 2019).

Tais condições nos levam a considerar a existência de uma Coreia do Norte mais desconhecida ainda, fora dos limites da capital Pyongyang. “A entidade que a comunidade internacional conhece como Coreia do Norte é, na prática, um regime que abrange 1% da população e existe para preservar o regime da família Kim” (PARK, 2013, p. 189, tradução nossa). Segundo John Park, “99% dos norte-coreanos, que constituem a população em geral, estão arrancando uma existência por meio de interações comerciais crescentes em mercados informais proibidos” (p. 189, tradução nossa). Até mesmo o ex-embaixador de Portugal na Coreia do Norte José Manuel Duarte de Jesus revela não ter visitado outra região, além da

capital. “Há quem afirme que Pyongyang não é mais do que uma enorme encenação para mostrar aos visitantes” (JESUS, 2018, p. 115).

A forma como essa realidade é interpretada varia de acordo com o observador. O americano Bruce Cumings afirma que a Coreia do Norte “não é um local agradável, mas um local compreensível” (2004, p. 151, tradução nossa). Para O’Hanlon e Mochizuki,

[...] o nome oficial do país, República Popular Democrática da Coreia, não poderia ser mais enganoso. É tão seriamente deslocado do mundo atual como a Cuba de Castro, mas um lugar muito pior para se viver e muito mais ameaçador para a comunidade internacional. (2003, p. 23, tradução nossa).

Vice-primeiro ministro da Coreia do Norte na década de 1990, Kim Yong-nam, nos revela um outro ponto de vista. Em conversa com o então embaixador de Portugal no país, ele admitiu que a Coreia do Norte havia obtido

[...] um desenvolvimento inferior ao do Ocidente, com ‘menos diversidade de vida’, mas tinha conseguido uma sociedade sem desemprego, sem banditismo, sem alcoolismo, sem prostituição e sem drogas, com um sistema de saúde gratuito para todos, escolaridade gratuita e obrigatória de onze anos para toda a população. (JESUS, 2018, p. 88).

Chama a atenção a forma como o português José Manuel Duarte de Jesus descreve Pyongyang.

Não é visível miséria e mesmo a crise não é de percepção imediata. As cidades e as ruas são de uma limpeza que excede os modelos clássicos europeus da Suíça e Alemanha. [...] As ruas, porém, são vazias de população e de carros. Os enormes e bem conservados jardins não têm utentes²⁸. Os parques infantis não têm crianças. Os ótimos hospitais e maternidades [...] não têm quase pacientes. Toda a cidade parece um grandioso e monumental cenário duma peça sem actores. (JESUS, 2018, p. 113).

O retrato descrito por Jesus, colhido durante sua passagem pela Coreia do Norte na década de 1990, parece ter sofrido algumas alterações a partir, principalmente, do governo de Kim Jong-un, em 2012.

²⁸ Usuários.

Ao lado das imagens onipresentes dos cultuados líderes, proliferam celulares e computadores (com *intranet* nacional), sinalizando modernização. Pessoas bem vestidas, saudáveis, disciplinadas e cordiais levam uma vida aparentemente normal (muito mais relaxada e segura que a nossa), apesar das tensões militares, e desfrutam dos modernos parques de diversão e centros culturais e esportivos. Há muita esperança no atual processo de renovação e uma vontade de superar o isolamento, que é mais imposto de fora para dentro, obrigando-os a uma resposta equivalente por razões de segurança. (PEREIRA; VISENTINI, 2014, p. 188).

As mudanças econômicas e na infraestrutura da Coreia do Norte a partir do governo de Kim Jong-un serão detalhadas mais à frente neste trabalho. Por ora, cabe uma discussão teórica importante.

3 A DISSUASÃO: SE QUERES PAZ, PREPARA-TE PARA A GUERRA

Raymond Aron nos lembra que a dissuasão

[...] é tão antiga como a humanidade: a possibilidade de receber uma punição dissuade a criança de rasgar as folhas dos livros do pai, como a possibilidade de ser multado dissuade o motorista de estacionar numa área proibida. [...] Na vida social os indivíduos são dissuadidos de fazer alguma coisa pelo temor das consequências possíveis, das punições previstas ou da execução de uma ameaça. (ARON, 1979, p. 391).

Patrick Morgan segue a mesma linha e reforça que a dissuasão é tão presente no nosso cotidiano quanto poeira nos sapatos. “Ameaças de punição são usadas para treinar animais, criar filhos, gerir o tráfego e controlar o crime”. Na política internacional, o autor afirma que a dissuasão integra a chamada “diplomacia coercitiva”, na qual, segundo ele, “governos usam a força ou ameaças para conseguir o que querem”. De acordo com Morgan, “a essência da dissuasão é ameaçar uma resposta danosa para evitar que alguém faça algo que você não quer”. Ou seja, “para evitar que sejam atacados, governos ameaçam jogar duro caso isso aconteça” (MORGAN, 2006, p. 77, tradução nossa).

O general francês André Beaufre também destaca que a ideia de “mostrar a força para não utilizá-la”²⁹ é bem antiga. Em “Dissuasão e Estratégia”, Beaufre cita um provérbio latino atribuído a Flávio Vegécio, que viveu no século 4, que resume de forma clara o conceito: “*si vis pacem, para bellum*”³⁰ (1980, p.22). Para Glenn Snyder, “um Estado impede que um adversário faça algo, como atacá-lo, convencendo-o de que o custo de fazer aquilo seria maior do que o potencial ganho” (SNYDER, *apud* POWELL, 1990, p. 7, tradução nossa). Patrick Morgan retoma o exemplo do cotidiano, dessa vez no meio rural: “eu não posso evitar que você roube minha vaca, mas se você o fizer, eu vou matar o seu touro e, talvez, o seu porco, também” (2006, p. 78, tradução nossa). Morgan ressalta que o objetivo não é fazer nem uma coisa nem outra, já que a ameaça de retaliação é tão efetiva que o outro lado decide recuar. Ser dissuadido é, portanto, preferir a situação que resulta da inação à que resultaria da ação (ARON, 1979, p. 399).

²⁹ Frase atribuída ao militar francês Louis Hubert Lyautey.

³⁰ Se queres paz, prepara-te para a guerra.

O fato de os Estados interagirem num sistema internacional anárquico reforça a importância da dissuasão. Raymond Aron, ao discorrer sobre política de poder, nos lembra que “os Estados não admitem árbitro, tribunal ou lei superiores à sua vontade; em consequência, devem sua existência e segurança a si próprios e a seus aliados” (ARON, 1979, p. 147). Segundo Andrew Millard, “todos os Estados devem estar preparados para defenderem-se a si próprios contra a ameaça de Estados mais poderosos em um mundo em que não existe um sistema de governança global”. Professor assistente na Universidade de Estudos Estrangeiros de Busan, em Seul, na Coreia do Sul, o pesquisador faz referência à afirmação de Kenneth Waltz, de que “para atingir um resultado favorável neste cenário conflituoso, um Estado tem de contar com seus próprios dispositivos” (WALTZ, *apud* MILLARD, 2020, tradução nossa). Millard diz que a visão neorrealista de Waltz merece defesa, mas admite que liberais irão afirmar que modernas Organizações Intergovernamentais, como a ONU, atuam como arenas para resoluções diplomáticas. Em relação a isso, o pesquisador é taxativo: “não existe um sistema global supranacional capaz de conter os Estados em sua busca por poder e influência” (MILLARD, 2020, tradução nossa). A invasão do Iraque por tropas dos Estados Unidos, em 2003, sem o aval das Nações Unidas, assunto que será tratado com mais detalhes neste trabalho, é um bom exemplo de que Millard tem razão.

Segundo Kepa Sodupe, “ainda que deixemos de lado os postulados realistas sobre a natureza humana, a ausência de uma autoridade central é, por si só, suficiente para justificar o caráter eminentemente conflitivo da política internacional”. Para o pesquisador, um sistema com essas características requer que os países tenham “cotas de poder” que garantam a consecução dos interesses nacionais. Sodupe afirma, então, que “a dissuasão é um dos instrumentos à disposição dos Estados para exercitar seu poder, ou seja, para empreender ações dirigidas a influenciar o comportamento dos outros Estados de acordo com seus próprios interesses” (1991, p. 54, tradução nossa).

Vimos, portanto, que a dissuasão pode ser utilizada por determinado Estado tanto como instrumento eficaz de defesa, por meio da ameaça de retaliação, como numa estratégia de pressão para que um inimigo ou adversário aja de acordo com os interesses desse Estado. Em ambos os casos, se a dissuasão funcionar, não haverá conflito, o que reforça a afirmação de Kepa Sodupe de que “a conexão entre dissuasão e prevenção da guerra é correta” (1991, p. 54, tradução nossa). Antes, Raymond Aron já destacara a importância de manter um aparato

bélico de defesa suficiente para inibir a ação de possíveis agressores. Segundo o francês, “o excesso de fraqueza não é menos comprometedor para a paz do que o excesso de força” (1979, p. 45).

Se admitirmos como verdadeira a proposição de Sun Tzu de que o objetivo da guerra “deve ser o de conseguir para o Estado a glória, o esplendor e a paz, e não o de semear o tumulto, a desolação e a morte” e acreditarmos, como afirmam Aron e Sodupe, que a dissuasão contribui para a paz, por silogismo, concluiremos que Estados, governantes ou chefes militares devem ter como “objetivo de defesa” o desenvolvimento de mecanismos de dissuasão. Não à toa, Sun Tzu ressalta a “arte de vencer sem desembainhar a espada”, no capítulo três de seu tratado militar. Para o chinês, o “hábil general” não é aquele que dizima o exército oponente e arrasa cidades, mas “o que conhece a arte de humilhar os seus inimigos sem travar batalhas” e que “consegue tomar as cidades [...] sem derramar uma gota de sangue” (2006, p. 21).

É possível ir mais longe para encontrar outro exemplo de valorização da vitória sem a necessidade de combate. Numa passagem da “História da Guerra do Peloponeso”, Tucídides destaca como Arquídamos, rei dos lacedemônios, tentou convencer seu povo a adiar uma batalha com os atenienses. Segundo o historiador grego, “a opinião da maioria tendia para a conclusão de que a guerra deveria ser empreendida imediatamente” (1982, p.52). Mas Arquídamos, de acordo com Tucídides, aconselhou:

[...] aumentemos nossos recursos aqui. Se eles derem ouvidos aos nossos enviados, será ótimo; se não derem, então, após o decurso de dois ou três anos estaremos finalmente melhor preparados para lutar contra eles, se assim decidirmos. Ou talvez quando notarem nossos preparativos, e que nossas palavras são coerentes com estes, fiquem mais inclinados a ceder, [...]. (TUCÍDIDES, 1982, p. 53).

Arquídamos acreditava, portanto, na possibilidade de que o aperfeiçoamento do aparato bélico fizesse com que Atenas cedesse à vontade dos lacedemônios, evitando, assim, o confronto. Ao relatar a passagem, Tucídides nos parece reforçar a relação direta entre a manutenção da paz e o sucesso militar, ao qualificar Arquídamos como “um homem com reputação de sagaz e prudente” (1982, p.52). Se a dissuasão foi vista como instrumento eficiente para manutenção da paz desde a Antiguidade, a transformação das armas convencionais em aparatos nucleares só fez reforçar a importância dessa estratégia.

3.1 A dissuasão nuclear

Um ano depois de as cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão, serem varridas por artefatos nucleares lançados por aviões dos Estados Unidos, Bernard Brodie, um dos primeiros teóricos da dissuasão, sugeriu a necessidade de uma mudança importante nos objetivos de defesa. Segundo o estrategista norte-americano, “até o presente momento, o propósito principal de nosso sistema militar foi o de ganhar guerras. De agora em diante, o propósito principal deve ser evitá-las” (BRODIE, *apud* SODUPE, 1991, p. 63, tradução nossa). Na década de 1960, o general André Beaufre fez coro: “desde 1918, mas sobretudo desde Hiroshima, cada qual está persuadido da maleficência da guerra integral e todos querem evitá-la” (BEAUFRE, 2002, p. 103). “As armas se tornam menos utilizáveis à medida que se tornam mais monstruosas”, advertira, antes, Raymond Aron (1979, p. 89). Não nos surpreende que Michael Mandelbaum e Robert Jervis tenham falado em uma revolução nuclear. “Não importa em que medida um ou ambos os lados pretenda conquistar ou debilitar o outro, não importa quão cruel seja o conflito, ambos os lados dividem o interesse vital em evitar a guerra total” (JERVIS, 1986, p. 690, tradução nossa). “Armas nucleares dissuadem Estados de irem à guerra com mais certeza do que armas convencionais” (WALTZ, 1990, p. 743, tradução nossa).

Se a dissuasão funciona a partir do momento que um Estado convence o oponente que a guerra não compensa, ao ameaçar retaliar com danos inaceitáveis, “as armas nucleares fazem isso facilmente, já que um pequeno arsenal pode provocar estragos imensos em uma retaliação [...]” (MORGAN, 2006, p. 79, tradução nossa). Portanto, segundo Patrick Morgan, a possibilidade de sofrer uma represália por meio de armas nucleares elimina o que poderia ser uma dificuldade para os governantes - avaliar o limite de danos aceitáveis. De acordo com Morgan, ao “prometer devastação”, as armas nucleares facilitam essa tomada de decisão (2006, p. 80).

Ao tratar da dissuasão nuclear, André Beaufre relaciona quatro possibilidades para se defender do perigo atômico: destruição preventiva das armas do inimigo, interceptação das armas atômicas, proteção física contra os efeitos das explosões e ameaça de represália. O

autor reforça, no entanto, que somente a ameaça de represália oferece uma “verdadeira proteção”, já que, segundo ele, os outros três procedimentos defensivos têm validade “variável e incerta”: “há que se ter uma capacidade de destruição tal que (o inimigo) a tema o bastante; logo, há que levá-lo a crer que é capaz de desencadear uma represália como réplica ou como primeiro ataque” (BEAUFRE, 2002, p. 66, tradução nossa).

Kepa Sodupe segue a mesma linha ao afirmar que a utilização de armamentos nucleares provocou uma mudança importante nas formas de dissuasão. Segundo o pesquisador, antes da 2ª Guerra Mundial, as relações dissuasórias estavam baseadas, principalmente, no aspecto defensivo, ou seja, na capacidade de um Estado bloquear um ataque inimigo por meio de uma oposição às forças militares contrárias. Tal possibilidade desapareceu com o advento nuclear. “A defesa, em sua acepção tradicional de procurar proteção física contra um ataque, se converteu em algo extremamente difícil, para não dizer impossível” (SODUPE, 1991, p. 59, tradução nossa). De acordo com Sodupe, a combinação do poder destrutivo das armas nucleares com os modernos sistemas de lançamento transformou profundamente a estratégia militar, fazendo com que haja um predomínio dos aspectos ofensivos sobre os defensivos.

Para Patrick Morgan, diante de uma bomba atômica, “nenhum país pode acreditar que será capaz de defender a si próprio com sucesso” (MORGAN, 2006, p. 78, tradução nossa). Tal afirmação vale até mesmo para as grandes potências, afirma Raymond Aron. “A proteção de que dispõem os Estados Unidos, por exemplo, contra um ataque de surpresa não reside na defesa passiva (abrigos para a população) ou ativa (canhões, aviões e foguetes); nas fortificações, aeródromos ou portos: consiste na força da represália” (ARON, 1979, p. 221).

Com o advento das armas nucleares, as grandes potências perdem, portanto, a possibilidade de colocar em prática o que Glenn Snyder chamou de “dissuasão pela negação³¹”, que era a “capacidade de desencorajar os outros de atacá-las pelo fato de serem capazes de repelir tal ataque”. Tal situação dá lugar, então, à “dissuasão por punição³²”, em que a superioridade militar já não tem a mesma importância que na situação anterior. “Na medida em que a defesa é impossível, as superpotências detêm seus adversários não pela ameaça de derrotá-los, mas elevando o custo do conflito para níveis inconcebíveis” (JERVIS, 1989, p. 9, tradução nossa).

³¹*Deterrence by denial*, na tradução em inglês.

³²*Deterrence by punishment*, na tradução em inglês.

Para que a dissuasão funcione como elemento de contenção de conflitos é fundamental, no entanto, a presença da chamada *second strike capability*, ou capacidade de revidar. A partir do momento em que um Estado sabe que o oponente tem condições de reagir, mesmo depois de sofrer um primeiro ataque, tende a evitar o confronto.

A ‘capacidade de primeiro ataque’ é a capacidade de atacar com tal efeito que o oponente não tem condições de retaliar de maneira contundente. Para dissuadir, um governo precisa ser capaz de retaliar de forma a provocar danos inaceitáveis, depois de ter sido atacado. Deve adotar medidas para anular a ‘capacidade de primeiro ataque’ do oponente. Se conseguir, diz-se que tem ‘capacidade de revidar’, que é a habilidade de ser atacado e atacar de volta de forma efetiva. (MORGAN, 2006, p. 80, tradução nossa).

Segundo Kepa Sodupe, essa ideia de que a dissuasão “implica na capacidade de revidar, ou seja, de responder militarmente mesmo depois de ter sofrido um ataque”, foi introduzida por Albert Wohlstetter no final da década de 1950: “A dissuasão decorre não do potencial destrutivo total, mas do caráter invulnerável de pelo menos uma parcela do armamento nuclear” (WOHLSTETTER, *apud* SODUPE, 1991, p. 60, tradução nossa). De acordo com Kenneth Waltz, “[...] para impedir o ataque de um adversário é necessária somente uma força que possa sobreviver a um primeiro ataque e atacar de volta com tal força que supere qualquer ganho que o agressor esperasse obter” (1990, p. 732, tradução nossa).

Tal situação ficou evidente durante a Guerra Fria, quando Estados Unidos e União Soviética estabeleceram o que se chamou de *mutual assured destruction* (MAD³³, na sigla em inglês), ou seja, destruição mútua assegurada. De acordo com Kepa Sodupe, a situação de MAD ocorreu porque uma parte substancial dos arsenais dos Estados Unidos e da União Soviética permaneceria intacta, ou seja, “ambas as superpotências podiam dispor de armas suficientes para destruir a rival, mesmo depois de ser alvo de um ataque massivo” (SODUPE, 1991, p. 64, tradução nossa). Raymond Aron já destacava tal relação em 1962, ao descrever a teoria do “suicídio comum”. Segundo o francês, “qualquer que seja a vantagem que um deles teria com o *first strike*, a represália seria intolerável e, portanto, equivalente ao dano sofrido pelo Estado atacado em primeiro lugar” (ARON, 1979, p. 403). Dessa forma, “numa condição de destruição mútua assegurada, a defesa é impossível” (POWELL, 1990, p. 2, tradução nossa).

³³Não nos surpreende que a sigla em inglês remeta a uma loucura.

3.2 A dissuasão como estratégia da Coreia do Norte

Diferentemente do que ocorre com a *second strike capability*, a situação de MAD não é imprescindível para que ocorra a dissuasão. No embate entre Estados Unidos e Coreia do Norte, os norte-coreanos, por conta do tamanho e do alcance de seu arsenal, não têm condições de destruir os Estados Unidos, mas, por serem capazes de retaliações voltadas para aliados dos norte-americanos, como Coreia do Sul e Japão, acabam por se beneficiar da estratégia dissuasória, aspecto que abordaremos a seguir. Antes, destacamos a capacidade bélica da Coreia do Norte e o percurso do país até o desenvolvimento de seu aparato nuclear.

O anuário 2020 do SIPRI, o Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo, informa que a Coreia do Norte vem “reconhecidamente conduzindo testes com mísseis e armas nucleares, mas não fornece informações sobre a capacidade de seu armamento nuclear” (SIPRI, 2020, p. 15, tradução nossa). O instituto estima, no entanto, que o número de ogivas nucleares da Coreia do Norte tenha crescido nos dois anos anteriores. Em 2018, a estimativa girava entre 10 e 20 dispositivos. O intervalo subiu para 20 a 30 no ano seguinte e, em 2020, passou a ser de 30 a 40. Mesmo com esse aumento, a capacidade bélica norte-coreana ainda é incomparável à das grandes potências nucleares, como mostra a tabela a seguir. Segundo o SIPRI, a Rússia dispunha, em 2020, de 6.375 ogivas e os Estados Unidos, de 5.800³⁴ (2020).

³⁴Ao contrário da China, ambos os países reduziram o total de ogivas nucleares de 2019 para 2020. A Rússia baixou de 6.500 para 6.375 e os Estados Unidos, de 6.185 para 5.800. O arsenal nuclear chinês subiu de 290 para 320 ogivas (SIPRI, 2020).

Tabela 1 – Aparato bélico das potências nucleares

País	Ogivas mobilizadas	Outras ogivas	Total em 2020	Total em 2019
Estados Unidos	1750	4050	5800	6185
Rússia	1570	4805	6375	6500
Reino Unido	120	95	215	200
França	280	10	290	300
China		320	320	290
Índia		150	150	130-140
Paquistão		160	160	150-160
Israel		90	90	80-90
Coreia do Norte		30-40	30-40	20-30
Total	3720	9680	13400	13865

Fonte: Adaptado de SIPRI (2020)

O programa nuclear norte-coreano teve início em 1952, quando foram criados, com ajuda da União Soviética, o Instituto de Pesquisa de Energia Atômica e a Academia de Ciências. O primeiro reator, com capacidade reduzida, de 2 a 4 megawatts, foi inaugurado em 1965, em Yongbyon³⁵, cerca de cem quilômetros a nordeste da capital, Pyongyang (RICHELSON, 2007, p. 332). Oficialmente, o objetivo era a utilização desta tecnologia como fonte energética. Em 1959, a Coreia do Norte e a URSS haviam assinado um acordo para uso pacífico da energia nuclear (PARK, 2013, p. 167). Segundo Kim Yong-nam, que presidiu o parlamento norte-coreano entre 1998 e 2019 e foi, talvez, o dirigente mais respeitado e prestigiado pelos integrantes da dinastia Kim, a necessidade de desenvolvimento econômico, aliada à escassez de fontes tradicionais de energia, como hidráulica e a carvão, fez com que o país recorresse à forma nuclear. (JESUS, 2018, p. 126).

Para o professor Han S. Park, não há como assegurar as reais motivações da Coreia do Norte naquele período, meados da década de 1960: “Embora houvesse um interesse genuíno

³⁵Local onde, em 1986, foi erguida a primeira usina nuclear da Coreia do Norte, com ajuda da URSS.

no uso pacífico da energia nuclear para levantar a economia norte-coreana, Kim Il-sung também deve ter sido motivado por um senso de isolamento” (2013, p. 168, tradução nossa). Segundo o pesquisador, as relações norte-coreanas com a União Soviética e com a China haviam “azedado”. Ele cita uma série de provocações da Coreia do Norte para desestabilizar a Coreia do Sul, que teria irritado Moscou, e afirma que a Revolução Cultural na China afastara Pyongyang de Pequim. “Kim temia a eclosão de uma ‘guerra de duas frentes’ nesse período, o que sugere que considerações militares desempenharam algum papel nos esforços nucleares do regime” (PARK, 2013, p. 168, tradução nossa).

Membro fundador do Comitê Nacional da Coreia do Norte, o professor Alexandre Mansourov lista três motivos que, provavelmente, levaram a Coreia do Norte a desenvolver armamentos nucleares. O primeiro seria o uso de armas atômicas pelos Estados Unidos, em 1945. Segundo o pesquisador, “estacionado com o Exército Vermelho Soviético na Manchúria, o líder fundador da Coreia do Norte testemunhou em primeira-mão o impacto decisivo que as armas atômicas tiveram na rendição incondicional japonesa”³⁶. O segundo motivo teria surgido das experiências traumáticas em relação aos Estados Unidos durante a Guerra da Coreia. Segundo Mansourov, o bombardeio massivo do território norte-coreano por armas convencionais norte-americanas “serviu para reforçar a ideia de que a Coreia do Norte necessitava de armas mais poderosas para deter a nação mais poderosa do mundo” (MANSOUROV, *apud* O’NEIL, 2007, p. 58, tradução nossa). O último motivo que teria incentivado a busca por armas nucleares, na década de 1960, pela Coreia do Norte, de acordo com Mansourov, tem a ver com a percepção de isolamento citada, também, por Han S. Park. A forma como a União Soviética agiu na Crise dos Misseis Cubanos, em 1962, teria feito com que integrantes da elite política norte-coreana colocassem a credibilidade dos soviéticos em dúvida no que diz respeito a garantias nucleares. Para Pyongyang, Moscou curvou-se à pressão dos Estados Unidos (*idem*, *ibidem*, p. 58). A sensação de isolamento teria crescido nos anos seguintes e aumentado ainda mais a partir de 1988, quando o então presidente da Coreia do Sul, Roh Tae-woo, implementou a chamada *Nordpolitik* e estabeleceu relações diplomáticas com União Soviética e China (PARK, 2013, p. 169).

³⁶Observações feitas em escritos deixados por Kim Il-sung mostram que o fundador do Estado norte-coreano ficou chocado com a força das bombas que caíram sobre Hiroshima e Nagasaki e surpreendido com a rendição instantânea do Japão, julgado anteriormente, por ele, invencível, após Pearl Harbor (PARK, 2007, p. 4, tradução nossa).

Na ocasião, a usina nuclear de Yongbyon, inaugurada em 1986, já operava havia um ano com um reator de até 30 megawatts, capacidade sete vezes maior do que a do primeiro equipamento, recebido em 1962 da União Soviética e colocado em funcionamento em 1965 (CUMINGS, 2004, p. 58). Apesar do incentivo inicial ter partido dos soviéticos e do treinamento recebido por cientistas norte-coreanos no Instituto Unificado de Pesquisa Nuclear em Dubna, na URSS (RICHELSON, 2007, p. 332), o auxílio principal para o desenvolvimento da capacidade nuclear da Coreia do Norte veio do Paquistão. O maior responsável pela bomba atômica paquistanesa, Abdul Qadir Khan³⁷, admitiu, em 2004, que forneceu aos norte-coreanos tecnologia e equipamentos para enriquecimento de urânio com fins militares. Mais de 20 centrífugas a gás teriam sido enviadas. (PARK, 2013, p. 173).

Dois anos depois, a Coreia do Norte faria seu primeiro teste nuclear. Foram seis ao todo, o último deles em setembro de 2017. O avanço tecnológico obtido pelos norte-coreanos nesse período é comprovado pela progressão dos resultados dos experimentos. No primeiro deles, em outubro de 2006, a expectativa da Coreia do Norte era produzir uma explosão de quatro quilotons, mas, segundo especialistas norte-americanos, a detonação teria sido um “fiasco”, com menos de um quiloton. Os dois testes seguintes já demonstrariam melhorias significativas. O realizado em maio de 2009 teria produzido “alguns” quilotons e a explosão em fevereiro de 2013 teria alcançado de seis a sete quilotons (PARK, 2013, p. 177). Outros dois experimentos foram feitos em 2016. O maior de todos ocorreria no ano seguinte, quando a Coreia do Norte explodiu uma bomba de hidrogênio estimada em 120 quilotons, potência oito vezes maior do que o artefato que devastou Hiroshima, em 1945 (POTÊNCIA..., 2017) e pelo menos quatro vezes maior do que o experimento anterior, em setembro de 2016 (COREIA..., 2016). Este último teste, em setembro de 2017, teria provocado um tremor de 6,3 graus na escala Richter no território norte-coreano, de acordo com o Serviço Geológico dos Estados Unidos (COREIA..., 2017). Não há dúvidas, portanto, em relação ao avanço da

³⁷Considerado herói nacional por ter desenvolvido as armas nucleares paquistanesas, Abdul Qadir Khan caiu em desgraça e foi colocado em prisão domiciliar, em 2004, quando admitiu que vendeu, por conta própria, segredos e equipamentos nucleares para Coreia do Norte, Irã e Líbia. Em 2008, o cientista mudou sua versão. Disse que toda a operação ocorrera com o consentimento e participação do exército do Paquistão, chefiado pelo presidente Pervez Musharraf (CIENTISTA, 2008). Em sua autobiografia, Musharraf nega que a transferência de tecnologia e equipamentos para a Coreia do Norte tenha sido responsável pelo desenvolvimento do aparato bélico nuclear norte-coreano. Segundo ele, “[...] o programa nuclear da Coreia do Norte é baseado no plutônio, enquanto o programa nuclear do Paquistão é baseado no urânio” (CRIADOR, 2006). Musharraf, que vive entre Dubai e Londres, renunciou à presidência do Paquistão, em 2008, para evitar um impeachment e, em 2019, foi condenado à morte por violar a constituição ao tentar prolongar seu mandato na presidência (TRIBUNAL, 2019). Abdul Qadir Khan foi posto em liberdade em 2019.

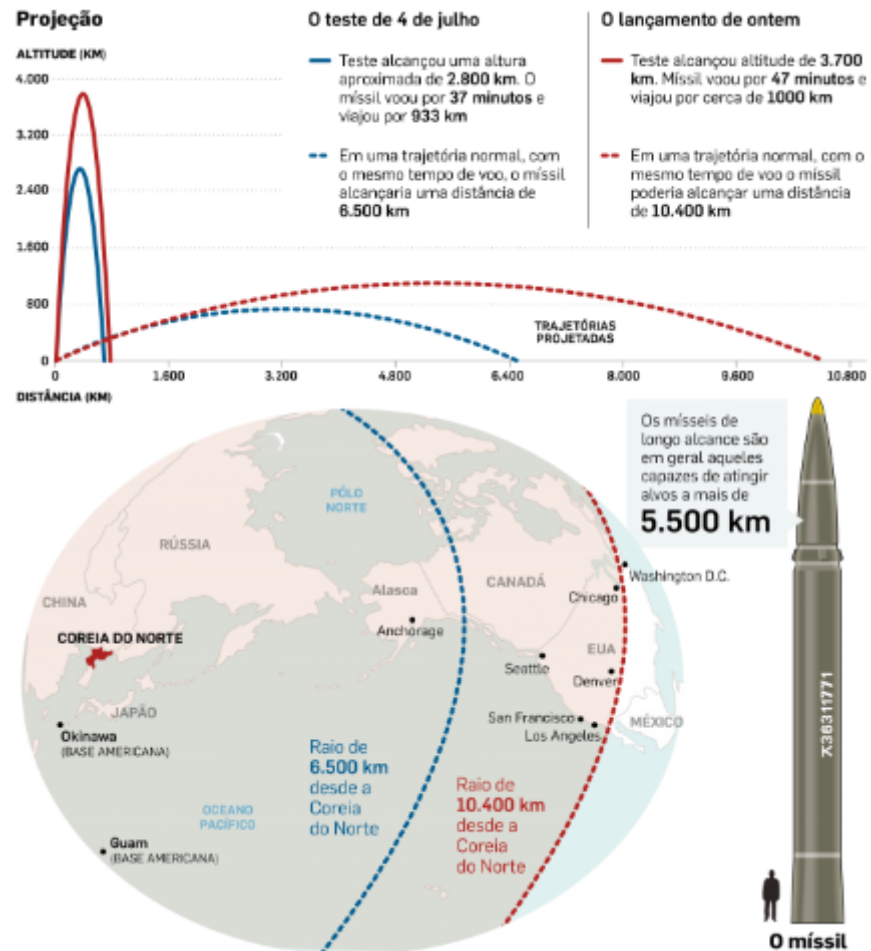
Coreia do Norte no que diz respeito ao poder de destruição de suas armas nucleares. A questão que permanece em aberto refere-se ao alcance desse aparato, ou seja, à capacidade do país de miniaturizar suas ogivas nucleares e lançá-las a grandes distâncias. Como mostraremos a seguir, não há consenso sobre isso.

O desenvolvimento do aparato nuclear da Coreia do Norte durante a gestão de Kim Jong-un não se restringe à obtenção de maior potência dos artefatos. O número de testes com mísseis balísticos em comparação ao total realizado nos dois governos anteriores sugere uma intensificação dos esforços de pesquisa nessa área e uma busca do governo norte-coreano por um alcance cada vez maior. Entre 1984 e 1994, Kim Il-sung realizou 15 testes com mísseis. Kim Jong-il, que liderou o país até 2011, fez 16 testes com mísseis balísticos durante os 17 anos em que esteve no poder. Nos primeiros oito anos de comando, até novembro de 2019, Kim Jong-un já havia realizado 105 testes (MILLARD, 2020, p. 67). Após quatro meses de trégua, em março e abril de 2020, a Coreia do Norte lançou uma série de supostos³⁸ mísseis de curto alcance em direção ao Mar do Japão.

A figura a seguir mostra como são feitos os testes de mísseis balísticos. Faz-se o lançamento com um ângulo elevado, de modo que o artefato caia a menos de mil quilômetros de distância, e, então, calcula-se o alcance do míssil em trajetória normal de ataque. A eficácia do experimento é medida, portanto, pelo tempo que o artefato permanece no ar. O “lançamento de ontem”, indicado na ilustração, refere-se ao teste realizado em 28 de julho de 2017.

³⁸A agência de notícias japonesa Yonhap, citando militares sul-coreanos, afirmou tratarem-se de mísseis balísticos, mas o governo da Coreia do Norte informou, apenas, que realizou exercícios de “artilharia de longo alcance” (COREIA, 2020).

Figura 2 – Testes de mísseis balísticos norte-coreanos



Fonte: Infográfico Estadão (All Things Nuclear Blog / The Washington Post)

O período mais intenso de testes com mísseis balísticos ocorreu em 2017³⁹, quando a Coreia do Norte fez 22 experimentos. O que mais chamou a atenção ocorreu em novembro daquele ano, quando o país lançou o Hwasong-15, um míssil que, segundo o governo norte-coreano, “é um foguete capaz de transportar uma grande e pesada ogiva e que pode chegar a qualquer parte do mundo”. O próprio secretário de Defesa dos Estados Unidos à

³⁹O incremento dos testes balísticos coincidiu com período de queda acentuada do PIB da Coreia do Norte, aspecto que será discutido mais à frente.

época, Jim Mattis⁴⁰, admitiu que a Coreia do Norte poderia atingir qualquer lugar do mundo com seus mísseis (O QUE..., 2017).

Entre estudiosos do assunto não há consenso, no entanto, sobre a real capacidade de alcance dos mísseis norte-coreanos. Cálculos do especialista em mísseis David Wright, da ONG *Union of Concerned Scientists*, indicam que o Hwasong-15 “parecia conter uma ogiva simulada muito leve, o que poderia significar que ainda não é capaz de transportar pela mesma distância uma carga nuclear, que é muito mais pesada”. Viping Narang, professor do Instituto Tecnológico de Massachusetts, discorda. Para ele, “o peso da ogiva nuclear não deve reduzir de forma significativa o alcance do foguete”. O especialista acrescenta que “não há dúvida de que a tecnologia norte-coreana esteja progredindo rapidamente” e que eles “ampliaram o alcance até um ponto em que é difícil argumentar, de forma crível, que a Coreia do Norte não poderia alcançar a costa dos Estados Unidos” (O QUE..., 2017). A opinião é compartilhada pelo Conselho de Relações Exteriores. Em relatório produzido pelo *think tank* sediado em Nova York, “analistas estimam que o Hwasong-15 tem alcance potencial de 13 mil quilômetros e, se lançado em trajetória plana, poderia atingir qualquer região no continente norte-americano”. A mesma estimativa consta no capítulo dedicado à Coreia do Norte do relatório de 2020 do SIPRI.

Estima-se que o alcance teórico máximo do Hwasong-15 em trajetória normal seja de 13 mil quilômetros, suficiente para alcançar Washington DC e outros alvos na costa leste dos Estados Unidos. A análise foi feita levando-se em conta que o míssil carregava uma carga leve, no entanto, o alcance seria reduzido de forma significativa se houvesse uma carga mais pesada, como uma ogiva nuclear. (SIPRI, 2020, p. 384, tradução nossa).

O relatório do SIPRI destaca ainda o desenvolvimento por parte da Coreia do Norte de um submarino capaz de disparar mísseis balísticos. “De acordo com a estatal Agência Central de Notícias da Coreia, o lançamento operacional do submarino está próximo” (SIPRI, 2020, p. 385, tradução nossa). Segundo Andrew Millard, “embora haja segredos imensos em relação ao real aparato do governo da Coreia do Norte, a inteligência parece acreditar que as capacidades do país estão crescendo” (MILLARD, 2020, p. 67, tradução nossa). E se ainda restam dúvidas em relação à capacidade da Coreia do Norte de atingir os Estados Unidos com

⁴⁰Jim Mattis renunciou ao cargo em dezembro de 2018 após discordar de medidas adotadas pelo presidente Donald Trump, entre elas a saída do acordo nuclear com o Irã e o anúncio da retirada de tropas americanas da Síria.

seus artefatos nucleares, o mesmo não acontece quanto à possibilidade de os norte-coreanos realizarem ataques contra a vizinha Coreia do Sul e o Japão, aliados dos norte-americanos. Tal situação permite que a dinastia Kim utilize a estratégia da dissuasão em suas negociações com os Estados Unidos. Mesmo antes do desenvolvimento de sua capacidade nuclear, Pyongyang já se configurava como uma ameaça real à Coreia do Sul. “Por décadas, Seul enfrentou a perspectiva de destruição massiva e perda de vidas no território sul-coreano por causa da capacidade da Coreia do Norte de disparar sua extraordinária potência de fogo convencional contra a maioria das cidades sul-coreanas” (O’NEIL, 2007, p. 76, tradução nossa). “São as forças convencionais que mantêm Seul sob risco iminente de devastação generalizada caso estoure a guerra” (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 58, tradução nossa). Vale destacar que a capital sul-coreana está distante apenas 50 quilômetros da zona desmilitarizada⁴¹ que divide as duas Coreias e que, nas últimas décadas do século passado, a Coreia do Norte realizou um grande movimento de tropas em direção ao sul do país. A porcentagem das unidades mecanizadas, blindadas e de artilharia posicionadas ao sul de Pyongyang⁴² passou de 40%, na década de 1980, para 70% (CHA, 2002, p. 226). Há quem afirme que, em 2003, 80% do poder de fogo norte-coreano já estava a menos de cem quilômetros da zona desmilitarizada⁴³ (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 63).

O provável desconhecimento por parte dos Estados Unidos da localização exata do aparato bélico nuclear norte-coreano nos leva a crer que o país dispõe, em certa medida, do que Patrick Morgan chamou de *second strike capability*, ou seja, a capacidade de retaliar após sofrer um primeiro ataque. “Armas nucleares são pequenas e leves; são fáceis de movimentar, fáceis de esconder, e fáceis de mobilizar de diversas maneiras” (WALTZ, 1990, p. 742, tradução nossa). O fato de a Coreia do Norte possuir uma rede enorme de túneis e esconderijos subterrâneos faz com que pelo menos uma parcela do arsenal norte-coreano esteja invulnerável a uma primeira ofensiva dos Estados Unidos.

O Norte tem cerca de 15 mil instalações subterrâneas relacionadas à segurança nacional, incluindo hangares de aviões a jato, depósitos de carros de combate blindados e fábricas de armas; tudo isso está enterrado

⁴¹Criada em 1953, a zona desmilitarizada (DMZ, na sigla em inglês) tem 250 quilômetros de extensão e cerca de quatro quilômetros de largura.

⁴²A capital norte-coreana está a cerca de 125 quilômetros da zona desmilitarizada.

⁴³Segundo Michael O’Hanlon e Mike Mochizuki, a região que divide as duas Coreias é uma das zonas mais militarizadas da história. “Mais de um milhão de combatentes e 20 mil veículos blindados ou peças de artilharia, além de mais de um milhão de minas terrestres, armas químicas em abundância, e posições defensivas fortificadas são encontrados entre Pyongyang e Seul” (2003, p. 63, tradução nossa).

profundamente na terra e nas montanhas em forma de abrigos de concreto endurecido para resistir a um ataque nuclear. (CUMINGS, 2004, p. 2, tradução nossa).

O ministro da Defesa da China durante a Guerra da Coreia, general Peng Dehuai, escreveu em suas memórias que, durante o conflito, “[...] por terem perdido o controle do espaço aéreo e por receios bem fundamentados de ataque nuclear [...]” (CUMINGS, 2004, p. 27, tradução nossa), as tropas chinesas e norte-coreanas construíram cerca de 1.250 quilômetros de túneis e 6 mil quilômetros de trincheiras nas proximidades da zona desmilitarizada. E ainda que o poderio bélico nuclear da Coreia do Norte seja extremamente inferior ao dos Estados Unidos, isso não impede, pelos motivos já destacados, que a estratégia dissuasória obtenha sucesso: “Mesmo com números imensamente desproporcionais, uma pequena força inibe fortemente o uso de uma grande força” (WALTZ, 1990, p. 734, tradução nossa).

Seis dias antes de realizar o primeiro teste nuclear, em 2006, a Coreia do Norte informou ao mundo, por meio de sua agência de notícias estatal, que nunca utilizaria sua capacidade bélica nuclear como arma de ataque (O’NEIL, 2007, p. 63). O histórico norte-coreano de dissimulação e descumprimento de acordos dificulta acreditar nesta declaração, porém há elementos que sugerem que o principal objetivo de Pyongyang ao desenvolver seu aparato nuclear seja, realmente, defensivo. Após reunião com o então secretário de Estado norte-americano James A. Kelly, em outubro de 2002, em Pyongyang, o então ex-vice-ministro para Assuntos Estrangeiros Kang Sok ju disse que

[...] a Coreia do Norte foi muito clara com o enviado especial do presidente dos Estados Unidos ao expressar que o país tinha o direito de possuir não apenas armas nucleares, mas qualquer tipo de arma ainda mais potente para defender sua soberania e seu direito de existência diante da ameaça nuclear crescente por parte dos Estados Unidos. (THREATS..., 2002).

Como indicamos anteriormente, a hipótese de que a capacidade nuclear da Coreia do Norte tem caráter dissuasório baseia-se, primeiramente, no aspecto histórico. Tratamos aqui de um país com um passado de colonização japonesa sob regime brutal e que enfrentou uma guerra fratricida alimentada por potências externas, ou seja, a percepção de um ambiente internacional hostil está presente no cotidiano dos norte-coreanos.

O regime enxerga o exterior como incessantemente ameaçador e hostil. A relação internacional é vista como uma luta desoladora e implacável por poder, onde a força bruta e a coerção são a ‘língua franca’ da diplomacia. Pela perspectiva do regime, o poder material é a moeda corrente mais importante da política mundial. Em particular, o potencial militar é o principal elemento que capacita os pequenos Estados a resistirem à coerção das grandes potências. (O’NEIL, 2007, p. 69-70, tradução nossa).

Podemos afirmar, portanto, que, neste sentido, a Coreia do Norte se enquadraria no que Raymond Aron qualificou como uma “potência defensiva”, ou seja, uma unidade política com capacidade limitada de impor sua vontade às outras, mas capaz de “resistir à imposição da vontade alheia”, salvaguardar sua autonomia e manter “um modo de vida próprio, não aceitando a subordinação de suas leis internas à vontade dos outros Estados” (1979, p. 111). Tal situação nos parece reforçar, também, a tese do realismo defensivo, de Waltz, segundo a qual, mais do que o *animus dominandi*, como defende Morgenthau, o sistema internacional anárquico “encoraja os Estados a agirem defensivamente” (MEARSHEIMER, 2001, p. 11, tradução nossa). Se a proposição foi feita levando-se em consideração as grandes potências, acreditamos que a validade é ainda maior se aplicada ao caso da Coreia do Norte.

As manifestações oriundas da própria Coreia do Norte reforçam a argumentação de que o aparato bélico nuclear do país tem objetivo dissuasório. Durante o tradicional discurso de Ano Novo, em primeiro de janeiro de 2019, Kim Jong-un disse que “uma poderosa capacidade de autodefesa é o pilar de existência de um Estado e a salvaguarda da paz” (THE NATIONAL COMMITTEE OF NORTH KOREA, 2019, tradução nossa). Nos desfiles militares em que parte do arsenal é mostrada ao mundo, o coro de vozes entoava a frase: “nossas armas garantem a paz” (COMO..., 2017). O caráter defensivo do armamento do país é apontado também, com frequência, pela agência oficial de notícias da Coreia do Norte, a KCNA. Publicadas em um intervalo de menos de três meses, entre outubro de 2017 e janeiro de 2018, duas notícias trazem, praticamente o mesmo título, mas em ordem inversa: “A paz é garantida pela dissuasão nuclear da Coreia do Norte” (PEACE..., 2017, tradução nossa) e “Dissuasão Nuclear da Coreia do Norte garante paz” (DPRK’S..., 2018, tradução nossa). Ambas fazem referência a uma espécie de editorial do *Rodong Sinmun*, o jornal oficial do Comitê Central do Partido dos Trabalhadores da Coreia.

A primeira publicação menciona um período de agravamento das tensões com os Estados Unidos durante a gestão de Donald Trump, assunto que iremos abordar em detalhes

mais à frente. O texto afirma que Washington havia aumentado a intensidade dos exercícios de guerra, “bradando pela total destruição da Coreia do Norte”⁴⁴. Mas, de acordo com a publicação oficial da dinastia Kim,

[...] apesar de os imperialistas norte-americanos brandirem suas armas nucleares, isso nunca irá funcionar na Coreia do Norte. O acesso da Coreia do Norte a armas nucleares proporciona paz e segurança na península coreana [...]. As armas nucleares da Coreia do Norte funcionam como dissuasão preciosa [...] e garantem, de forma confiável, a soberania e o direito de existência e de desenvolvimento da nação coreana. (PEACE..., 2017, tradução nossa).

A notícia publicada em 11 de janeiro de 2018 na KCNA inicia com a afirmação de que “a força nuclear da Coreia do Norte é a poderosa dissuasora dos jogos de guerra aventureiros dos Estados Unidos, os perturbadores da paz global, e a valiosa espada para a salvaguarda da paz”. O artigo diz ainda que “a dissuasão nuclear da Coreia do Norte é a vida e a alma da nação, que não pode ser trocada por nada, e a eterna fundação para um futuro promissor” (DPRK’S..., 2018, tradução nossa).

O fato de a mais recente Constituição da Coreia do Norte, de 2012, ter incluído o status de “Estado invencível, [...] nuclearmente armado [...] e indomável”⁴⁵ levanta um outro aspecto importante. Para Cheon Sung-whun, do Instituto Coreano para a Unificação Nacional, “isso deixa claro que o Norte tem pouca intenção de desistir de seu programa nuclear sob quaisquer circunstâncias” pois, “se houver uma demanda à mesa de negociação para desistir das armas nucleares, a Coreia do Norte poderá dizer que isso seria uma violação à Constituição” (COREIA..., 2012). A possibilidade de desnuclearização total da Coreia do Norte será analisada mais à frente em nosso trabalho. Por ora, cabe destacar outros elementos que reforçam a hipótese de que o aparato bélico nuclear norte-coreano tem caráter dissuasório.

A necessidade de autoproteção, gerada pela sensação de isolamento, destacada por Han S. Park e Alexandre Mansourov, já vinha sendo potencializada desde a década de 1970,

⁴⁴A publicação refere-se ao episódio de agosto de 2017 em que o presidente Donald Trump disse que a Coreia do Norte iria encontrar “fogo e fúria jamais vistos no mundo” se continuasse a ameaçar os Estados Unidos (AHRENS, 2018).

⁴⁵O preâmbulo da Constituição da Coreia do Norte destaca que “o presidente da Comissão de Defesa Nacional, Kim Jong-il, transformou a nossa pátria em um Estado invencível de ideologia política, um Estado nuclearmente armado e uma indomável potência militar, preparando o terreno para a construção de uma nação forte e próspera” (COREIA..., 2012).

quando a China se aproximara dos Estados Unidos e passara a integrar o Conselho de Segurança da ONU. Tal percepção iria acentuar-se em meados da década seguinte em relação à União Soviética, com a Perestroika de Mikhail Gorbatchev (PEREIRA; VISENTINI, 2014, p. 182). Segundo José Manuel Duarte de Jesus, durante visita de Kim Il-sung e comitiva a Moscou, em 1986, “a elite de Pyongyang ficou altamente desconfiada da evolução das ‘ideias modernas’ que sustentavam a Perestroika” (2018, p. 53). A dissolução da URSS viria, então, confirmar este quadro. Para Glenn Snyder “o principal objetivo da Coreia do Norte no pós Guerra-Fria foi assegurar a sobrevivência do regime frente ao colapso do comunismo em outros lugares” (1997, p. 75, tradução nossa).

Abandonada por seus protetores durante a Guerra Fria, arruinada economicamente, isolada politicamente e passando fome, a Coreia do Norte enxergou a posse de armas nucleares e mísseis balísticos como o único caminho para a segurança e sobrevivência. (CHA, 2012, p. 82, tradução nossa).

Andrew O’Neil vai além. Para ele, “o colapso da União Soviética e a emergência dos Estados Unidos como única superpotência global após o fim da Guerra Fria serviu apenas para consolidar a percepção de Pyongyang de que a América era a maior ameaça a sua segurança” (O’NEIL, 2007, p. 71, tradução nossa). O’Neil aponta um “isolamento estratégico profundamente arraigado” como principal motivo para que a Coreia do Norte tenha desenvolvido armamentos nucleares. Para o professor australiano, o objetivo dos norte-coreanos com tal aparato é “essencialmente defensivo por natureza”. De acordo com o pesquisador, “não há evidências para concluirmos que as elites norte-coreanas são irracionais e que estariam propensas a tomar decisões que prejudiquem seu mais amplo objetivo que é a sobrevivência do regime” (O’NEIL, 2007, p. 74, tradução nossa).

No artigo em que simula uma entrevista com Kim Jong-un, Fareed Zakaria deixa claro o que pensa sobre o assunto. Se questionado sobre a insistência em desenvolver armas nucleares, mesmo diante de severas sanções, o líder norte-coreano responderia da seguinte forma, de acordo com o jornalista e cientista político norte-americano:

Meu país se depara com um desafio: sua sobrevivência. O regime está mais ameaçado do que nunca. Meus antepassados não enfrentaram tantos problemas. Meu avô, o Grande Líder, governou com o apoio de outra superpotência, a União Soviética, e também da nossa gigantesca vizinha, a China. O Querido Líder, meu pai, também contou com a ajuda de Pequim.

Hoje, a União Soviética ficou no passado e a China está mais integrada no sistema ocidental. E a única superpotência, os EUA, deixa claro que pretende uma mudança de regime. E, contudo, temos sobrevivido com nossa ideologia e sistema intactos porque desenvolvemos uma proteção das armas nucleares. (ZAKARIA, 2017).

Lucia Husenicova segue a mesma linha. A pesquisadora sustenta que os programas nucleares e de mísseis balísticos da Coreia do Norte têm motivações “racionais e realistas”. Segundo Husenicova, “o fim da Guerra Fria e da confrontação bipolar deixou a Coreia do Norte sem seus fortes aliados e sem o manto de legitimidade que a confrontação ideológica proporcionava desde o fim da década de 1940” (2018, p. 80, tradução nossa). Para Andrew O’Neil, a aceleração do programa nuclear da Coreia do Norte, a partir da década de 1990, deveu-se, em parte, ao “aumento do senso de distanciamento da comunidade internacional e ao crescimento da percepção de vulnerabilidade estratégica na era pós Guerra-Fria” (2007, p. 77, tradução nossa).

A racionalidade no comportamento da Coreia do Norte, que se contrapõe a uma visão estereotipada de que os integrantes da dinastia Kim são insanos, é defendida por outros autores. Jenny Town afirma tratar-se de um mito a ideia de que os líderes da Coreia do Norte são loucos. Ao analisar a última sucessão no país, a autora afirmou que “se Kim seguir os exemplos de seu pai e de seu avô, o comportamento internacional da Coreia do Norte será baseado em interesses pragmáticos, não em movimentos irracionais” (TOWN, 2013, tradução nossa). Para Andrew O’Neil, a tendência de alguns analistas de afirmarem que o regime norte-coreano é “irracional e, portanto, incapaz de ter o comportamento responsável exigido de uma potência nuclear” é baseada em um erro de avaliação sobre os fatores que levaram ao desenvolvimento desse poderio pela dinastia Kim. “[...] Essa perspectiva [...] ignora os objetivos inerentemente defensivos que fundamentam a estratégia nacional da Coreia do Norte no início do século 21” (O’NEIL, 2007, p. 57, tradução nossa).

A pergunta contida no título de um artigo de Fareed Zakaria, publicado em 2017, faz menção a esse possível erro de interpretação. “Pensamos que a Coreia do Norte é louca. E se estivermos errados?” (ZAKARIA, 2017, tradução nossa). O primeiro parágrafo resume bem a visão enviesada da Coreia do Norte que é, normalmente, difundida, não apenas nos Estados Unidos.

Em Washington, há um senso comum sobre a Coreia do Norte que atinge ambos os partidos e boa parte da opinião da elite. É mais ou menos assim: a Coreia do Norte é o país mais bizarro do mundo, governado por um ditador excêntrico com um estranho corte de cabelo. Ele é imprevisível, irracional e inegociável. Em algum momento esse estranho e cruel regime irá colapsar. Enquanto isso, a única solução é pressionar cada vez mais. (ZAKARIA, 2017, tradução nossa).

Mais à frente, o autor arrisca uma resposta para o título do artigo: “Talvez a forma correta de olhar para a Coreia do Norte seja como um governo perspicaz, racional e calculista que opera com astúcia de acordo com sua prioridade de sobrevivência do regime” (ZAKARIA, 2017, tradução nossa). Para Pereira e Visentini, entre as razões que fazem com que a Coreia do Norte seja “um dos Estados menos conhecidos e difíceis de compreender do mundo” está “a contínua criação política de narrativas ideológicas caricaturais promovidas por atores ocidentais” (2014, p. 176).

Bruce Cumings culpa a imprensa pela divulgação de diversos “pressupostos falsos ou enganosos” que dificultam o trabalho de pesquisadores (CUMINGS, 2004, p. 101, tradução nossa). O autor cita o exemplo de uma matéria da revista Newsweek, de janeiro de 2003, que, segundo ele, trouxe uma caricatura e não “uma reportagem investigativa séria”. De acordo com Cumings, a matéria de capa trazia uma foto de Kim Jong-il e a manchete: “O doutor maldade da Coreia do Norte”. Cumings pergunta, então, “onde está o maior malvado”, lembrando que “o princípio essencial do regime de não proliferação é que países sem armas nucleares não podem ser ameaçados por aqueles que as possuem” (CUMINGS, 2004, p. 101, tradução nossa).

Essa postura hostil dos Estados Unidos em relação à Coreia do Norte é apontada por diversos pesquisadores como um dos motivos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do aparato nuclear norte-coreano.

O discurso do ‘eixo do mal’ do presidente Bush, em 2002, a invasão e subsequente atoleiro em que se meteram os Estados Unidos no Iraque, a doutrina militar norte-americana de ataque preventivo e o medo de uma possível invasão pelos Estados Unidos pode ter contribuído para a decisão do *chairman* Kim de acelerar o desenvolvimento de programas nucleares. (KWAK, 2007, p. 29-30, tradução nossa).

Tae-Hwan Kwak⁴⁶ refere-se à fala do então presidente dos Estados Unidos durante o discurso do Estado da União, em janeiro de 2002, quando George W. Bush classificou a Coreia do Norte como um *rogue state*⁴⁷ e incluiu os norte-coreanos no que chamou de *axis of evil*⁴⁸, junto com Iraque e Irã. Na ocasião, Bush disse que a dinastia Kim ameaçava a paz mundial por “estar se armando com mísseis e armas de destruição em massa, enquanto seu povo passa fome⁴⁹” (SHUJA, 2003, p. 274, tradução nossa). O presidente dos Estados Unidos anunciava naquele momento o que parecia ser uma nova política em relação à Coreia e esboçava os primeiros passos em direção à chamada “Guerra ao Terrorismo” (CHA, 2012, p. 79). À época, a então secretária de Estado, Condoleeza Rice, qualificou a doutrina do ataque preventivo⁵⁰ como uma “autodefesa antecipada”, ou seja, “o direito de os Estados Unidos atacarem um país que acreditam possa atacá-los primeiro” (CUMINGS, 2004, p. 99).

A reação da Coreia do Norte foi dura. Em declaração assinada pelo ministro de Relações Exteriores, a dinastia Kim afirmou que

[...] a administração Bush listou a Coreia do Norte como integrante do ‘eixo do mal’ e como alvo de ataques nucleares preventivos por parte dos Estados Unidos. Isso foi uma clara declaração de guerra contra a Coreia do Norte, que torna totalmente nulos a Declaração Conjunta com os Estados Unidos e o Acordo Quadro⁵¹. (THE ACRONYM INSTITUTE FOR DISARMAMENT DIPLOMACY, 2002, tradução nossa).

De acordo com John S. Park, a fala de Bush provocou uma mudança no discurso da Coreia do Norte em relação à finalidade dissuasória de seu futuro aparato nuclear. Segundo o diretor do Projeto Coreia na *Harvard Kennedy School*, ainda que os norte-coreanos já tivessem citado a ‘política hostil’ dos Estados Unidos como justificativa para o

⁴⁶Ex-presidente do Instituto Coreano para Unificação Nacional (1999-2000), professor emérito da Universidade de Kentucky Oriental e professor visitante da Universidade de Estudos Norte-Coreanos, em Seul.

⁴⁷Estado trapaceiro, velhaco, patife.

⁴⁸Eixo do mal

⁴⁹“Eu não tenho coração para alguém que deixa o próprio povo passar fome”, afirmou George W. Bush (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p.36).

⁵⁰Raymond Aron lembra que Montesquieu reconhece a legitimidade das agressões preventivas em determinadas situações: “[...] entre as sociedades, o direito de defesa natural leva algumas vezes à necessidade de atacar, quando um povo perceber que uma paz mais duradoura vai dar a um outro povo os meios de destruí-lo, e um ataque é naquele momento o único modo de impedi-lo” (MONTESQUIEU, *apud* ARON, 1979, p. 112).

⁵¹As diversas tentativas de acordo entre Estados Unidos e Coreia do Norte serão tratadas em detalhes, mais à frente.

desenvolvimento nuclear bélico, até então o pretexto utilizado havia sido a necessidade de retaliação diante de provocações militares sul-coreanas. Em um encontro com altos diplomatas da Coreia do Norte, em 2011, Park relata ter ouvido que o país foi incitado a desenvolver um instrumento de dissuasão em relação aos Estados Unidos após ter sido incluído por Bush no chamado ‘eixo do mal’ (PARK, 2013, p. 185-186).

Para Andrew O’Neil,

é muito provável que a caracterização pública da Coreia do Norte como um Estado ‘mau’, a decisão (do governo Bush) de consagrar o ataque preventivo na doutrina estratégica dos Estados Unidos, e a identificação da Coreia do Norte como um alvo de ataques nucleares em ações militares de contingenciamento na península reforçaram o poder dos integrantes do regime (norte-coreano) que acreditavam que armas nucleares eram necessárias para proteger a segurança e a soberania da Coreia do Norte. (O’NEIL, 2007, p. 73, tradução nossa).

Os atentados de 11 de setembro de 2001 contra o World Trade Center e o Pentágono aumentariam ainda mais a sensação de insegurança da Coreia do Norte, apontou Edward A. Olsen⁵²:

O senso de vulnerabilidade nos Estados Unidos cresceu tremendamente, assim como o fervor patriótico em torno da ‘Guerra Global ao Terrorismo’. Com ou sem razão, o fato é que, após o discurso de George W. Bush em que ele inclui a Coreia do Norte no infame ‘eixo do mal’, Pyongyang percebeu-se inserida nas inquietações estratégicas dos Estados Unidos. (OLSEN, 2007, p. 47, tradução nossa).

Para Gilbert Rozman, após o 11 de setembro, “a Coreia do Norte tinha motivos para se sentir mais ameaçada pelos Estados Unidos e sua doutrina preventiva” (2007, p. 14, tradução nossa). E segundo O’Hanlon e Mochizuki, a ênfase dada por Bush na necessidade de ataque preventivo contra Estados extremistas dotados de armas de destruição em massa aumentou a especulação sobre possíveis ações militares direcionadas ao Iraque e à Coreia do Norte. “O senhor Bush disse ainda que abominava Kim Jong-il, adicionando mais combustível às chamas da especulação” (2003, p.15, tradução nossa).

⁵² Ex-analista de inteligência política do Departamento de Estado dos Estados Unidos e ex-diretor de Estudos Asiáticos no Centro de Conflitos Contemporâneos da Escola de Pós-Graduação Naval em Monterrey, na Califórnia.

Curtis H. Martin⁵³ também enxerga uma mudança significativa na relação dos Estados Unidos com a Coreia do Norte após o 11 de Setembro. Para o pesquisador, a partir daquele momento, em um contexto de guerra global contra o terror, a principal ameaça à segurança do país passava a vir de organizações não estatais apoiadas por Estados. “A administração concluiu, portanto, que a transferência, por parte da Coreia do Norte, de materiais nucleares ou tecnologia passava a ser a ‘linha vermelha’ definitiva”. Martin diz que os ataques ao World Trade Center e ao Pentágono “remodelaram radicalmente a percepção dos Estados Unidos na questão norte-coreana” (2007, p. 67, tradução nossa). A preocupação de que a Coreia do Norte pudesse transferir tecnologia nuclear para o Irã também estava presente naquele momento (MARTIN, 2007, p. 81).

Tal preocupação regulava a intensidade das sanções econômicas impostas à Coreia do Norte nas negociações envolvendo o aparato nuclear do país. Os Estados Unidos temiam que, se as punições fossem muito severas, a dinastia Kim iria se comportar como na década de 1990, quando teve de lidar com o colapso da União Soviética e com enchentes e secas históricas, ou seja, deixaria a economia declinar e o povo passar fome, mas não abandonaria o poder, e o que seria pior, poderia adotar medidas que se transformariam no maior pesadelo para os Estados Unidos e seus aliados. “A fraqueza da Coreia do Norte poderia aumentar as chances de o país vender material nuclear para fora com o objetivo de levantar dinheiro” (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 84, tradução nossa).

A não proliferação de armas nucleares da Coreia do Norte para grupos terroristas ou Estados apoiadores do regime norte-coreano era classificada pelos integrantes das chamadas “Negociações a Seis”⁵⁴ como o primeiro objetivo na lista de prioridades para a resolução dos conflitos envolvendo o aparato bélico nuclear da dinastia Kim. Segundo Gilbert Rozman, apesar de não haver consenso entre os países envolvidos nas conversações sobre os níveis de engajamento e contenção a serem aplicados à Coreia do Norte, todos concordavam com uma sequência de prioridades que incluía, além da não proliferação do arsenal norte-coreano, as seguintes situações:

A não ocorrência de guerra que possa provocar danos generalizados na península coreana e possivelmente além; o não colapso do regime norte-coreano, que poderia elevar o espectro de uma guerra civil e,

⁵³Professor de Ciência Política na *Merrimack College* em Massachusetts.

⁵⁴“Six Party Talks”, na tradução em inglês. Envolvia, além de Estados Unidos e Coreia do Norte, a Coreia do Sul, Japão, China e Rússia.

provavelmente, a perda de controle sobre armas de destruição em massa ou uma intervenção, que poderia estender o conflito; a não intensificação do potencial de ameaça nuclear da Coreia do Norte; e a eliminação dos programas de armas nucleares da Coreia do Norte. (ROZMAN, 2007, p. 3, tradução nossa).

Apesar da concordância em relação a esses objetivos, havia outros interesses geopolíticos específicos que não eram compartilhados entre todos os integrantes das Negociações a Seis e cujo consenso seria difícil de alcançar. A questão dos direitos humanos era prioritária para os Estados Unidos; a Coreia do Sul preocupava-se com a assistência humanitária; para a China, o que estava em jogo, também, era o futuro do socialismo; no Japão, os episódios de sequestros de jovens japonesas, que serão tratados mais adiante, eram tema recorrente; e, por fim, para a Rússia, a preocupação sempre presente relacionada ao impacto que mudanças na Coreia do Norte poderia exercer na pequena faixa de fronteira entre os dois países, no extremo leste russo (ROZMAN, 2007, p.3), como mostra o mapa a seguir.

Mapa 1 – Península coreana e entorno



Fonte: Valery Kaplun / dreamstime.com

Apesar de majoritária, a visão do aparato bélico nuclear da Coreia do Norte como um instrumento de dissuasão não é unânime. Victor Cha acredita que Pyongyang tem aspirações ofensivas. Para ele, mais do que a retórica inflamada em relação aos estragos que eles

poderiam causar a Seul se fossem provocados, o que sustenta sua posição é a constatação de que a ideologia norte-coreana admite que a solução para os problemas na península passe por um confronto sangrento.

Kim Il Sung e Kim Jong Il aceitam plenamente os princípios do leninismo, que apontam o conflito violento como um estágio necessário para a comunização universal e rejeitam completamente, no longo prazo, qualquer noção de coexistência pacífica com o capitalismo. (CHA, 2002, p. 225, tradução nossa).

Cha reforça sua argumentação por meio das falas de dois norte-coreanos. O primeiro deles, o ex-vice-ministro da Defesa Kim Kwang-jin que, em 1996, disse que “a questão não é se haverá uma nova guerra na península coreana, mas quando” (HICKEY, 2001, p.218). O autor cita ainda Hwang Jang-Yop, um dos idealizadores da filosofia Juche, que desertou⁵⁵ para a Coreia do Sul, em 1997. “A Coreia do Norte ainda acredita que pode conquistar a Coreia do Sul” (YOP *apud* CHA, 2002, p. 226, tradução nossa). Apesar de afirmar que há inconsistências no argumento dissuasório da Coreia do Norte, Victor Cha admite que a sensação de insegurança de Pyongyang aumentou no início da década de 1990.

O pequeno e isolado Estado tinha poucos amigos durante a Guerra Fria e menos ainda depois dos colapsos de Alemanha Oriental e União Soviética [...]. Quando a China normalizou relações com a Coreia do Sul, em 1992, a relação entre Pyongyang e Pequim, que havia sido ‘selada por sangue’ durante a Guerra da Coreia, nunca mais foi a mesma. (CHA, 2009, p. 8, tradução nossa).

Victor Cha afirma que a argumentação de “defensores da Coreia do Norte” de que o programa nuclear do regime deriva dessa insegurança é baseada nos discursos de Pyongyang de que deseja encerrar a política hostil dos Estados Unidos. O autor admite, no entanto, que as falas de George W. Bush, que incluiu a Coreia do Norte no que chamou de “eixo do mal”, e de Condoleeza Rice, apontando Pyongyang como um “posto avançado de tirania”, são evidências dessa hostilidade (CHA, 2009, p. 8).

⁵⁵Não há números precisos sobre o total de desertores da Coreia do Norte. Segundo Barbara Demick, havia, em 2013, cerca de cem mil norte-coreanos na China. Poucos, de acordo com a autora, conseguiam chegar à Coreia do Sul. Ainda segundo Demick, a partir de 2003, de um a três mil norte-coreanos foram acolhidos, por ano, em território chinês (2013, p. 320).

Brian Reynolds Myers também não crê que as intenções da Coreia do Norte sejam apenas defensivas. Para o professor na Universidade de Busan, na Coreia do Sul, os norte-coreanos “acreditam que a única maneira pela qual podem garantir sua segurança é pela eliminação completa do Estado rival, por meio da reunificação”. Segundo o pesquisador, “o exemplo histórico que amedronta o regime não é Muamar Kadafi (líder líbio deposto e assassinado em 2011), mas sim a Alemanha Oriental, que entrou em colapso porque tentou coexistir com um Estado rival muito mais rico” (TREVISAN, 2017).

Independentemente de quem esteja com a razão, o fato é que a dúvida em relação às reais intenções da Coreia do Norte com seu aparato bélico nuclear, componente indispensável na estratégia de dissuasão, acabou por favorecer a dinastia Kim nas negociações com os Estados Unidos e demais nações envolvidas.

4 A RELAÇÃO EUA-COREIA DO NORTE

Estados Unidos e Coreia do Norte tentam, sem sucesso, chegar a um acordo sobre o programa nuclear norte-coreano desde o final da década de 1980. Em dezembro de 1988, um mês antes de deixar a Casa Branca, Ronald Reagan deu início às chamadas Conversas de Pequim. As tratativas foram renovadas em novembro de 1989, já no governo George H. Bush, que adotou uma estratégia classificada como “engajamento compreensivo”. Segundo Lucia Husenicova, “o principal objetivo era manter o apoio ao diálogo Norte-Sul e impedir a Coreia do Norte de adquirir, enriquecer e reprocessar tecnologias que poderiam ser utilizadas para transformar em armas seu emergente programa nuclear” (2018, p. 68, tradução nossa).

A história nos mostra que os Estados Unidos falharam. Entre 2006 e 2017, os norte-coreanos realizaram seis testes nucleares, um deles, como destacado anteriormente, com potência oito vezes maior do que a registrada em Hiroshima, em 1945. Procuraremos, a partir de agora, identificar os motivos que explicam este resultado, por meio de uma retomada do histórico de negociações bilaterais e multilaterais. Husenicova nos dá uma pista. Para a pesquisadora, “os relatórios de inteligência foram sempre subestimados e não levados em consideração”. Ela acrescenta ainda que “os Estados Unidos sempre estiveram ocupados com outras questões nos temas globais e nunca focaram principalmente na Coreia do Norte (HUSENICOVA, 2018, p. 78, tradução nossa).

A falta de consenso dentro dos Estados Unidos sobre o que fazer em relação à Coreia do Norte também nos parece ser uma das principais razões de o objetivo não ter sido alcançado. A longa série de enchentes e secas, seguida da fome que teria provocado a morte de pelo menos 500 mil pessoas, entre 1995 e 1997, fez com que muitos imaginassem que o regime não se sustentaria, portanto, para estes, bastava aguardar. Diante da “resiliência inesperada”, a dúvida que paira na cabeça dos negociadores norte-americanos, desde então, tem sido sobre a estratégia a ser adotada em relação à Coreia do Norte: engajar ou conter (CHA, 2002, p. 229).

O resultado dessa indecisão traduziu-se ao longo dos anos em contradições entre atos e falas, que dificultaram as conversações e abriram brechas para a Coreia do Norte. “Críticos do governo Bush argumentam que havia um grande intervalo entre a nova linguagem do ‘eixo do

mal' e a firmeza da política dos Estados Unidos em relação à Coreia do Norte” (CHA, 2012, p. 80, tradução nossa). O próprio discurso de George W. Bush sobre o estado da União, em janeiro de 2002, em que ele eleva o tom sobre a dinastia Kim, ocorreu sete meses depois que o governo dos Estados Unidos havia autorizado uma “revisão abrangente” da política para a Coreia do Norte em que, segundo Victor Cha,

[...] a Casa Branca recomendava que Washington mantivesse conversações sem reservas com Pyongyang sobre uma ampla variedade de questões, incluindo a postura das forças convencionais da Coreia do Norte, seu programa balístico e seu suspeito programa de armas nucleares. (2012, p. 79, tradução nossa).

Cha acrescenta que “à luz desses zigue-zagues, não foi surpresa que o discurso do estado da União de Bush tenha causado tantas coçadas de cabeça” (2012, p. 80, tradução nossa). Não podemos esquecer, no entanto, que a tal “revisão abrangente” da política para a Coreia do Norte ocorrera em junho de 2001, portanto, três meses antes do ataque às torres gêmeas, fato que alterou a política de defesa dos Estados Unidos, com reflexo direto na relação com Pyongyang.

A falta de coerência dos Estados Unidos na relação com os norte-coreanos é apontada também por Curtis H. Martin. Segundo o professor de Massachusetts, críticos argumentam que “a passividade, distração e confusão” dentro do governo George W. Bush foi o que “permitiu que a Coreia do Norte atingisse seu objetivo de possuir armas nucleares”. A culpa, no entanto, não pode pesar apenas sobre Bush por ter sido durante seu mandato que a Coreia do Norte fez o primeiro teste nuclear, em 2006. Martin lembra que a política do governo Bill Clinton também era recheada de “divisões internas e inconsistências em relação à Coreia do Norte” (MARTIN, 2007, p. 66, tradução nossa). Cerca de três anos antes desse primeiro experimento, Robert Hathaway já alertava:

Em nenhuma outra área a batalha ideológica teve mais consequências lamentáveis do que em relação às contradições entre a insistência do governo de que não iria tolerar uma Coreia do Norte nuclear e a ausência de ações para afastar essa possibilidade. [...] Tem havido uma desconexão entre os perigos reais de um programa armamentista norte-coreano ativo e a ausência de uma política combinada para conter esses perigos. (HATHAWAY, *apud* MARTIN, 2007, p. 85, tradução nossa).

A divisão interna no governo dos Estados Unidos no que diz respeito à política a ser adotada em relação à Coreia do Norte coloca de um lado os defensores da recompensa e do outro, os que pregam o castigo, num exemplo claro da metáfora da cenoura e do bastão⁵⁶. Victor Cha classificou os dois extremos como os “grupos de ajuda” e os “linha dura” (2012, p. 84). As críticas dos que defendem uma postura mais firme da Casa Branca vêm desde o início da década de 1990.

Ao recompensar em vez de punir a Coreia do Norte, a administração Clinton tornava-se vulnerável a cobranças dos críticos, que argumentavam que os Estados Unidos tinham ajudado a reduzir a capacidade do Tratado de Não Proliferação de impedir que nações perseguissem a nuclearização. (SNYDER, 1997, p. 70, tradução nossa).

Glenn H. Snyder refere-se ao período que os pesquisadores classificam de “primeira crise nuclear” envolvendo a Coreia do Norte, que culminou com a assinatura do chamado Acordo Quadro⁵⁷. Era apenas o início de uma série de crises e acordos não cumpridos que iremos analisar a seguir.

4.1 A primeira crise nuclear e o Acordo Quadro

Em 1985, meses antes de terminar a construção da usina nuclear de Yongbyon, erguida, oficialmente, com a finalidade de geração de energia, a Coreia do Norte foi pressionada pela União Soviética a assinar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares⁵⁸ (TNP). Apesar da assinatura, os norte-coreanos informaram que só aceitariam

⁵⁶*Carrot and stick*, na tradução em inglês.

⁵⁷*Agreed Framework*, na tradução em inglês.

⁵⁸O Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares passou a vigorar em 5 de março de 1970, com 62 nações (WINTERS, 2005). A abertura das assinaturas havia ocorrido em 1968. Em maio de 1995, durante reunião realizada a cada cinco anos, o TNP foi estendido em definitivo. Em 2020, o tratado reunia 191 Estados. Entre os objetivos destacam-se: “evitar a proliferação de armas e tecnologias nucleares, promover a cooperação no uso pacífico de energia nuclear e buscar a meta do [...] completo e geral desarmamento nuclear” (UNITED NATIONS, 2020). Entre 1968 e 2020, o total de ogivas nucleares em todo o mundo baixou de 38 mil para 13.400 (WINTERS, 2005; SIPRI, 2020). Durante evento de comemoração dos 50 anos de assinatura do TNP na Fundação FHC, em São Paulo, em março de 2018, o então ministro extraordinário da Segurança Nacional, Raul Jungmann, disse que “no aspecto da não proliferação, o TNP é um copo meio cheio meio vazio. Temos hoje

inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) se os Estados Unidos retirassem suas armas nucleares instaladas na Coreia do Sul desde 1958, o que ocorreu somente seis anos depois, em 1991, quando Pyongyang começaria a sentir os efeitos da dissolução da União Soviética (WERTZ, 2018, p. 6).

Preocupado cada vez mais com as ambições nucleares da Coreia do Norte, os Estados Unidos começaram, discretamente, a abrir canais de comunicação diplomática com Pyongyang, quebrando um histórico de décadas de contato direto mínimo entre as duas nações. (WERTZ, 2018, p. 7, tradução nossa).

A mudança de postura dos Estados Unidos ocorria em um momento de reaproximação, também, das duas Coreias, com a assinatura, em dezembro de 1991, do chamado Acordo Básico, seguido da Declaração Conjunta pela Desnuclearização da Península Coreana. Pelo documento, Norte e Sul concordavam em “não testar, fabricar, produzir, receber, possuir, armazenar, despachar ou usar armas nucleares” (WERTZ, 2018, p. 7, tradução nossa).

Além da retirada das armas nucleares da Coreia do Sul, um outro gesto por parte dos Estados Unidos marcaria a intenção de aproximação: o anúncio do cancelamento, em 1992, dos exercícios militares anuais realizados em conjunto com os sul-coreanos, chamados de *Team Spirit*. Tal decisão viria, no entanto, em conjunto com outra, segundo Glenn Snyder, para “balancear o incentivo”. Durante visita à Coreia do Sul em novembro de 1991, o então secretário de Defesa Richard Cheney anunciou que a redução das tropas americanas na Coreia do Sul para um contingente abaixo de 37 mil militares, que já estava programada, seria suspensa “até que o problema nuclear com a Coreia do Norte seja resolvido” (SNYDER, 1997, p. 58, tradução nossa).

Foram necessários apenas alguns meses para que os Estados Unidos percebessem que a questão estava longe de ser solucionada. Inspetores da AIEA que visitaram as instalações nucleares da Coreia do Norte em julho e setembro de 1992 encontraram “diversas discrepâncias” entre a real situação e a declaração que havia sido feita pelos norte-coreanos de que o local abrigava “uma planta de reprocessamento e extração de 90 gramas de plutônio

nove países nucleares, quatro a mais do que em 1970 (quando entrou em vigor), mas poderiam ser muitos mais” (DIAS, 2018). O Brasil só ingressou no tratado em 1998, mas não assinou o protocolo adicional, que prevê inspeções surpresa em instalações não declaradas pelo país signatário.

para experimento científico” (HUSENICOVA, 2018, p. 69, tradução nossa). De acordo com os inspetores, na verdade, “entre 1989 e 1991, a Coreia do Norte, disfarçadamente, poderia ter produzido plutônio suficiente para construir uma ou duas armas nucleares” (WERTZ, 2018, p. 7, tradução nossa). A constatação fez com que os Estados Unidos, ainda em 1992, retomassem os exercícios militares conjuntos com a Coreia do Sul (HUSENICOVA, 2018, p. 69). A Agência Internacional de Energia Atômica também reagiu, ao requisitar uma “inspeção especial” às instalações nucleares da Coreia do Norte, em 1993. Além de negar o pleito, Pyongyang anunciou a intenção de deixar o TNP, o que forçou uma nova aproximação por parte dos Estados Unidos. A ameaça de abandonar o TNP só foi suspensa depois que os dois países assinaram uma declaração conjunta em que “prometiam apoiar uma península coreana desnuclearizada, respeitar a soberania do outro e abster-se da ameaça ou uso da força” (WERTZ, 2018, p. 7, tradução nossa).

As negociações seriam retomadas em junho de 1994, já no governo de Bill Clinton, com uma visita do ex-presidente Jimmy Carter a Pyongyang para uma reunião com Kim Il-sung. Segundo Glenn Snyder, esse encontro “face a face” foi “um dramático ponto de inflexão na direção da política dos Estados Unidos em relação à Coreia do Norte, criando condições para a reabertura de discussões de alto nível e a negociação de um pacote de ofertas ao Norte” (1997, p. 66-67, tradução nossa).

A morte de Kim Il-sung em julho de 1994, portanto um mês após o encontro com Carter, não impediu a assinatura do Acordo Quadro em outubro daquele ano, em Genebra, na Suíça. Pelo documento, a Coreia do Norte “concordava em congelar as operações nas instalações nucleares de Yongbyon e interromper a planejada construção de novos reatores” (WERTZ, 2018, p. 8, tradução nossa). Para compensar a perda de geração de energia por parte dos norte-coreanos, os Estados Unidos se comprometeram a construir dois reatores nucleares de água leve⁵⁹ e a enviar, anualmente, 500 mil toneladas de óleo pesado para a Coreia do Norte. O texto previa ainda que os Estados Unidos iriam suspender as sanções impostas a Pyongyang, retirar a Coreia do Norte da lista dos países patrocinadores de terrorismo, normalizar as relações políticas entre os dois países, ainda sujeitas aos termos do armistício de 1953, e que ambas as partes iriam fornecer “garantias formais” de que não iriam ameaçar ou utilizar armas nucleares (RYAN, 2017).

⁵⁹*LWR*, na sigla em inglês.

Na prática, pouco disso saiu do papel. Não faltam elementos que atestem o fracasso do Acordo Quadro. Maria Ryan lembra que

[...] os reatores de água leve nunca foram construídos, [...] os embarques de petróleo pesado sempre atrasavam, [...] a Coreia do Norte não foi retirada da lista do Departamento de Estado de países patrocinadores do terrorismo até 2008, [...] um número limitado de sanções impostas pelos Estados Unidos foi aliviado, mas não antes de 2000 – seis anos depois do prometido no acordo [...] e o mais importante, nenhuma ação foi adotada para encerrar formalmente a Guerra da Coreia. (RYAN, 2017, tradução nossa).

Bruce Cumings acrescenta um aspecto que reforça as limitações do acordo. Com base em declarações de Peter Hayes, do Instituto Nautilus, o pesquisador revela que o tipo de óleo enviado pelos Estados Unidos não era totalmente adequado às caldeiras norte-coreanas e que a quantidade entregue não alcançou nem 2% das necessidades energéticas da Coreia do Norte. A principal ajuda norte-americana ocorreu, segundo Cumings, por meio de alimentação, principalmente durante a “marcha penosa”, na segunda metade da década de 1990 (2004, p. 182-183). Cumings lembra, no entanto, que um importante item da pauta de segurança e defesa não foi cumprido. “Pelo Acordo Quadro de 1994, os Estados Unidos prometeram ‘garantias formais’ de que a Coreia do Norte não seria ameaçada com armas nucleares, mas estas garantias nunca foram fornecidas” (CUMINGS, 2004, p. 87). Selig S. Harrison vai além:

Pyongyang se propôs a encerrar os testes, a produção e a implantação de mísseis, mas apenas como parte de acordos de controle de armas nucleares e convencionais, e contanto que ocorressem mudanças básicas na postura militar dos Estados Unidos com relação à Coreia – o que não aconteceu. (HARRISON, *apud* GEIGER, 2018, p. 15).

Segundo Andrew O’Neil, “[...] Washington e Pyongyang alegaram que o outro lado falhou no cumprimento de suas respectivas obrigações dentro do Acordo Quadro”. Para o pesquisador australiano, o que ocorreu, na verdade, foi que ambas as partes deixaram de se interessar pelo salvamento do acordo quando “ficou claro que a principal premissa do pacto – o congelamento do programa nuclear da Coreia do Norte – não era mais sustentável” (O’NEIL, 2007, p. 63, tradução nossa).

4.2 A segunda crise nuclear

O desrespeito da Coreia do Norte em relação a tal premissa ficou patente a partir de outubro de 2002, quando os serviços de inteligência dos Estados Unidos descobriram que o país estava enriquecendo urânio. Inicialmente, Pyongyang negou, mas diante das evidências acabou admitindo a existência do programa de enriquecimento ilícito. Washington determinou, então, a imediata suspensão dos envios de petróleo e informou que só iria retomar negociações quando as instalações fossem desmanteladas (O'HANLON, 2003, p. 15). A resposta norte-coreana foi dura. Pyongyang anunciou que estava deixando o Acordo Quadro. A decisão incluía também a “automática e imediata” saída do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e a expulsão, de seu território, dos inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica, além da promessa de que seriam retomadas as operações na usina de Yongbyon e a construção de novas instalações nucleares em Taechon (O'NEIL, 2007, p. 63): “A Coreia do Norte expulsou novamente os inspetores da AIEA [...] (e afirmou) que qualquer sanção por parte do Conselho de Segurança (da ONU) seria interpretada como uma ‘declaração de guerra’” (CUMINGS, 2004, p. 90, tradução nossa). De acordo com O'Hanlon e Mochizuki, a descoberta desse programa de enriquecimento de urânio “mudou tudo” na relação da Coreia do Norte com os Estados Unidos, elevando as tensões para “uma crise na península que não se via desde 1994”. Segundo os autores,

[...] aquele programa é uma clara violação às obrigações da Coreia do Norte para com o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), de 1968, assinado em 1985, e, conseqüentemente, do Acordo Quadro. Também viola um tratado de 1991 entre as duas Coreias, um acordo que foi facilitado pela decisão dos Estados Unidos de retirar suas armas nucleares da Coreia do Sul, o que baniu qualquer capacidade nuclear da península. (O'HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 31, tradução nossa).

Os motivos que levaram ao fracasso do Acordo Quadro vão além das violações de acordos e tratados por ambas as partes. As divergências internas nos Estados Unidos, citadas anteriormente, também dificultaram bastante a construção de um consenso com os norte-coreanos. Para coordenar a implementação das cláusulas e o financiamento da construção dos novos reatores civis de água leve foi criada uma entidade internacional com sede em Nova York, a Organização de Desenvolvimento Energético da Península Coreana,

KEDO, na sigla em inglês. Mais de vinte países aderiram à iniciativa, mas “os três maiores financiadores foram a Coreia do Sul, o Japão e os Estados Unidos” (JESUS, 2018, p. 84). O financiamento das obras foi um dos aspectos que desencadearam críticas internas ao governo americano pela assinatura do acordo. “Senadores acusaram Clinton de subestimar o custo e superestimar a contribuição dos aliados dos Estados Unidos para financiar os reatores” (RYAN, 2017, tradução nossa). Segundo o embaixador José Manuel Duarte de Jesus, a participação da União Europeia ocorreu por meio da Agência Internacional de Energia Atômica e a contribuição financeira teria sido de US\$ 122 milhões. O total corresponde a menos de um terço do investimento feito pelos Estados Unidos (US\$ 400 milhões) e menos de um décimo do US\$ 1,5 bilhão empenhado pela Coreia do Sul (JESUS, 2018, p. 84).

As críticas internas não se restringiam às questões financeiras. Os chamados “falcões republicanos”, normalmente defensores de posturas duras e belicistas nas questões internacionais, “zombaram do Acordo Quadro por supostamente recompensar o comportamento agressivo” dos norte-coreanos (RYAN, 2017, tradução nossa). Para O’Hanlon e Mochizuki, o acordo teria encorajado a Coreia do Norte a desenvolver um “comportamento extorsivo” (2003, p. 4, tradução nossa). Autor do prefácio da obra assinada pelos dois ex-integrantes da *Brookings Institution*, em Washington, Strobe Talbott destaca o motivo pelo qual os autores defenderam uma revisão da política adotada até então pelos governos americanos em relação à Coreia do Norte:

O foco da administração Clinton nos programas norte-coreanos nuclear e de mísseis, apesar de produtivo em um primeiro momento, contribuiu inadvertidamente para que a Coreia do Norte desenvolvesse uma tendência de usar seus perigosos programas bélicos como moeda de troca. (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. VIII, tradução nossa).

Gilbert Rozman enumera sete razões que dificultam as negociações dos Estados Unidos com os norte-coreanos e a primeira delas é, justamente, “[...] a visão da Coreia do Norte como totalmente culpada e não merecedora de nenhuma recompensa”. O professor da Princeton University cita ainda “a visão do Norte como um regime do mal que iria ganhar credibilidade e recursos”, além do “receio de enfraquecer o Tratado de Não Proliferação e estabelecer um mau precedente” (ROZMAN, 2007, p. 30, tradução nossa).

O economista político Nicholas Eberstadt, conselheiro sênior do Escritório Nacional de Pesquisas Asiáticas, reforça que “os críticos dentro do governo acreditavam que o Acordo Quadro havia ‘recompensado mau comportamento’ sem a garantia do desmantelamento do programa nuclear da Coreia do Norte”. Para ele, “os Estados Unidos tinham, inclusive, se transformado no principal patrono e financiador da sobrevivência do Estado norte-coreano” (EBERSTADT, *apud* MARTIN, 2007, p. 67, tradução nossa). De acordo com Bruce Cumings, Bill Clinton foi insultado por republicanos durante anos por causa do Acordo Quadro. As críticas partiam, também, da imprensa, como em um editorial do *The Wall Street Journal* afirmando que o presidente seria lembrado “por derramar dinheiro no regime dos Kim, enquanto deveria ter permitido a ruína”. O texto indagava o motivo de “ajudar esse Estado orwelliano neste momento de máxima vulnerabilidade” (CUMINGS, 2004, p. 82, tradução nossa).

Como já indicamos anteriormente, a política dos Estados Unidos em relação a Pyongyang mudou bastante a partir da gestão George W. Bush, principalmente depois dos ataques às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001. O surgimento da doutrina do ataque preventivo e a inclusão da Coreia do Norte no chamado “eixo do mal” são dois elementos que atestam essa mudança de abordagem. “Em seu início, a política (de Bush) foi fundamentada em uma forte [...] preferência por ‘asfixia’ em vez de ‘oxigênio’, por pressão e isolamento em vez de recompensas” (MARTIN, 2007, p. 65, tradução nossa).

No entanto, as divisões internas, já relatadas na gestão Clinton, persistiam com George W. Bush. Se os Estados Unidos não sabiam, exatamente, o que queriam, nem qual deveria ser a abordagem, não há dúvidas de que as negociações seriam comprometidas. De acordo com Bruce Cumings, Washington tinha consciência, naquele momento, de que negociar com a Coreia do Norte seria recompensar “chantagistas nucleares”, mas, ao mesmo tempo, sabia que se não sentassem à mesa, Pyongyang em breve se tornaria uma potência nuclear (2004, p. 92), o que realmente aconteceu, poucos anos depois. Os desencontros e divergências incluíam o alto escalão. A nova política para a Coreia do Norte, denominada “contenção sob medida”⁶⁰, anunciada em dezembro de 2002 pela então conselheira de Segurança Nacional, Condoleeza Rice⁶¹, durou apenas um dia, pois foi “rapidamente repudiada” pelo secretário de Estado, Colin Powell (CUMINGS, 2004, p. 92). O próprio discurso do presidente dava margem a

⁶⁰*Tailored containment*, na tradução em inglês.

⁶¹Condoleeza substituiu Powell na Secretaria de Estado dos Estados Unidos durante o segundo mandato de George W. Bush, de janeiro de 2005 a janeiro de 2009.

diferentes interpretações. “George W. Bush repetia diversas vezes que os Estados Unidos não tinham intenção de ‘invadir’ a Coreia do Norte, embora leitores atentos assinalassem que isso não significava que eles não iriam ‘atacar’ o Norte” (CUMINGS, 2004, p. 93, tradução nossa).

Para Curtis H. Martin, o discurso de George W. Bush, qualificando Kim Jong-il como um tirano, a continuidade dos exercícios militares conjuntos com a Coreia do Sul, vistos como provocativos pelo Norte, e a insistência de que não iria tolerar que Pyongyang desenvolvesse armas nucleares “sugeria que qualquer apaziguamento detectado em relação à Coreia do Norte era, na verdade, temporário e tático” (2007, p. 74, tradução nossa). Victor Cha interpreta essa postura dúbia dos Estados Unidos em relação à Coreia do Norte como uma vantagem da gestão Bush em relação ao governo Clinton. Segundo o autor, os benefícios concedidos pela administração Clinton e pela Coreia do Sul, por meio da *sunshine policy*, na forma de “comida, energia e moeda forte”, permitiam que Bush manejasse a abordagem em relação à Coreia do Norte, com “cenoura e um potente bastão”, ao mesmo tempo. Ou seja, ao contrário de Clinton, Bush tinha o que tirar da Coreia do Norte. “A política que os republicanos criticaram de forma tão veemente [...] permitia, agora, a versão linha-dura de engajamento deles” (CHA, 2012, p. 87, tradução nossa).

Se a postura dos Estados Unidos em relação à Coreia do Norte tem sido dúbia, alternando momentos de aproximação e maior pressão, recompensas e sanções, cenouras e bastões, o mesmo se aplica à forma como Pyongyang atua diante dos norte-americanos. “Negociar com a Coreia do Norte resume-se a contradições. O que é importante em um dia pode não ser no seguinte. Uma posição que eles defendem obstinadamente por semanas e meses pode desaparecer de repente” (CHA, 2009, p. 3, tradução nossa). “Talvez Pyongyang queira apenas que o resto do mundo acredite que eles estão interessados em um negócio, enquanto, discretamente, eles trapaceiam em relação a qualquer acordo firmado” (CHA, 2009, p. 220, tradução nossa). Cabe ressaltar, no entanto, que o comportamento da Coreia do Norte reflete uma característica fundamental da estratégia de dissuasão, que é a manutenção de uma atmosfera de incerteza (BEAUFRE, 2002, p. 69). Se o seu oponente estiver totalmente certo que você não utilizará sua força militar, a dissuasão não funciona. Segundo Andrew O’Neil, para que a política de dissuasão tenha credibilidade é necessário que o adversário perceba a existência de uma ameaça que possa ser concretizada pelo acaso. “De certa forma, ironicamente, se a dissuasão é para evitar a guerra, risco e incerteza são pré-requisitos

fundamentais (2007, p. 76, tradução nossa). Para o professor australiano, Pyongyang vem obtendo sucesso na aplicação dessa estratégia. “[...] se os Estados Unidos e seus aliados tivessem certeza que a Coreia do Norte não tem intenção de usar armas nucleares, não haveria necessidade de institucionalizar a dissuasão na península coreana (O’NEIL, 2007, p. 76-77, tradução nossa).

A manutenção de uma atmosfera de incerteza é importante, também, em razão do chamado “problema de credibilidade” que, segundo Patrick Morgan, é inerente à dissuasão nuclear. “Quando um governo ameaça usar armas nucleares, é pouco provável que os outros acreditem” (2006, p. 81, tradução nossa). Robert Jervis ressalta, no entanto, que, para ser efetiva, uma ameaça nuclear não precisa ser totalmente confiável. “Mesmo uma remotíssima chance de que uma confrontação ou provocação possa levar a uma guerra nuclear será suficiente para deter todos, exceto os adversários altamente motivados (JERVIS, 1986, p. 696-697, tradução nossa). Nos parece claro que a Coreia do Norte se aproveita dessas características ao alternar momentos de diálogo e confrontação. O ex-oficial do Departamento de Estado dos Estados Unidos nos governos Bush e Clinton, Robert Manning, faz uma analogia com um jogo de cartas para destacar a astúcia dos líderes da dinastia Kim nas negociações. “Os norte-coreanos tinham uma mão muito fraca, e eles jogaram brilhantemente. [...] Os líderes da Coreia do Norte são pessoas formidáveis; eles não deveriam ser subestimados” (CUMINGS, 2004, p. 75, tradução nossa).

Victor Cha classifica a forma de negociação da Coreia do Norte como uma “barganha coercitiva”. Segundo ele, o “*modus operandi*” utilizado por Pyongyang baseia-se em

[...] ameaçar ou realizar atos beligerantes que violem a paz e rompam o *status quo*, normalmente ressaltando alguma ofensa dirigida à Coreia do Norte. Esse ato individual é, normalmente, grave o suficiente para levantar suspeitas de que, se combinado com outras ações similares e subsequentes, poderia ser o precursor de um conflito maior. (CHA, 2002, p. 228, tradução nossa).

Dessa forma, de acordo com Cha, a dinastia Kim tem conseguido alterar favoravelmente as condições de negociação. “Washington e Seul são, portanto, manipulados para uma estranha posição em que desejam punir o ato inicial, mas, ao mesmo tempo, pretendem evitar uma desnecessária e custosa escalada do conflito que poderia advir dessa ação (CHA, 2002, p. 228, tradução nossa).

Acreditamos que a estratégia utilizada pela Coreia do Norte possa, de alguma forma, ser identificada com a “manobra da alcachofra⁶²”, citada por André Beaufre como uma das alternativas para o sucesso em uma guerra assimétrica, com liberdade de ação sempre estreita, como é o caso do embate entre Pyongyang e Washington. A estratégia consiste em buscar um objetivo por meio de pequenas ações, da mesma forma que se saboreia a alcachofra, folha por folha. Segundo o general francês, tal manobra permite a dissimulação de reais interesses. Beaufre afirma que é condição indispensável que “o objetivo pareça suficientemente limitado para ser aceito pela opinião internacional. Hitler conseguiu apresentar cada um de seus sucessivos objetivos como se fossem o único e o último” (BEAUFRE, 2002, p. 102, tradução nossa).

Ao abordar o histórico de negociações da Coreia do Norte, o professor da Universidade da Califórnia Patrick Morgan descreve um padrão duro e repetitivo.

Eles condenam as ações dos outros que não concordam e, regularmente, ameaçam realizar operações militares, abandonar acordos ou interromper negociações. Eles normalmente operam como se o resto do mundo fosse tão hostil que eles só irão conseguir o que querem pela força. A Coreia do Norte é combativa, assertiva, insultante, exigente e extremamente repetitiva. (MORGAN, 2006, p. 183, tradução nossa).

Patrick Morgan avalia que o padrão de negociações apresentado pela Coreia do Norte é o oposto da chamada “abordagem de Fisher”. O pesquisador refere-se ao professor da Universidade de Harvard Roger Fisher, especialista em negociações internacionais, para quem as “negociações frequentemente falham porque são mal conduzidas” (MORGAN, 2006, p. 179, tradução nossa). Morgan lembra que, para Fisher, a negociação é vista como uma técnica em que

[...] o inimigo real é o problema, e o oponente pode ser um aliado na solução.
[...] Para a escola de Fisher, o ideal é que a negociação seja convertida de um exercício competitivo de tentar tirar o máximo do outro lado em um processo em que as partes se veem numa busca solidária por uma solução principal. (MORGAN, 2006, p. 180, tradução nossa).

⁶²Também conhecida como “manobra do salame”, que se corta em pequenas fatias.

Muito mais competidores do que aliados, Coreia do Norte e Estados Unidos não se encaixaram nessa possibilidade de negociação. Com o fracasso do Acordo Quadro, as tensões entre os dois países voltaram a crescer. “Pyongyang passou a falar abertamente sobre desenvolver sua ‘força nuclear de dissuasão’ a menos que os Estados Unidos interrompessem sua ‘política hostil’” (WERTZ, 2018, p. 10, tradução nossa). A saída, diante das pressões internas de que Washington não deveria negociar com a “má” Coreia do Norte, foi substituir as tentativas bilaterais por um novo concerto, envolvendo outras nações (MARTIN, 2007, p. 69-70).

4.3 *Six Party Talks*: Coreia do Sul, China, Rússia e Japão nas negociações

A ideia de incluir outros países nas conversações, de início, não agradava a Coreia do Norte, que sempre buscou negociar de forma isolada com os Estados Unidos (CHA, 2009, p. 120; JESUS, 2018, p. 100; KWAK, 2007, p. 27). “A administração Bush insistiu no formato multilateral na crença de que iria internacionalizar a questão do programa nuclear da Coreia do Norte e colocar pressão diplomática adicional em Pyongyang” (WERTZ, 2018, p. 10, tradução nossa). Surgiam, então, em 2003, as chamadas Negociações a Seis, ou *Six Party Talks*, na tradução em inglês, que envolviam, além de Estados Unidos e Coreia do Norte, também Coreia do Sul, China, Japão e Rússia.

O fato é que a pressão internacional imaginada pelos Estados Unidos não ocorreu com a intensidade que Washington desejava. “Os Estados Unidos esperavam que a Coreia do Norte ficasse isolada na mesa de negociações, em um formato de cinco contra um” (MARTIN, 2007, p. 70, tradução nossa), mas o alinhamento acabou ficando do tipo 1-2-3.

A Coreia do Sul, com sua política de ‘paz e prosperidade’, se juntou a China e Rússia, como os três mais dispostos à conciliação. Enquanto isso, o Japão emparelhou-se aos Estados Unidos como um dos ‘dois’ mais favoráveis à pressão, porém ainda mais resistente a uma solução militar que poderia provocar um ataque da Coreia do Norte ao território japonês. (MARTIN, 2007, p. 70, tradução nossa).

Segundo Curtis H. Martin, “mesmo diante da iminência do primeiro teste nuclear da Coreia do Norte, China e Coreia do Sul mantiveram uma prioridade relativamente maior do que os Estados Unidos em preservar a estabilidade na península coreana”. O autor destaca ainda o interesse dos dois países em “[...] administrar ou mesmo reprimir a influência dos Estados Unidos na península coreana” (2007, p. 79, tradução nossa).

A dificuldade dos Estados Unidos em conseguir emparedar a Coreia do Norte no formato “todos contra um” explica-se pela variedade de interesses entre os participantes das negociações. O colapso do regime norte-coreano, defendido em alguns momentos pelos norte-americanos, não interessa à China, que enxerga a Coreia do Norte como uma importante “zona tampão” entre seu território e as tropas dos Estados Unidos estacionadas na Coreia do Sul. O “[...] aumento das tensões e a possibilidade de conflito militar” também não agrada aos chineses, pois um ambiente de caos poderia gerar um fluxo indesejável de imigrantes norte-coreanos rumo à China (HUSENICOVA, 2018, p. 79, tradução nossa): “Uma mudança política radical na Coreia do Norte e um possível período caótico que se lhe seguiria constitui [...] um cenário que a China gostaria de evitar” (JESUS, 2018, p. 105).

No entanto, uma Coreia unida, nuclear e fortalecida tampouco interessa aos países do entorno. “É improvável que os chineses (e mesmo os russos) desejem uma Coreia unificada sob a égide de Seul” (PEREIRA; VISENTINI, 2014, p. 192). O embaixador José Manuel Duarte de Jesus concorda:

[...] do ponto de vista da estratégia regional da China, afigura-se-nos como obvio que, em princípio, uma reunificação da península coreana não é um objetivo de Pequim, que tem boas relações com Seul, tanto diplomáticas como económicas. Uma Coreia nuclearizada vai contra todos os objetivos chineses de uma desnuclearização da região asiática. (JESUS, 2018, p. 105).

Em relação aos reais objetivos dos Estados Unidos no âmbito das Negociações a Seis há divergências entre os pesquisadores. Para Daniel Wertz, a meta de Washington era o “completo, verificável e irreversível desmantelamento” do programa nuclear da Coreia do Norte, a chamada fórmula CVID (2018, p. 10). Andrew O’Neil também sustenta que a CVID já tinha sido colocada pelo presidente Bush como condição fundamental para negociações bilaterais com a Coreia do Norte e que essas premissas seriam mantidas nas Negociações a Seis. O autor revela que tal postura pode ter contribuído para um impasse nas negociações:

“[...] Os norte-coreanos rejeitaram essa posição dos americanos, acusando a administração Bush de usar a fórmula CVID como um obstáculo deliberado para o progresso” (O’NEIL, 2007, p. 65, tradução nossa).

Curtis H. Martin tem uma visão diferente em relação aos objetivos dos Estados Unidos dentro das Negociações a Seis. Para ele, as preocupações de Washington em relação à Coreia do Norte estariam passando por transformações. O objetivo principal não seria mais impedir que a Coreia do Norte se transformasse numa potência nuclear plena, mas, sim, evitar que Pyongyang “transferisse material nuclear e conhecimento para outros Estados e grupos” (MARTIN, 2007, p. 78, tradução nossa). Segundo Martin, a chamada Iniciativa de Segurança Contra a Proliferação, PSI na sigla em inglês, era uma prova dessa mudança. A medida, adotada em 2003 pelo governo Bush, propunha a inspeção de embarcações em águas internacionais, o que feria artigos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CONTINI; LEBRE; PERGHER, 2013). Apesar da pressão por parte dos Estados Unidos, China e Coreia do Sul não integraram a PSI (KWAK, 2007, p. 32).

A Iniciativa de Segurança Contra a Proliferação ocorria na esteira de uma política mais dura dos Estados Unidos em relação à Coreia do Norte, já destacada anteriormente neste trabalho, iniciada logo após os ataques de 11 de setembro às torres gêmeas, com a chamada Guerra ao Terror, a doutrina do ataque preventivo e a inclusão de Pyongyang no que os norte-americanos chamaram de eixo do mal. O novo enfoque foi sentido com força pela Coreia do Norte no que diz respeito à ajuda alimentar. O auxílio, que havia ultrapassado 695 mil toneladas, em 1999, já havia caído para 350 mil quando George W. Bush assumiu a presidência, em 2001. No ano seguinte, Bush reduziu o envio de alimentos para 207 mil toneladas e, no primeiro semestre de 2003, cortou drasticamente a ajuda, para apenas 40 mil toneladas (CUMINGS, 2004, p. 183).

A estratégia de estrangulamento da economia da Coreia do Norte não deu certo. Segundo Michael O’Hanlon e Mike Mochizuki, tal atitude afetava muito mais a população norte-coreana do que o regime. “Os líderes norte-coreanos tendem a ficar mais intransigentes quando colocados contra a parede; além disso, eles estão claramente dispostos a ver sua população morrer de fome antes de capitularem à coerção” (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 4).

As negociações, portanto, já não caminhavam bem, e a ocupação do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003, que será tratada em detalhes mais adiante, serviu para dificultar ainda mais um acordo. Washington acreditava que uma rápida vitória contra Saddam Hussein iria “chocar e aterrorizar” os outros integrantes do chamado “eixo do mal”. De acordo com Curtis H. Martin, os líderes norte-americanos acreditaram que Coreia do Norte e Irã iriam “avaliar que, assim que o Iraque fosse eliminado, os Estados Unidos iriam seguir com a lista” (2007, p. 77, tradução nossa). O fato é que o tiro saiu pela culatra. Como já destacado neste trabalho, a invasão do Iraque, sem o aval da ONU, sob o pretexto forjado de que o país dispunha de armas de destruição em massa, serviu para elevar a sensação de vulnerabilidade da Coreia do Norte e, conseqüentemente, contribuiu para o avanço do programa nuclear da dinastia Kim.

As conversações não avançaram nos dois anos seguintes à invasão do Iraque pelos Estados Unidos, principalmente, por causa das sanções impostas à Coreia do Norte. Pyongyang afirmava que só iria retomar as Negociações a Seis se Washington cancelasse as restrições financeiras (JOO, 2007, p. 2). O problema era que, além das suspeitas de que a Coreia do Norte estava avançando em seu programa nuclear, uma outra acusação surgia com força naquele momento. Segundo os Estados Unidos, em parceria com o Banco Delta Asia (BDA), de Macau, os norte-coreanos teriam falsificado US\$ 45 milhões em notas de cem (KWAK, 2007, p. 22), o que a Coreia do Norte negou de forma veemente. De acordo com Pyongyang, as acusações de falsificação e lavagem de dinheiro eram “fabricadas com o intuito de difamar o regime norte-coreano” (KWAK, 2007, p. 23-24, tradução nossa).

A tentativa seguinte de chegar a um acordo só ocorreria dois anos depois, em setembro de 2005, quando foi anunciada a Declaração Conjunta⁶³ de desnuclearização. Pyongyang passava, mais uma vez, por momentos difíceis. “Kim Jong-il afirmou (seis meses após o acordo) que seu governo poderia entrar em colapso se os Estados Unidos mantivessem as sanções financeiras contra a Coreia do Norte” (KWAK, 2007, p. 23, tradução nossa). Pelo documento, Pyongyang “se comprometia a abandonar seus programas nucleares e retornar ao TNP em troca de comida e assistência energética⁶⁴ por parte dos outros membros das Negociações a Seis” (WERTZ, 2018, p. 10, tradução nossa). O texto assegurava que os

⁶³*Joint Statement*, na tradução em inglês.

⁶⁴Pyongyang condicionava o desmantelamento de seu reator nuclear experimental em Yongbyon à instalação dos reatores de água leve, prometidos pelo governo Clinton, durante o Acordo Quadro, em 1994.

Estados Unidos “não detinham armas nucleares na península coreana e que não tinham a intenção de atacar ou invadir a Coreia do Norte com armas convencionais ou nucleares” (CHA, 2009, p. 126, tradução nossa). Não demorou muito, no entanto, para que, segundo Victor Cha, essa cláusula perdesse todo o significado e fosse “enterrada” junto com a “abandonada Declaração Conjunta de 2005” (CHA, 2009, p. 120, tradução nossa). O primeiro teste nuclear da Coreia do Norte, realizado pouco mais de um ano depois, em outubro de 2006, não deixa dúvidas sobre o fracasso de mais essa tentativa de negociação.

O episódio “renovou o senso de urgência da crise nuclear” e fez com que o governo Bush decidisse “intensificar os esforços diplomáticos” (WERTZ, 2018, p. 11, tradução nossa). Segundo Curtis H. Martin, a “afrota” feita por Pyongyang produziu algo inédito nas conversações: “unir Rússia, Japão, China e Coreia do Sul no apoio aos Estados Unidos em relação às condenações do Conselho de Segurança (da ONU) à Coreia do Norte” (2007, p. 74, tradução nossa). O cientista político ressalta que tal situação descortinava o que poderia ser o real objetivo de Washington dentro das Negociações a Seis. Segundo Martin,

[...] a decisão dos Estados Unidos de preferir políticas multilaterais a unilaterais para lidar com a ameaça norte-coreana pode não significar um reconhecimento de multipolaridade ou limitação. Em vez disso, pode ter sido uma política ‘estritamente instrumental’ projetada mais para pressionar as outras partes a se sujeitarem aos desígnios dos Estados Unidos do que para se empenhar em uma genuína diplomacia consultiva. (MARTIN, 2007, p. 77, tradução nossa).

Para Martin, Washington tinha a convicção de que “se a América liderar, os outros irão seguir” (2007, p. 78, tradução nossa).

A busca dos Estados Unidos pela retomada do diálogo tem relação, também, com uma importante mudança na equipe do presidente Bush. Após as eleições de meio de mandato, em novembro de 2006, dois conhecidos “linhas-duras” deixaram o governo: o secretário de Defesa Donald Rumsfeld e o embaixador para as Nações Unidas John Bolton. “Desde que a segunda crise nuclear começou, em 2002, a administração Bush insistiu que a Coreia do Norte não deveria ser recompensada por seu ‘mau comportamento’ e que deveria desistir de suas ambições nucleares antes de receber qualquer coisa em troca” (JOO, 2007, p. 5, tradução nossa). De acordo com Seung-Ho Joo, com a saída de Rumsfeld e Bolton, tal posição perdeu espaço para os desejos da ala mais pragmática. O episódio ilustra um aspecto já destacado

neste trabalho: os entraves provocados pela divisão interna nos Estados Unidos em relação à forma de lidar com a Coreia do Norte. Joo defende, ainda, que a aproximação do final do mandato fez com que Bush avaliasse o possível acordo com a Coreia do Norte como um bom legado da agenda internacional (2007, p. 6).

Em clima propício, as Negociações a Seis foram retomadas no início de 2007. Após receber de volta o dinheiro que estava congelado no Banco Delta Asia (WERTZ, 2018, p. 11), a Coreia do Norte aceitou o retorno dos inspetores da AIEA e, mais uma vez, prometeu “fechar, lacrar e, eventualmente, desabilitar todas as suas instalações nucleares” (PARK, 2013, p. 174, tradução nossa). Pelo documento, assinado em Berlim em janeiro de 2007, e ratificado em Pequim no mês seguinte (JOO, 2007, p. 6), Pyongyang também ficava “proibida de transferir material nuclear, tecnologia nuclear e conhecimento nuclear para outros atores” (PARK, 2013, p. 174, tradução nossa), o que reforçava uma enorme preocupação dos Estados Unidos naquele momento, já destacada neste trabalho, que era a possibilidade de outros Estados inimigos, como Irã ou Iraque, ou até mesmo grupos terroristas, terem acesso a armas nucleares.

A demolição de uma torre de resfriamento de um reator na usina de Yongbyon, em junho de 2008, elevou as esperanças de que, finalmente, a Coreia do Norte iria ceder, mas as ilusões duraram pouco. Entre os motivos que fizeram com que as negociações não avançassem estavam a descoberta de que Pyongyang colaborava com um programa clandestino de enriquecimento de urânio na Síria e a demora, por parte dos Estados Unidos, em retirar a Coreia do Norte da lista de países patrocinadores do terrorismo⁶⁵ (PARK, 2013, p. 174-175). Mais uma vez, os dois lados não cumpriam seus compromissos. Para John S. Park, “as negociações seguiam a passos de caracol, sugerindo que a intenção do regime (norte-coreano) era simplesmente aguardar o fim da administração Bush, na esperança de que o próximo presidente fosse mais flexível” (2013, p. 175, tradução nossa).

Daniel Wertz ressalta que as negociações foram dificultadas, também, pela piora nas relações da Coreia do Norte com Japão e Coreia do Sul. A questão com Tóquio, que

⁶⁵A Coreia do Norte foi retirada da lista de países patrocinadores do terrorismo em outubro de 2008 e reincluída, em novembro de 2017, pelo presidente Donald Trump. A relação, elaborada pelos Estados Unidos, inclui, ainda, Irã, Síria e Sudão (TRUMP..., 2017). Pyongyang foi incluída pela primeira vez na lista, em 1988, depois da confirmação de que agentes norte-coreanos estavam envolvidos no bombardeio de um avião sul-coreano que provocou a morte de 115 pessoas, em 1987 (HUSENICOVA, 2018, p. 76).

permanece pendente até hoje, refere-se aos sequestros⁶⁶, na década de 1980, de jovens japoneses para utilização pela dinastia Kim em operações de espionagem no Japão. No que diz respeito à Coreia do Sul, as chances de acordo tinham diminuído com a chegada ao poder do presidente Lee Myung-bak, em fevereiro de 2008. Ele fortaleceu a aliança com os Estados Unidos e assumiu uma “postura mais dura” em relação à Coreia do Norte (WERTZ, 2018, p. 11).

O sinal claro de que as negociações caminhavam para o fim foi a decisão da Coreia do Norte de rejeitar um protocolo oficial de verificação de suas instalações nucleares. O regime havia fechado um acordo verbal, em outubro de 2008, mas negou-se a avançar nas conversações “dentro dos termos aceitáveis para os Estados Unidos e seus aliados” (WERTZ, 2018, p. 12, tradução nossa) no âmbito das Negociações a Seis.

O segundo teste nuclear da Coreia do Norte, em 25 de maio de 2009, não foi, portanto, uma surpresa. No mês anterior, Pyongyang já havia realizado um segundo experimento balístico com míssil de longo alcance, provocando novas condenações por parte do Conselho de Segurança da ONU. Em resposta, a Coreia do Norte expulsara mais uma vez os inspetores da AIEA e anunciara a intenção de retomar as atividades do reator de Yongbyon. No comunicado, o regime norte-coreano informou que pretendia “transformar em armamento todo o seu estoque de plutônio, conduzir testes adicionais com mísseis e iniciar experimentos de enriquecimento de urânio” (PARK, 2013, p. 175, tradução nossa).

A resposta dos Estados Unidos e das Nações Unidas ao segundo teste nuclear norte-coreano, no que diz respeito às sanções, foi bem mais dura do que em 2006, o que agravou ainda mais a situação econômica da Coreia do Norte (PEREIRA; VISENTINI, 2014). Aprovada por unanimidade (15 votos a zero), a resolução 1874 reafirmava e expandia as

⁶⁶Durante visita do primeiro-ministro japonês, Junichiro Koizumi, a Pyongyang, em 2002, Kim Jong-il surpreendeu a todos ao admitir que a Coreia do Norte havia sequestrado 13 jovens japoneses de ambos os sexos. O líder norte-coreano disse que oito tinham morrido, pediu desculpas e garantiu que aquilo não ocorreria mais. Na ocasião, Pyongyang autorizou que os outros cinco retornassem ao Japão. O fato é que as contas não fechavam. Os japoneses alegavam que 15 pessoas tinham sido sequestradas, ou seja, duas a mais do que reconheciam os norte-coreanos (KWAK, 2007, p. 21; CUMINGS, 2004, p. 89; O'HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 30). Um relatório da ONU, de 2014, fala em mais de 200 mil pessoas que teriam sido sequestradas pela Coreia do Norte entre as décadas de 1950 e 1980, a maioria sul-coreanos que teriam sido impedidos de retornar para casa após a divisão do país provocada pela guerra. O documento cita crianças e mulheres de países como França, Líbano, Malásia, Tailândia, Cingapura e Romênia. De acordo com o documento, “[...] desde 1950, a República Popular Democrática da Coreia executou, como uma política de Estado em grande escala, uma política sistemática de sequestros e recusa de repatriação, seguidos de desaparecimentos forçados de pessoas de outros países” (O DOLOROSO..., 2018).

sanções adotadas pela resolução 1718, de outubro de 2006, e pela resolução 1695, de julho de 2006. Entre as medidas previstas destacam-se: (1) membros das Nações Unidas ficam proibidos de transferir tecnologia ou material para a Coreia do Norte que possa auxiliar nos programas de mísseis ou de armas de destruição em massa do país; (2) países membros devem evitar a transferência de recursos financeiros para a Coreia do Norte que possam ser usados em seus programas armamentistas; (3) reforço das inspeções de cargas oriundas ou com destino à Coreia do Norte; (4) proibição da importação e exportação de armas e itens relacionados; (5) proibição de viagem de indivíduos associados ao programa de armas de destruição em massa da Coreia do Norte; e (6) proibição de assistência financeira à Coreia do Norte por parte de qualquer membro da ONU, exceto por motivos humanitários. (PARK, 2013, p. 170-171).

Apesar dos abalos à economia norte-coreana, as sanções impostas pelas Nações Unidas desde a década de 1950 não impediram que o regime desenvolvesse seu aparato bélico nuclear. Para Tae-Hwan Kwak, dois fatores explicam a ineficácia das medidas. Um deles é o fato de que, principalmente a China, mas também Rússia e Coreia do Sul, nunca deram suporte total às punições. O outro motivo para que as restrições não afetem de forma significativa o regime norte-coreano é que “[...] a Coreia do Norte já é o país mais isolado do mundo. A maioria dos norte-coreanos vive abaixo dos níveis de subsistência, e eles estão preparados para suportar outra ‘marcha penosa’ à frente, como fizeram entre 1996 e 1999” (KWAK, 2007, p. 32, tradução nossa).

Outro aspecto, já destacado anteriormente, é o fato de que as sanções atingiam muito mais a população empobrecida do que o regime norte-coreano (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 16). Reportagem publicada no *South China Morning Post* revelou que a ajuda humanitária para a Coreia do Norte, já no governo de Barack Obama, caiu de US\$ 117,8 milhões, em 2012, para US\$ 43,8 milhões, em 2016. Portanto, para Andrew Millard “seria errado dizer que as sanções não têm nenhum efeito” (2020, p. 73, tradução nossa).

4.4 Barack Obama e a política de “paciência estratégica”

Não surpreende que o novo presidente dos Estados Unidos tenha agido dessa forma. Obama assumiu a Casa Branca em meio ao colapso das Negociações a Seis e, quatro meses depois, teve de lidar com o segundo teste nuclear da Coreia do Norte. A determinação, naquele momento, era “acabar com o ciclo de provocações, extorsões e recompensas” (WERTZ, 2018, p. 12, tradução nossa), mas a forma escolhida não nos parece ter sido a melhor para os Estados Unidos. Segundo Victor Cha, o histórico de fracassos com o Acordo Quadro, em 1994, e a Declaração Conjunta das Negociações a Seis, em 2005, indicava que, em vez de cumprir as promessas de desnuclearização, Pyongyang estava usando suas armas nucleares para conseguir acordos cada vez mais vantajosos no que diz respeito a comida e energia. “Não admira que os membros da administração Obama tenham expressado seu desinteresse em comprar o mesmo cavalo pela terceira vez” (CHA, 2009, p. 6, tradução nossa). O fato é que esse desinteresse, transformado em isolamento, traduzido pela chamada política de “paciência estratégica”, não funcionou. Segundo Jenny Town, a política do primeiro mandato de Barack Obama para a Coreia do Norte era

[...] baseada na falsa suposição de que, isolada, a fraca Coreia do Norte seria convencida a parar de se comportar de forma errada. Apesar de especialistas com décadas de experiência em lidar com Pyongyang terem alertado que essa política não iria funcionar, a administração seguiu em frente assim mesmo. Como era de se esperar, a paciência estratégica teve o efeito contrário; o comportamento de Pyongyang é o pior de todos os tempos e seus programas de armas de destruição em massa continuam progredindo. (TOWN, 2013, tradução nossa).

Até mesmo os apoiadores da chamada “paciência estratégica” admitiam as falhas dessa abordagem ao qualificar a política como “a menos ruim entre um conjunto de opções ruins”. Para os críticos, a estratégia era “improdutiva diante do agravamento das ameaças nucleares” e “apoiada por pensamentos ilusórios⁶⁷ de que o processo de sucessão na Coreia do Norte fosse um fracasso” (WERTZ, 2018, p. 13, tradução nossa). O fato de Barack Obama ter assumido a presidência no momento em que a Coreia do Norte também preparava uma sucessão dificultou ainda mais a possibilidade de um acordo. Segundo John S. Park, a reversão de Pyongyang para uma postura mais beligerante, que culminou com o segundo teste nuclear, não foi “por acidente”. Para o pesquisador, “a reação parece ter sido calibrada cuidadosamente para coincidir com a iminente sucessão de Kim Jong-il por seu terceiro filho e herdeiro, Kim Jong-un” (PARK, 2013, p. 175, tradução nossa).

⁶⁷ *Wishful thinking*, na tradução em inglês.

Vale ressaltar que a política de “paciência estratégica” do governo Obama não significava um isolamento total da Coreia do Norte. Prova disso foi a viagem do ex-presidente Bill Clinton, em agosto de 2009, a Pyongyang, que culminou com a libertação de duas jornalistas⁶⁸ americanas que estavam presas no país asiático. Mas se o resultado positivo da missão fez surgir alguma esperança de avanço nas negociações envolvendo a questão nuclear, tal expectativa durou muito pouco. Sete meses depois, em março de 2010, as tensões na península coreana voltavam a crescer. Um submarino norte-coreano torpedeou um navio da marinha sul-coreana provocando a morte de 46 marinheiros (PARK, 2013, p. 175). Ainda em 2010, em novembro, sul e norte trocaram fogos de artilharia. Pelo menos dois soldados sul-coreanos e dois civis foram mortos na ilha de Yeonpyeong. O número de vítimas no lado norte-coreano é desconhecido (WERTZ, 2018, p. 13).

A temperatura elevou-se ainda mais quando a Coreia do Norte admitiu algo que negara durante todo o período das Negociações a Seis. Em novembro de 2010, durante visita de uma delegação não-governamental americana, chefiada pelo físico Siegfried Hecker, então co-diretor do Centro para Segurança e Cooperação Internacional da Universidade Stanford, o regime norte-coreano mostrou aos visitantes um complexo de centrífugas de urânio⁶⁹, o que provava que o país dispunha de “um potencial caminho alternativo para a bomba” (PARK, 2013, p. 175, tradução nossa) já que, até então, Pyongyang só admitia a utilização de plutônio como matéria-prima para suas armas nucleares.

Apesar de eu e outros especialistas em não-proliferação sempre acreditarmos que a Coreia do Norte detinha um programa paralelo de enriquecimento de urânio – e havia amplas evidências disso – eu fiquei surpreso com a escala e a sofisticação do aparato. Em vez de encontramos algumas dúzias de centrífugas de primeira geração, nós vimos filas de centrífugas avançadas, aparentemente em plena operação. (HECKER, 2010, tradução nossa).

⁶⁸Laura Ling e Euna Lee tinham sido condenadas a 12 anos de trabalhos forçados em um campo de prisioneiros por terem entrado ilegalmente na Coreia do Norte, pela fronteira da China, com o objetivo de fazer reportagens sobre o tráfico de mulheres da Coreia do Norte para a China (CHA, 2009, p. 10).

⁶⁹O episódio desmonta a tese defendida pelo ex-presidente do Paquistão Pervez Musharraf de que a transferência de tecnologia e equipamentos, coordenada pelo paquistanês Abdul Qadir Khan, não teria contribuído para o desenvolvimento da capacidade nuclear da Coreia do Norte. Como descrito neste trabalho, em sua autobiografia, Musharraf alegava que o programa norte-coreano era baseado somente em plutônio.

Apesar das descobertas, a administração Obama retomou as negociações a partir do segundo semestre de 2011. As conversações bilaterais culminaram com um documento assinado em 29 de fevereiro de 2012, chamado de “acordo do dia bissexto”. Pelo texto, a Coreia do Norte se comprometia, mais uma vez, a retomar as inspeções da AIEA e interromper testes nucleares, lançamentos de mísseis de longo alcance e qualquer atividade no complexo de Yongbyon. Em troca, o regime receberia 240 mil toneladas de alimentos. Mas, de novo, o acordo ficou no papel. A Coreia do Norte anunciou que iria colocar um satélite em órbita, alegando que tal experimento não feria o trato, mas os Estados Unidos não concordaram. Apesar de o lançamento ter fracassado, o envio de comida foi suspenso e o chamado *leap day deal*, cancelado. Logo em seguida, já com a Coreia do Norte sob o comando de Kim Jong-un, a revisão da Constituição, com o país se autodeclarando “uma potência nuclear com poder militar invencível” configurava um “aprofundamento do compromisso público com seu programa nuclear sob o comando do novo líder” (WERTZ, 2018, p. 14, tradução nossa). Neste contexto, o terceiro teste nuclear, em fevereiro de 2013, não causou tanta surpresa quanto os dois anteriores.

O aumento das tensões foi, no entanto, inevitável. Em resposta às sanções determinadas pela Resolução 2094⁷⁰ da ONU, a Coreia do Norte subiu o tom e, em março de 2013, ameaçou lançar um ataque preventivo contra os Estados Unidos. A reação de Washington foi imediata, com a utilização, pela primeira vez, de bombardeiros capazes de lançar artefatos nucleares de longo alcance durante o exercício anual de guerra em parceria com a Coreia do Sul. Segundo John S. Park, os aviões decolaram “das bases de Guam e do Missouri para a Coreia do Sul como uma demonstração de seus recursos adicionais, tanto para reafirmar a aliança com a Coreia do Sul quanto para deter a Coreia do Norte” (2013, p. 176, tradução nossa). Kim Jong-un rebateu, elevando ainda mais a temperatura. Pyongyang considerou nulo o acordo de armistício, assinado em 1953, “declarou que um ‘estado de guerra’ com a Coreia do Sul estava em vigor, anunciou a intenção de reativar o reator de Yongbyon e fechou temporariamente o complexo industrial inter-coreano de Kaesong (WERTZ, 2018, p. 14, tradução nossa). O então novo líder chinês Xi Jinping agiu rapidamente para apaziguar os ânimos ao enviar mensagens diretas a Pyongyang. A

⁷⁰Entre as medidas adotadas, estão: reafirma e expande as sanções anteriores, incluindo as financeiras; impede o acesso da Coreia do Norte a instituições financeiras internacionais; apela aos Estados membros que impeçam o tráfego de aviões por seu espaço aéreo caso haja suspeita de transporte de itens proibidos; fortalece a autoridade dos Estados membros para inspecionar cargas oriundas ou com destino à Coreia do Norte; e solicita aos Estados membros que neguem o acesso a portos para qualquer embarcação norte-coreana que recusar inspeção (PARK, 2013, p. 171, tradução nossa).

desestabilização da península seria prejudicial à China por dois motivos, já ressaltados neste trabalho: um eventual fortalecimento da Coreia do Sul, que aumentaria ainda mais a influência dos Estados Unidos na região; e o provável desencadeamento de um fluxo indesejável de refugiados norte-coreanos em direção ao território chinês (HUSENICOVA, 2018, p. 79; JESUS, 2018, p. 105; PEREIRA; VISENTINI, 2014, p. 192).

A intervenção chinesa parece ter surtido efeito. Em junho de 2013, Pyongyang propôs a retomada das negociações, mas como não se comprometeu a suspender os testes de mísseis e de artefatos nucleares, Washington não aceitou. Além do aspecto militar, a administração democrata de Barack Obama passou a pressionar a Coreia do Norte, também, em relação às questões humanitárias⁷¹, o que tornava o acordo ainda mais difícil. “No começo de 2014, uma Comissão de Inquérito da ONU [...] encontrou, na Coreia do Norte, evidências de ‘brutais, sistemáticas e generalizadas violações de direitos humanos’ e sugeriu o encaminhamento da situação para o Tribunal Penal Internacional” (WERTZ, 2018, p. 14, tradução nossa), em Haia, na Holanda.

Uma nova tentativa de acordo, no começo de 2015, também não avançou. A Coreia do Norte admitiu suspender os testes nucleares, como queria Washington, mas somente se os Estados Unidos e a Coreia do Sul cancelassem os exercícios militares conjuntos. Como Pyongyang recusou-se a incluir a desnuclearização na agenda, Washington, mais uma vez, negou-se a retomar as conversações. O resultado de mais um fracasso seguiu o mesmo roteiro das tentativas anteriores. Dois novos testes nucleares foram realizados pela Coreia do Norte em 2016, somando cinco até aquele momento, mais uma vez seguidos de sanções dos Estados Unidos e da ONU. As punições incluíam, pela primeira vez, restrições às exportações de carvão, uma importante fonte de renda do regime norte-coreano. Outra novidade foi a inclusão de acusações “pessoais dirigidas a Kim Jong-un por violação dos direitos humanos, o que levou Pyongyang a cortar todos os contatos oficiais com os Estados Unidos até o final do mandato de Obama” (WERTZ, 2018, p. 15, tradução nossa).

⁷¹Entre as denúncias que pesam sobre o regime estão assassinatos de dissidentes, entre eles o do tio de Kim Jong-un, Jang Song-thaek, executado em 2013, sob acusação de traição (TRAITOR..., 2013). Os Estados Unidos e a Coreia do Sul acusam, também, o regime norte-coreano de ser responsável pela morte do meio-irmão mais velho de Kim Jong-un, em 2017. Kim Jong-nam foi envenenado por duas mulheres num aeroporto da Malásia. O governo da Coreia do Norte nega participação no crime (JEONG, 2021).

Para Lucia Husenicova, a questão da Coreia do Norte pode ser considerada o maior fracasso da política externa de Barack Obama. A professora ressalta, no entanto, que a culpa não deve ser creditada somente ao ex-presidente dos Estados Unidos. Para ela, o fato de a dinastia estar passando por um momento de transição de poder teve forte influência no comportamento de Pyongyang frente às negociações. “O novo líder tem sido mais assertivo em sua política externa, na medida em que definiu o desenvolvimento do programa nuclear como uma das políticas cruciais de seu governo” (HUSENICOVA, 2018, p. 77, tradução nossa).

4.5 Trump e Kim Jong-un: farpas, afagos e poucos avanços

Era a vez, então, de os Estados Unidos passarem por seu momento de transição de governo. A falta de experiência de Donald Trump em questões diplomáticas e a conduta errática, imprevisível, adotada no início da gestão, trouxeram dúvidas em relação à postura do novo presidente diante da Coreia do Norte. Trump assumira o mandato com um discurso de que os Estados Unidos deveriam deixar de ser a polícia do mundo⁷², mas em poucos meses de governo já havia ordenado o lançamento de bombas na Síria e no Afeganistão. Poucos dias antes de tomar posse, pelo Twitter, o presidente deu um indicativo do que poderia ser a conduta em relação à Pyongyang: “Coreia do Norte acaba de declarar que está em fase final de desenvolver uma arma nuclear capaz de alcançar parte dos Estados Unidos. Isso não vai acontecer” (TRUMP, 2017, tradução nossa). A chegada de Trump ao poder coincidiu com o período em que a Coreia do Norte mais testou seus mísseis balísticos. Foram 22 lançamentos somente em 2017. Foi também naquele ano que a dinastia Kim realizou seu maior experimento nuclear até agora. O artefato de hidrogênio, estimado em 120 quilotons, era oito vezes mais potente que a bomba de Hiroshima (POTÊNCIA..., 2017). Não surpreendeu, portanto, que a administração Trump adotasse uma política identificada como “máxima pressão” em relação à Coreia do Norte (WERTZ, 2018).

⁷²Em entrevista ao *The New York Times*, em julho de 2016, Donald Trump afirmou: “Nós vamos tomar conta deste país antes de nos preocuparmos com qualquer outra pessoa no mundo” (GALEOTTI, 2016, tradução nossa).

Incomodado com a sequência de testes de mísseis balísticos, Donald Trump disse, em agosto de 2017, que a Coreia do Norte iria se deparar com “fúria e fogo jamais vistos no mundo”, caso continuasse a ameaçar os Estados Unidos. A troca de insultos prosseguiu nos meses seguintes em um tom que mais parecia uma disputa juvenil, bem distante do trato usual entre dois chefes de Estado. Chamado de caquético, Trump devolveu com ironia: “[...] por que Kim Jong-un me insulta, chamando-me de ‘velho’, se eu NUNCA o chamei de ‘baixinho e gordo’?” (TRUMP, 2017, grifo do autor, tradução nossa). “Homenzinho do foguete” e “cachorrinho doente” foram outros adjetivos usados por Trump para se referir ao líder da Coreia do Norte (BRICE; OSBORN, 2017).

Kim Jong-un elevou o tom no tradicional pronunciamento de passagem de ano, em 1 de janeiro de 2018, ao afirmar que “todos os Estados Unidos estão ao alcance de nossas armas nucleares e um botão nuclear está sempre sobre minha mesa. Essa é a realidade, não uma ameaça” (AHRENS, 2018). Donald Trump respondeu no dia seguinte, via Twitter: “alguém de seu regime empobrecido e faminto, por favor, informe a ele que eu também tenho um Botão Nuclear, muito maior e mais potente que o dele, e que meu botão funciona” (AHRENS, 2018, tradução nossa). A troca de farpas entre os dois mandatários motivou uma profusão de charges na imprensa mundial, como a que destacamos a seguir.

Figura 3 – A disputa de “botões” entre Trump e Kim



Fonte: Mário Tarcitano

Foi neste cenário de troca de ameaças que a Coreia do Norte testou seu principal míssil balístico, o Hwasong-15, que, de acordo com Pyongyang, pode “carregar uma ogiva pesada e atingir qualquer parte do mundo” (O QUE..., 2017). Na medida em que cresciam as tensões, retornavam, também, as divergências internas nos Estados Unidos sobre como lidar com a Coreia do Norte. As discussões sobre a possibilidade de um ataque preventivo ganharam força. Segundo o Conselheiro de Segurança Nacional, Herbert Raymond McMaster, “a teoria clássica de dissuasão não poderia ser aplicada à Coreia do Norte devido à brutalidade e agressividade do regime”. Para o senador republicano Lindsey Graham, “uma guerra na península (coreana) valeria a pena se interrompesse uma ameaça nuclear aos Estados Unidos” (WERTZ, 2018, tradução nossa).

Pressionado, Kim Jong-un decidiu recuar. No tradicional discurso da virada do ano, em 2019, a retórica foi bem diferente do ano anterior. “Eu quero acreditar que nossas relações com os Estados Unidos darão bons frutos este ano, como as relações entre as Coreias tiveram uma grande mudança, pelos esforços de ambos os lados” (KIM..., 2019, tradução nossa). O líder norte-coreano referia-se à aproximação que ocorria naquele momento com Seul, favorecida pela mudança na presidência da Coreia do Sul. Logo ao assumir o comando do país, em maio de 2017, Moon Jae-in⁷³, disse que faria o possível para construir a paz na península (MOON..., 2017). Kim Jong-un fez a sua parte. Em 27 de abril de 2018, tornou-se o primeiro líder da Coreia do Norte a pisar na Coreia do Sul desde 1953. Em menos de cinco meses, Kim e Moon encontraram-se três vezes, o que demonstrava que os dois tinham a intenção de encerrar um ciclo de tentativas fracassadas⁷⁴ de aproximação nos anos anteriores. “A não implementação do que os dois países vizinhos acordaram não irá acontecer de novo” (EFE, 2018, tradução nossa), afirmou Kim Jong-un.

⁷³Venceu eleições antecipadas devido ao impeachment de Park Geun-hye, acusada de corrupção.

⁷⁴Em 2000, o presidente da Coreia do Sul, Kim Dae-jung, recebeu o prêmio Nobel da Paz por um acordo fechado com Kim Jong-il, mas, dois anos depois, as duas Coreias voltaram a se enfrentar numa batalha naval que provocou a morte de 13 marinheiros do Norte e seis do Sul e o acordo foi suspenso. Em 2007, um novo pacto recheado de boas intenções foi assinado (COM CHAMPANHE..., 2017). Apesar de ter recebido US\$ 100 milhões em ajuda humanitária, a Coreia do Norte voltou a suspender as negociações, em 2009, alegando “intenções hostis” por parte do sul (COREIA..., 2009).

Além de tratativas relacionadas ao esporte⁷⁵ e à cooperação econômica entre os dois países, aspecto que iremos abordar mais adiante, quando destacaremos a utilização pela dinastia Kim do aparato nuclear como moeda de troca para o desenvolvimento da economia, Seul e Pyongyang abordaram diversas questões ligadas à defesa e segurança. O acordo dizia que “norte e sul concordam em transformar a península coreana numa zona de paz, livre de armas e ameaças nucleares” e que o Norte concordou em “fechar permanentemente” a base de testes de mísseis de Tongchang-ri. O documento informa ainda que “[...] o norte expressou seu desejo de dar passos adicionais, como a destruição permanente do complexo nuclear de Yongbyon, se os Estados Unidos adotarem ações correspondentes, em linha com o espírito da declaração conjunta Coreia do Norte-Estados Unidos, de 12 de junho” (SEPTEMBER..., 2018, tradução nossa). A grande expectativa⁷⁶ criada a partir do encontro histórico entre os dois líderes coreanos, em abril de 2018, arrefeceu⁷⁷ nos anos seguintes. A promessa de colocar um fim oficial à guerra até o final daquele ano, substituindo o armistício por um acordo de paz, ainda não foi cumprida.

Ao dizer, no discurso de Ano Novo, que esperava uma melhora nas relações com os Estados Unidos, Kim Jong-un tinha como referência o encontro que teve com Donald Trump em Singapura, o primeiro de uma série de três em um espaço de pouco mais de um ano. A relação entre Trump e Kim havia mudado de forma significativa. As ofensas e xingamentos deram lugar a afagos. Durante um comício na Virgínia Ocidental, em setembro de 2018, o presidente dos Estados Unidos disse que o líder norte-coreano era “fantástico”, que Kim havia escrito “cartas bonitas” a ele, e que os dois estavam “apaixonados” (DONALD..., 2018).

Apesar da melhora na retórica de Kim e Trump, os resultados práticos dos encontros dos dois líderes foram poucos. Após o primeiro deles, em Singapura, Pyongyang reafirmou seu “firme e inabalável comprometimento pela completa desnuclearização da península coreana” (DONALD..., 2018), mas o texto do acordo não determinava prazos nem dava

⁷⁵Em fevereiro de 2018, as delegações das duas Coreias desfilaram juntas em Pyeongchang, na Coreia do Sul, nos Jogos Olímpicos de Inverno, o que não ocorria desde 2006, em Turim. Pela primeira vez na história dos Jogos, o time de hóquei feminino da Coreia reuniu atletas do norte e do sul. Os dois países também entraram em acordo para lançar uma candidatura conjunta para sediar os Jogos Olímpicos de 2032 (COREIAS..., 2018)

⁷⁶Após o encontro entre Moon Jae-in e Kim Jong-un, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, escreveu no Twitter: “Guerra da Coreia no fim. Os Estados Unidos e sua grande população devem estar orgulhosos do que está ocorrendo agora na Coreia” (QUAL..., 2018).

⁷⁷Em 16 de junho de 2020, o governo norte-coreano explodiu e destruiu por completo o escritório que havia sido erguido, em 2018, em Kaesong, na região de fronteira, e que vinha sendo utilizado para as conversações entre as duas Coreias.

detalhes de como isso seria feito. O único resultado concreto desse encontro foi o envio pela Coreia do Norte aos Estados Unidos de 55 caixas com restos mortais de soldados americanos mortos durante a Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953.

O segundo encontro entre o presidente dos Estados Unidos e o líder da Coreia do Norte, em fevereiro de 2019, em Hanói, no Vietnã, terminou de forma abrupta, após um desentendimento relacionado às sanções impostas a Pyongyang. A cerimônia de assinatura dos termos, prevista para depois da reunião, e até mesmo o almoço para os chefes de Estado foram cancelados. Segundo Donald Trump, “basicamente, eles queriam a suspensão completa das sanções, e nós não podíamos fazer isso”. O ministro norte-coreano do Exterior, Ri Yong-ho, negou a afirmação de Trump. Ele afirmou que Pyongyang pediu a suspensão de parte das sanções, principalmente as que “prejudicam a economia civil e o sustento de nosso povo” (TRUMP..., 2019). Apesar dos desentendimentos, a Coreia do Norte considerou positiva a reunião de cúpula, em Hanói. O comunicado publicado na Agência Central de Notícias da Coreia (KCNA), que traz o posicionamento oficial do regime, informou que os dois líderes “tiveram uma sincera e construtiva troca de opiniões” e que houve “um notável progresso no percurso histórico para implementação da declaração conjunta de Singapura” (SUPREME..., 2019, tradução nossa). A KCNA destacou ainda que

[...] durante as conversações, eles concordaram que os esforços feitos por ambos os lados e as medidas proativas adotadas por eles para neutralizar as tensões, preservar a paz na península coreana e desnuclearizá-la completamente, tiveram grande significado na construção de uma confiança mútua e promoveram uma mudança fundamental nas relações bilaterais das últimas décadas, caracterizadas por desconfiança e antagonismo. (SUPREME..., 2019, tradução nossa).

A esperança de que as negociações avançassem cresceu em junho de 2019, quando Donald Trump transformou-se no primeiro presidente dos Estados Unidos a pisar⁷⁸ em solo norte-coreano. Após o encontro de 50 minutos com Kim Jong-un na parte sul da zona desmilitarizada, Trump disse que convidou o líder norte-coreano para visitar a Casa Branca, que a reunião tinha sido muito boa, mas admitiu não estar com pressa nas negociações. “Nós

⁷⁸Donald Trump deu 20 passos no lado norte da zona desmilitarizada. O encontro teria ocorrido de surpresa, após a participação do presidente dos Estados Unidos na cúpula do G-20 em Osaka, no Japão. Trump tinha viagem marcada para a Coreia do Sul e, via Twitter, disse que gostaria também de ir à fronteira entre as duas Coreias para apertar as mãos e dar um alô a Kim Jong-un, que aceitou o convite (TRUMP..., 2019).

não estamos pensando em velocidade, mas em fazer a coisa certa” (CURRY, 2019, tradução nossa). A fala de Trump reduziu as expectativas de que os encontros com Kim pudessem trazer resultados práticos a curto prazo. “Trump começou a entender que a desnuclearização será uma longa, longa luta”, afirmou o ex-representante do Departamento de Estado para a Coreia do Norte Joseph Yun, em entrevista à rede de TV CNN (TRUMP..., 2019).

A expectativa quanto à relação entre Estados Unidos e Coreia do Norte a partir da posse de Joe Biden, em janeiro de 2021, não é das melhores. Em pronunciamento dias antes de o republicano assumir o comando da Casa Branca, Kim Jong-un disse que “não importa quem está no poder, a verdadeira natureza de sua política contra a Coreia do Norte nunca mudará”. De acordo com o líder norte-coreano, os Estados Unidos são o “maior inimigo” da Coreia do Norte (KIM..., 2021). A forma como a agência oficial de notícias da Coreia do Norte refere-se ao novo presidente dos Estados Unidos também sugere dificuldades pela frente. Em editorial publicado em novembro de 2019 pela KCNA, a agência diz que “cães raivosos como *Baiden* podem machucar muitas pessoas se forem permitidos concorrer (à presidência). Eles devem ser espancados até a morte com um pau”. Biden também já deu sinais de que a postura diante de Kim Jong-un será diferente da adotada por Donald Trump. No último debate antes das eleições, em outubro de 2020, o democrata criticou a aproximação do republicano com o líder da Coreia do Norte e xingou Kim Jong-un. “Ele (Trump) fala sobre seu bom amigo (Kim), que é um bandido. Ele fala sobre como estamos melhor agora, quando a Coreia do Norte é muito mais capaz de disparar um míssil que pode atingir o território dos Estados Unidos” (ESTRATÉGIA..., 2020).

4.6 Desnuclearização: condições e possibilidades

Como observamos nas seções anteriores, a questão da desnuclearização está presente em todas as fases de negociações entre Coreia do Norte e Estados Unidos. Porém, quando o tema é abordado, Pyongyang nunca deixou claras as reais condições para que isso acontecesse. Um exemplo foi a Declaração Conjunta, de setembro de 2005, quando Pyongyang se comprometeu a realizar diversas ações, entre elas abandonar todas as armas nucleares. “[...] o acordo foi, na melhor das hipóteses, vago e não especificou nada sobre

quando ou sob quais condições a Coreia do Norte iria dismantelar todos os seus programas nucleares, retornar ao TNP e permitir inspeções da AIEA” (KWAK, 2007, p. 19, tradução nossa).

Para Victor Cha, quando a Coreia do Norte fala em desnuclearização, não se trata de um gesto unilateral, mas do anseio de que o mesmo ocorra por parte dos Estados Unidos. “A desnuclearização unilateral seria equivalente a nos deixar despídos sem nenhuma ação correspondente”, pensam os líderes norte-coreanos, segundo o autor. Tal afirmação encontra amparo na declaração feita em outubro de 2002 pelo então ministro de Relações Exteriores da Coreia do Norte. Quatro anos antes do primeiro teste nuclear norte-coreano, o regime já destacava a importância da manutenção de um poder bélico como instrumento de barganha.

[...] os Estados Unidos e seus seguidores afirmam que as negociações só devem ocorrer depois que a Coreia do Norte abandonar suas armas. Esta é uma lógica muito anormal. Depois, como a Coreia do Norte poderia impedir qualquer ataque com mãos vazias? (THE ACRONYM INSTITUTE FOR DISARMAMENT DIPLOMACY, 2002, tradução nossa).

De acordo com Cha, o objetivo da Coreia do Norte é que os Estados Unidos aceitem o país como uma potência nuclear, como ocorreu com Índia e Paquistão, e negociem “[...] reduções mútuas de armas nucleares [...] da mesma forma como fizeram com a União Soviética durante a Guerra Fria” (CHA, 2009, p. 123, tradução nossa). Pereira e Visentini afirmam que “[...] não há dúvida que Pyongyang percebe que qualquer ação unilateral nesse sentido poderia representar um suicídio político” (2014, p. 190).

Durante a reunião do Comitê Central do Partido Trabalhista da Coreia, em 2013, o recém alçado à condição de líder, Kim Jong-un, disse que o arsenal nuclear do país “não poderá ser abandonado enquanto os imperialistas e as ameaças nucleares existirem na terra” (WERTZ, 2018, p. 14, tradução nossa). Para Tae-Hwan Kwak, a posição de Pyongyang durante as Negociações a Seis sempre esteve evidente. “A Coreia do Norte deixou claro que só iria discutir o congelamento dos programas de produção nuclear, e que não iria discutir a entrega das armas nucleares já desenvolvidas” (KWAK, 2007, p. 35, tradução nossa). Pouco antes de a Coreia do Norte testar sua primeira arma nuclear, Patrick Morgan já desenhava um cenário de expansão destes arsenais como mecanismos de dissuasão.

[...] As potências nucleares não pretendem abandonar suas armas nucleares tão cedo. A China ainda está expandindo seu arsenal. Duas recém declaradas potências nucleares, Índia e Paquistão, provavelmente continuarão construindo, e a Coreia do Norte, aparentemente, já tem armas nucleares. Sabemos que muitos Estados estão trabalhando em programas de armas nucleares. Alguns Estados temem a enorme vantagem dos Estados Unidos numa guerra convencional e esperam repelir um futuro ataque americano ameaçando uma retaliação nuclear. (MORGAN, 2006, p. 88, tradução nossa).

Há autores, no entanto, que declararam acreditar na desnuclearização unilateral por parte da Coreia do Norte. Michael O’Hanlon e Mike Mochizuki publicaram um livro⁷⁹, em 2003, em que sugerem toda uma estratégia de abordagem do problema pelos Estados Unidos. “A proposta insistiria na completa e verificável desnuclearização da Coreia do Norte, sob os auspícios da AIEA e do TNP, por meio da eliminação de qualquer pequena capacidade nuclear que a Coreia do norte já tenha [...]” (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 85, tradução nossa). Em troca, de acordo com os pesquisadores do Instituto Brookings, de Washington, a Coreia do Norte receberia “numerosos incentivos e garantias”, incluindo um “juramento explícito e público de não agressão” por parte dos Estados Unidos, juramento este que se tornaria permanente “apenas quando a Coreia do Norte cumprisse suas obrigações de desnuclearização” (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 86, tradução nossa). O próprio Tae-Hwan Kwak, que ressaltou o fato de que a Coreia do Norte não tinha intenção de se desfazer de seu arsenal, mas apenas congelar os programas nucleares em andamento, produziu o que chamou de “roteiro em três fases para a desnuclearização da península coreana”. O plano, em sua fase final, previa que Kim Jong-il “deveria tomar uma decisão corajosa de se comprometer, novamente, com o desmantelamento de todos os programas de armas nucleares” (2007, p. 39, tradução nossa).

Mesmo depois do primeiro teste nuclear da Coreia do Norte, em 2006, havia quem confiasse na desnuclearização, ainda que com certas restrições. Seung-Ho Joo diz acreditar nos argumentos apresentados por Robert Carlin e John W. Lewis de que a “desnuclearização, se ainda for alcançável, virá somente quando a Coreia do Norte perceber que seu problema estratégico está resolvido, e por essa visão, isso só pode acontecer quando as relações com os Estados Unidos melhorarem”. Joo parecia confiante nessa possibilidade.

⁷⁹A obra, *Crisis on the Korean Peninsula – How to deal with a nuclear North Korea*, traz na capa um comentário do então senador e atual presidente dos Estados Unidos, Joe Biden: “... uma prescrição provocativa para o futuro” (tradução nossa).

É possível que o líder Kim Jong-il tome uma decisão estratégica e arrojada de abandonar suas ambições nucleares, tendo em vista uma perspectiva de longo prazo relacionada aos problemas domésticos e internacionais. Sua decisão prudente irá, com certeza, garantir a segurança e a sobrevivência do regime e, eventualmente, contribuir com o processo coreano de instauração da paz e com a prosperidade econômica da Coreia do Norte. (JOO, 2007, p. 9, tradução nossa).

A confiança de Joo na segurança e sobrevivência do Estado norte-coreano após uma desnuclearização não nos parece prudente. A invasão do Iraque, em 2003, e a deposição e morte de Muammar Kadhafî, na Líbia, em 2011, são exemplos claros de que tal afirmação não sobrevive aos fatos. Em 2003, após anunciar o desmonte de seu programa nuclear e se desfazer de seus estoques de armas químicas e biológicas, Kadhafî ouviu do então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, que os “[...] líderes que abandonarem a busca por armas químicas, biológicas e nucleares – e seus vetores de lançamento – encontrarão um caminho livre para a melhora das relações com os Estados Unidos e outras nações democráticas” (SCHWARZ, 2017). Oito anos depois, os Estados Unidos, juntamente com a OTAN, apoiariam insurgentes que lutavam pela derrubada do líder líbio. Kadhafî foi morto após ter o veículo bombardeado por aviões da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Quando Kadhafî decidiu abdicar de suas pretensões nucleares, a então secretária de Estado adjunta de Verificação e Conformidade, Paula DeSutter, disse esperar que o episódio servisse de exemplo para outras nações (SCHWARZ, 2017). O objetivo da administração Bush era usar o caso da Líbia como uma advertência do que aconteceria com países que fizessem “a escolha certa entre desafio e cooperação na questão das armas de destruição em massa”. Washington acreditava ainda que “[...] a guerra contra o Iraque iria fornecer instruções sobre o que acontece com Estados que fazem a escolha errada” (MARTIN, 2007, p. 81-82, tradução nossa). Para boa parte dos integrantes do governo dos Estados Unidos, não havia dúvidas de que a atitude de Kadhafî tinha relação com a deposição de Saddam Hussein e, por isso, era um bom exemplo do poder de coerção de Washington. Um discurso de campanha do vice-presidente, Dick Cheney, comprova essa relação. “Cinco dias depois de capturarmos Saddam Hussein, Muammar Kaddafi veio a público e anunciou que iria entregar todo o seu material nuclear aos Estados Unidos” (ZAKARIA, 2006, tradução nossa).

A história nos mostrou que os episódios envolvendo Iraque e Líbia serviram, realmente, de exemplo para a Coreia do Norte, mas o efeito foi totalmente contrário ao

esperado pelos Estados Unidos. “É comum ouvir de oficiais norte-coreanos que Saddam Hussein estaria, hoje, ainda no poder se tivesse desenvolvido armas nucleares” (PARK, 2013, p. 185, tradução nossa). O próprio diretor de Inteligência Nacional do governo Bush, Dan Coats, admitiu, em 2017, que o exemplo da Líbia fortaleceu a estratégia norte-coreana de manutenção do aparato nuclear como elemento fundamental para a sobrevivência do regime.

Penso que Jong-un percebeu a capacidade de barganha das nações que possuem armas nucleares, que têm um grande poder de dissuasão. [...] A lição que aprendemos com a Líbia, que desmantelou seu programa nuclear, [...] foi infelizmente esta: se você tem bombas atômicas, nunca deve se desfazer delas. Se não tem, trate de obtê-las. (SCHWARZ, 2017).

Autor de “Coreia do Norte – um Estado-guerrilha em mutação”, o jornalista Phillippe Pons reforça essa tese. Segundo ele, “os ataques norte-americanos no Iraque, Afeganistão e ultimamente na Síria fortaleceram uma convicção deles (os norte-coreanos): apenas a posse de armas nucleares poderia evitar tal sorte” (PONS, 2017). Pons vai além.

Renunciar a seu armamento seria um suicídio para o regime: não somente ele não poderia mais justificar o sofrimento imposto à população para privilegiar a defesa do país em detrimento do bem-estar, mas acima de tudo se tornaria vulnerável a um ataque externo, como o Iraque. (PONS, 2017).

A suspeita de que os exemplos ocorridos no Iraque e na Líbia reforçam a sensação de insegurança da Coreia do Norte e afastam a possibilidade de desnuclearização foi compartilhada pelo embaixador russo na ONU, Vasily Nebenzya, durante reunião do Conselho de Segurança, em setembro de 2017, para discussão da não proliferação de armas de destruição em massa. Para o diplomata,

O destino de Saddam Hussein que, como se sabe, não tinha armas nucleares, e de Muammar Kadhafi, que de livre vontade desistiu do desenvolvimento das mesmas, incentiva o desenvolvimento a ritmos acelerados de alguns programas de armas de destruição em massa. Isso não justifica de jeito algum o programa nuclear da Coreia do Norte, por exemplo, mas é imprudente não ver e não entender as razões disso. (O QUE..., 2017).

A possibilidade de que os Estados Unidos se sentissem tentados a realizar um ataque preventivo contra a Coreia do Norte foi levantada também por Edward A. Olsen. Segundo ele,

“está muito claro que os norte-coreanos temem que os Estados Unidos apliquem na Coreia do Norte o tratamento dado ao Iraque” (OLSEN, 2007, p. 40, tradução nossa). Han S. Park acrescenta que a percepção de que o aparato bélico nuclear serve de proteção contra um possível ataque dos Estados Unidos não está restrita ao governo da Coreia do Norte. “Se você perguntar a qualquer norte-coreano sobre os motivos para a invasão do Afeganistão e do Iraque, irá receber apenas uma resposta: esses países foram invadidos porque não tinham capacidade militar de defenderem-se a si próprios”. (PARK, 2007, p. 5, tradução nossa).

Ex-diretor de Inteligência Nacional dos Estados Unidos, James Clappe admitiu, em outubro de 2016, que fazer com que a Coreia do Norte desistisse de suas armas nucleares era “provavelmente uma causa perdida” (PONS, 2017). A norte-coreana Grace Jo, vice-presidente da *NK in USA*, que desertou em 2008 para a China e depois seguiu para os Estados Unidos, concorda:

A Coreia do Norte nunca vai abrir mão de suas armas nucleares. Kim acredita que essa é a única coisa que protege o regime dos EUA e do mundo. É por isso que colocaram tanto dinheiro no desenvolvimento do programa, à custa da fome da população. (TREVISAN, 2018).

Lucia Husenicova é taxativa. Para ela, a Coreia do Norte “não irá abdicar de seus programas (nucleares)”. Segundo a autora,

[...] especialmente quando os Estados Unidos intervieram no Iraque pela segunda vez, baseados em evidências de programas nucleares, quando a Líbia foi atacada após desistir de seu programa, e ainda a Ucrânia, país que desistiu de suas armas nucleares e teve de encarar uma intervenção russa. Todos estes acontecimentos mostram a imprevisibilidade e a falsidade das potências mundiais, uma prova para os norte-coreanos que eles não podem confiar em ninguém e têm de buscar autoproteção (HUSENICOVA, 2018, p. 80, tradução nossa).

Em editorial publicado em junho de 2018, a revista *The Economist* deixa claro o *modus operandi* da dinastia Kim no que diz respeito à desnuclearização: “A Coreia do Norte prometeu o desarmamento seguidas vezes nos últimos 30 anos, apenas para voltar atrás, cada uma das vezes, depois de embolsar generosos incentivos” (KIM..., 2018).

4.7 O aparato nuclear como passaporte para o diálogo: o caso Iraque

A importância que o regime norte-coreano e a população do país dão ao aparato bélico nuclear como instrumento necessário para a proteção do país nos parece clara. A pergunta que nos cabe responder, agora, é como esse poderio impacta a sensibilidade do governo dos Estados Unidos. Nosso argumento é de que as armas nucleares norte-coreanas serviram como passaporte para que Kim Jong-un sentasse à mesa de negociações com o presidente Donald Trump. A afirmação baseia-se na comparação entre o tratamento dado à Coreia do Norte, desde que o país realizou seu primeiro experimento nuclear, em 2006, e a forma como Washington lidou com o Iraque. Quando decidiram atacar o país de Saddam Hussein, em 20 de março de 2003, os Estados Unidos sabiam que o Iraque não dispunha de armas de destruição em massa. Segundo o ex-agente da CIA Tyler Drumheller, altos funcionários da Casa Branca eliminaram um alerta que havia sido dado ao presidente George W. Bush de que o Iraque não possuía tais armamentos. Anos depois, descobriu-se que o discurso do então secretário de Estado, Colin Powell, no Conselho de Segurança da ONU, pouco mais de um mês antes da invasão, com o objetivo de justificar a guerra perante a comunidade internacional, foi baseado em provas forjadas de que o regime de Saddam Hussein dispunha de laboratórios móveis de armas químicas e biológicas de destruição em massa, instalados em caminhões: “As informações de inteligência não estavam simplesmente erradas, eram forjadas”, admitiu Ray McGovern, que trabalhou para a CIA durante 27 anos (GUERRA..., 2018).

Portanto, ao decidir lançar bombas sobre Bagdá, Bush tinha certeza de que não haveria represália, situação diferente em relação ao que poderia acontecer em caso de ataque à Coreia do Norte. Como já indicado neste trabalho, ainda que restem dúvidas se o regime de Kim Jong-un teria condições de acoplar uma ogiva nuclear em um míssil que alcançasse os Estados Unidos, certamente Japão e Coreia do Sul, aliados de Washington, estão ao alcance dos artefatos norte-coreanos. Três anos antes de a Coreia do Norte realizar seu primeiro teste nuclear, Sharif Shuja já elencava pelo menos quatro motivos pelos quais o tratamento dado a Pyongyang era totalmente diferente do oferecido a Bagdá. Naquele momento já havia fortes evidências de que o programa nuclear norte-coreano estava muito mais avançado do que no Iraque. Segundo o pesquisador,

[...] a Coreia do Norte tem um exército de cerca de um milhão de soldados perto da fronteira com a Coreia do Sul, um importante aliado dos Estados Unidos; as forças norte-coreanas de artilharia estão ao alcance da capital sul-coreana, Seul, apenas 30 milhas de distância; o exército norte-coreano de um milhão⁸⁰ de soldados ameaça também os 37 mil⁸¹ militares dos Estados Unidos na Coreia do Sul; e o programa de mísseis balísticos da Coreia do Norte provavelmente tem capacidade para atacar outro aliado dos Estados Unidos na região, o Japão. (SHUJA, 2003, p. 274-275, tradução nossa).

Ainda que a Coreia do Sul esteja a alcance até mesmo do aparato bélico convencional da Coreia do Norte, como já foi destacado neste trabalho, um enfrentamento entre os dois países é pouco provável neste momento, justamente pela maior aproximação entre Norte e Sul, também abordada anteriormente.

4.8 O aparato nuclear como instrumento de barganha

O acordo entre as duas Coreias, assinado em setembro de 2018, vai além dos aspectos de defesa e ligados ao esporte já citados neste trabalho. Os termos deixam clara a intenção por parte de Pyongyang de melhorar as condições econômicas e sociais da Coreia do Norte, algo que a chamada política Byugjin, instituída por Kim Jong-un, já preconizava. O projeto estratégico instituído pelo líder norte-coreano determina a combinação do aparato bélico nuclear com o desenvolvimento da economia.

Essa doutrina, que aos poucos vai assumindo papel de principal eixo definidor das políticas do país, estabelece que o escudo nuclear e missilístico permite liberar recursos para as demais áreas da economia, ao mesmo tempo em que garante a segurança e a soberania da Coreia do Norte. (PEREIRA; VISENTINI; MELCHIONNA, 2015, *apud* GEIGER, 2018, p. 19).

Quando anunciou a interrupção dos testes nucleares, em 2018, Kim disse que iria concentrar os esforços em “[...] construir uma economia socialista poderosa e melhorar significativamente a qualidade de vida da população” (PANDA, 2018). Além de prever a

⁸⁰Em 2020, o exército da Coreia do Norte contava com 1,28 milhão de militares (GLOBAL FIREPOWER, 2020).

⁸¹Total de militares dos Estados Unidos na Coreia do Sul, em 2020, era de 28.500 (COREIA..., 2020).

criação de linhas ferroviárias entre o norte e o sul, o documento firmado pelas duas Coreias prevê ainda a adoção de “[...] medidas práticas para promover o aumento da cooperação e das trocas com o intuito de desenvolver a economia nacional de forma balanceada, buscando benefícios mútuos, interesses comuns e prosperidade” (JOINT..., 2018, tradução nossa).

Não surpreende que a Coreia do Norte busque balancear sua economia nacional com a Coreia do Sul. Apesar da dificuldade⁸² em obter dados precisos em relação a Pyongyang, estimativas⁸³ vindas de Seul indicam que o PIB sul-coreano é 40 a 45 vezes superior ao norte-coreano e o PIB per capita seria 20 a 25 vezes maior (BANK..., 2016). Se levado em consideração o Rendimento Nacional Bruto (RNB) per capita, ou seja, o total de salários e rendimentos obtidos no país dividido pela população, o resultado da Coreia do Sul é 26 vezes maior. Em 2019, o RNB da Coreia do Norte ficou em US\$ 1.184, o que equivale a 3,8% do registrado pela Coreia do Sul (NORTH..., 2020).

Cabe destacar que, logo após o término da 2ª Guerra Mundial, quando os japoneses foram expulsos e os Estados Unidos e a União Soviética ocuparam a região, a porção norte do território era muito mais desenvolvida. Três quartos da produção mineral, 90% da capacidade de geração de energia e 80% da indústria pesada estavam acima do paralelo 38, que dividiu a península em duas zonas de influência, o que garantia uma vantagem inicial a Pyongyang na competição com a Coreia do Sul (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 129-130). Segundo Bruce Cumings, em 1968, todas as casas da Coreia do Norte tinham eletricidade, situação muito mais avançada em relação ao que ocorria na Coreia do Sul (2004, p. 196). O PIB per capita da Coreia do Sul só foi igualar-se ao da Coreia do Norte em 1978 (CUMINGS, 2004, p. 185). “Nos anos 1960, quando intelectuais coreanos alardeavam a expressão ‘milagre econômico’, eles se referiam à Coreia do Norte (DEMICK, 2013, p. 90).

A Coreia do Norte começou sua história com uma herança econômica relativamente forte [...]. Com o tempo, no entanto, sua economia foi ficando cada vez mais desfigurada, militarizada e dependente do comércio com a União Soviética. Isso preparou o cenário para um colapso gradual após o fim da Guerra Fria [...]. (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 129, tradução nossa).

⁸²Pyongyang não divulga seus dados econômicos. O Banco Central da Coreia do Sul estima o PIB da Coreia do Norte com base em informações de agências governamentais, como o Ministério da Unificação e o Serviço Nacional de Inteligência (CRESCIMENTO..., 2017).

⁸³De acordo com o Banco Central da Coreia do Sul, em 2015, o PIB nominal da Coreia do Norte atingiu 34,5 trilhões de wons (US\$ 29,262 bilhões) e o da Coreia do Sul ficou em 1,565 quatrilhões de wons (US\$ 1,316 trilhão). O PIB per capita da Coreia do Norte fechou 2015 em 1,39 milhões de wons (US\$ 1.179), o que correspondia a 1/22 do PIB per capita sul-coreano (BANK..., 2016).

Os dados mostram que os efeitos da dissolução da União Soviética vão muito além dos aspectos de defesa e segurança já destacados neste trabalho. O país era totalmente dependente das trocas comerciais com os soviéticos – importava armas e exportava, principalmente, minerais, produtos têxteis e aço. A perda de acesso ao petróleo soviético subsidiado foi crucial. “Ao final da década, os recursos energéticos da Coreia do Norte eram cerca de 50% do que tinham sido em 1990” (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 131, tradução nossa). Segundo o Banco da Coreia, o PIB norte-coreano despencou, entre 1994 e 1998, de US\$ 21,3 bilhões para US\$ 12,6 bilhões (CUMINGS, 2004, p. 181).

As grandes enchentes e a enorme seca ocorridas entre 1995 e 1997 contribuíram para o declínio da economia norte-coreana, mas a situação já vinha se deteriorando havia duas décadas. Após um período de crescimento extremamente acelerado, entre 1965 e 1976, quando a produção industrial aumentou cerca de 14% ao ano, Pyongyang começou a ficar para trás em relação a Seul. A Coreia do Norte tinha obtido financiamentos internacionais para modernizar seu parque industrial e não conseguiu honrar os compromissos. As dívidas não pagas teriam atingido US\$ 2 bilhões (CUMINGS, 2004, p. 186).

Pyongyang tentou impulsionar sua atividade econômica com uma mudança de filosofia no início da década de 1970, tomando capital emprestado no mercado internacional e comprando fábricas inteiras do exterior. Mas o choque do preço do petróleo e a recessão global frustraram essa estratégia também. (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 130, tradução nossa).

Ao sul do paralelo 38, o chamado “Grande Impulso⁸⁴”, implementado pelo presidente Park Chung Hee, fez com que a produção na indústria pesada sul-coreana triplicasse entre 1971 e 1976. Seul contava com a ajuda dos Estados Unidos para honrar os financiamentos internacionais. O cenário de decadência da Coreia do Norte e ascensão da Coreia do Sul mexia com os brios do regime em Pyongyang.

O fato de que aquele sul totalmente dependente dos Estados Unidos em 1950, sobre o qual os tanques do norte avançaram com facilidade, podia colocar a Coreia do Norte tão claramente à sombra, devia ser um terrível golpe no orgulho arrogante que sempre distinguiu essa liderança. (CUMINGS, 2004, p. 187, tradução nossa).

⁸⁴*Big Push*, na tradução em inglês.

A instituição da chamada Linha Byugjin, por Kim Jong-un, que prevê a combinação de uma força nuclear poderosa com um maior desenvolvimento da economia, nos parece, portanto, uma tentativa de resgate deste passado em que a Coreia do Norte superava a Coreia do Sul nos aspectos econômicos e sociais. Desde que assumiu o comando do país, em 2011, Kim implementou diversos projetos com o objetivo de “transformar a fisionomia” da Coreia do Norte, adotando como prioridades as áreas da agricultura, construção civil, ciência e tecnologia (PEREIRA; VISENTINI, 2014, p. 188). A construção de dezenas de edifícios de arquitetura moderna, em Pyongyang, talvez tenha sido o principal cartão de visitas da nova política. Somente em 2012, dezoito novas torres com 48 andares surgiram na capital do país. O desabamento de um dos prédios, em 2014, ainda em construção, mas que já abrigaria quase cem famílias (COREIA, 2014), alimentou suspeitas de que as “[...] fachadas arrumadas escondessem interiores decepcionantes [...]” ou até mesmo que os prédios não “[...] tivessem a estrutura integral [...]”. O fato é que, nos três anos seguintes, 5.500 apartamentos foram entregues em dois grandes complexos residenciais. Entre 2012 e 2015, Kim Jong-un inaugurou, também, outros grandes empreendimentos, como “[...] o Teatro do Povo Mansudae, o Parque Aquático Munsu, o Aeroporto Sunan e o Centro de Ciência e Tecnologia” (FÉRON, 2020).

O período de expansão da economia norte-coreana estendeu-se até 2016, quando o PIB cresceu 3,9%, a maior alta em 17 anos (CRESCIMENTO..., 2017). O crescimento foi contínuo, desde 2010, com exceção de 2015, quando a Renda Nacional Bruta da Coreia do Norte havia registrado baixa de 1,1% (BANK..., 2016). De acordo com os dados estimados pela Coreia do Sul, o Produto Interno Bruto da Coreia do Norte só voltaria a crescer em 2019, uma alta de 0,4%, depois de dois anos de forte contração (NORTH..., 2020). Em 2017⁸⁵, a queda do PIB teria sido de 3,5% (SILBERSTEIN, 2018) e no ano seguinte, de 4,1%, a maior baixa em 21 anos. A redução brusca na economia da Coreia do Norte, nestes dois anos, teria sido provocada por más condições climáticas, que prejudicaram as colheitas⁸⁶, e por um

⁸⁵A queda do PIB da Coreia do Norte, em 2017, é contestada pelo professor RI Gi Song, do Instituto de Economia da Academia de Ciências Sociais da Coreia do Norte. Em entrevista à agência de notícias japonesa Kyodo News, ele afirmou que o Produto Interno Bruto norte-coreano teria aumentado de US\$ 29,6 bilhões, em 2016, para US\$ 30,7 bilhões, em 2017 (SILBERSTEIN, 2018), uma alta de 2,7%.

⁸⁶A agricultura, a pesca e o manejo de florestas são responsáveis por cerca de 50% do PIB da Coreia do Norte (NORTH..., 2020).

impacto maior das sanções econômicas sobre a indústria do país. Somente em 2018, a produção industrial norte-coreana caiu 12,3% (NORTH..., 2020). Chama a atenção que a queda significativa do Produto Interno Bruto tenha ocorrido no período em que a Coreia do Norte mais realizou testes com mísseis balísticos. Como já destacado neste trabalho, foram 22 somente em 2017. Tal constatação sugere que, naquele momento, o avanço do programa missilístico estava entre as principais prioridades do regime.

O bom resultado econômico obtido em 2019 não se sustentou no ano seguinte, em boa parte devido à pandemia do novo coronavírus. Apesar de Pyongyang não ter relatado nenhum caso da doença, o que não garante que o país estivesse, realmente, livre do Covid-19, o fechamento da fronteira com a China fez com que os negócios com seu principal parceiro econômico fossem reduzidos de forma significativa. Segundo a Associação de Comércio Internacional da Coreia, em Seul, “o volume de comércio da Coreia do Norte com a China caiu 73% nos três primeiros trimestres de 2020, comparado ao mesmo período” do ano anterior (DENYER; KIM, 2020, tradução nossa). O efeito dessa queda na economia da Coreia do Norte foi enorme, porque mais de 80%⁸⁷ das importações e exportações do país são realizadas com a China. Os outros principais parceiros econômicos são Índia, Filipinas, Rússia e Paquistão. Dados da ONU indicam que, em 2016, o Brasil foi o oitavo⁸⁸ país que mais comprou produtos norte-coreanos, mas o volume sugere que as sanções⁸⁹ econômicas impostas pela ONU e pelos Estados Unidos têm surtido algum efeito nessas transações⁹⁰. O total negociado foi de US\$ 10,75 milhões, montante quase 35 vezes menor do que o registrado em 2008, quando o comércio bilateral Brasil-Coreia do Norte atingiu o recorde de US\$ 375,2 milhões (BARRUCHO, 2017).

Um sinal inequívoco de que os efeitos da pandemia do Covid-19 agravaram a situação econômica da Coreia do Norte foi a atitude surpreendente de Kim Jong-un durante discurso

⁸⁷Em 2015, 84,6% das importações e 81,9% das importações da Coreia do Norte foram realizadas com a China (BRASIL, 2017).

⁸⁸Em 2016 a Coreia do Norte foi apenas o 153º parceiro comercial do Brasil em volume de negócios (BRASIL, 2017).

⁸⁹Segundo a BBC Brasil, exportadores brasileiros têm medo de sofrerem retaliações ao negociar com a Coreia do Norte. “Essas empresas temem que, ao venderem produtos para o isolado país, possam perder contratos importantes – e financeiramente mais vantajosos – com Estados Unidos e Japão, por exemplo” (BARRUCHO, 2017).

⁹⁰De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o Brasil exportou pouco mais de US\$ 2 milhões em produtos para a Coreia do Norte, em 2016, principalmente café torrado (47,3%), tabaco, peles e carne bovina. As importações somaram R\$ 8,7 milhões, concentradas, principalmente, em circuitos integrados para computador (76%) (BRASIL, 2017).

na cerimônia de comemoração do 75º aniversário do Partido dos Trabalhadores, em outubro de 2020. Emocionado e com lágrimas nos olhos, o líder norte-coreano admitiu que falhou e que não esteve à altura da confiança nele depositada pelos norte-coreanos. Os termos utilizados por Kim, como “catástrofes sem precedentes”, “provações incontáveis” e “graves desafios” (McCURRY, 2020, tradução nossa) eliminaram qualquer dúvida sobre a gravidade da situação:

Apesar de me ter sido confiada a importante responsabilidade de liderar esse país, defendendo a causa dos grandes camaradas Kim Il-sung e Kim Jong-il graças à confiança de todo o povo, meus esforços e sinceridade não foram suficientes para livrar nosso povo das dificuldades em suas vidas. (McCURRY, 2020, tradução nossa).

A situação da Coreia do Norte ao final de 2020 sugeria que Pyongyang tivesse ainda mais interesse em negociar a extinção ou redução dos embargos impostos pela ONU e pelos Estados Unidos. Tal intenção vinha sendo demonstrada por Kim Jong-un desde que ele assumira o poder. Em 2014, Pereira e Visentini já afirmavam que “[...] o que o regime deseja é um acordo com os EUA, que garanta de forma multilateral sua segurança, e a obtenção de ajuda econômica para renovar sua estrutura produtiva” (2014, p. 184).

A utilização pela Coreia do Norte de seu aparato bélico nuclear como instrumento de barganha para conquistar benefícios econômicos é apontada por diversos autores. Patrick M. Morgan afirma que, para os críticos do regime, Pyongyang usou de intimidações e chantagens para se transformar no “principal destinatário do programa de assistência americana na Ásia” e para obter “enormes quantidades de ajuda da Coreia do Sul, Japão, Europa e de outras partes” (MORGAN, 2006, p. 184, tradução nossa). Segundo Morgan,

[...] de acordo com esses críticos, os líderes norte-coreanos decidiram alguns anos atrás que o isolamento não era sustentável. O país precisava de mais respeito, mais comércio, mais ajuda, especialmente em alimentação, e algum investimento externo. Mas tinha pouco a oferecer (era muito pobre), exceto em relação a coisas que não gostaria de abrir mão, como reformas na economia e na política doméstica. Então, em vez disso, os norte-coreanos ameaçaram, exigiram e foram desprezíveis. Eles começaram a desenvolver armas nucleares e vender algumas daquelas tecnologias, construíram e venderam mísseis balísticos, principalmente, para Estados considerados desagradáveis por muitos ao redor do mundo. Quando os Estados Unidos e outros reclamaram, a Coreia do Norte denunciou as críticas; quando sofreu ameaças de sanções econômicas, a Coreia do Norte chamou isso de ato de

guerra e ameaçou atacar a Coreia do Sul e as tropas americanas na península. (MORGAN, 2006, p. 184, tradução nossa).

Um ano após o primeiro experimento nuclear da Coreia do Norte, Tae-Hwan Kwak também apontava a possibilidade de barganha econômica como um dos motivos para que Pyongyang desenvolvesse essa capacidade.

O teste nuclear norte-coreano é visto como uma moeda de troca para fortalecer sua posição de negociação com os Estados Unidos. Pyongyang conduziu um teste nuclear para pressionar Washington a aceitar conversações bilaterais com o intuito de encontrar uma maneira de suspender as sanções internacionais. (KWAK, 2007, p. 29).

Para John S. Park, desde a primeira crise nuclear, em 1993, quando a Coreia do Norte ameaçou deixar o Tratado de Não Proliferação e suspendeu a saída apenas um dia antes da data limite, Pyongyang já tinha noção de que seu futuro instrumento de defesa poderia ser utilizado para outros propósitos.

Neste momento, estava claro que o propósito do programa de armas nucleares da Coreia do Norte havia evoluído. Embora tenha se mantido como elemento essencial da estratégia de segurança nacional do regime, Pyongyang também começou a enxergar seu incipiente programa como uma importante moeda de troca nas negociações com os Estados Unidos e o resto do mundo, com a qual seria capaz de extrair uma série de concessões significativas sem nunca abandonar completamente suas ambições nucleares. (PARK, 2013, p. 172, tradução nossa).

A estratégia da Coreia do Norte ganhou força ao longo dos anos em razão de um aspecto já destacado neste trabalho: o receio dos Estados Unidos de que Pyongyang compartilhasse informações ou até mesmo artefatos nucleares com outros Estados ou com grupos terroristas. “Motivos econômicos também impulsionaram a decisão da Coreia do Norte de desenvolver a capacidade nuclear, para obter moeda forte na venda de mísseis, tecnologia nuclear e material nuclear para qualquer comprador potencial” (KWAK, 2007, p. 29, tradução nossa).

Bruce Cumings reforça a hipótese de que o aparato bélico nuclear norte-coreano se transformou em instrumento de barganha. O autor cita a construção da primeira usina nuclear no país. “Yongbyon, em resumo, teve início com a busca de autossuficiência energética e terminou como uma moeda de troca para uma nova relação com os Estados Unidos” (CUMINGS, 2004, p. 60, tradução nossa). Para o vice-presidente do *Korean Economic Institute of America*, Mark Tokola, depois de atingir o domínio bélico nuclear, o objetivo do regime norte-coreano passou a ser desenvolver a economia e reduzir a “[...] disparidade entre os dois lados da península” (TREVISAN, 2018).

4.9 A importância de conhecer o inimigo

A compreensão sobre a necessidade de ter informações precisas e saber avaliar as próprias capacidades e o poderio do oponente vem de longe. “Conhece teu inimigo e conhece-te a ti mesmo; se tiveres cem combates a travar, cem vezes serás vitorioso” (TZU, 2006, p. 23). Diante de um conflito, Patrick Morgan ressalta a importância de nos colocarmos no lugar do outro e tentar enxergar não só os interesses desse adversário, mas, também, qual a visão que ele tem de nós e como ele irá interpretar nossos movimentos. “[...] não é o que você fala que importa, é o que o outro lado escuta. O que é razoável para você soa inaceitável, até impossível, para aqueles na mesa de negociações” (MORGAN, 2006, p. 180, tradução nossa).

Secretário de Defesa dos Estados Unidos entre 1961 e 1968, Robert McNamara admitiu que a falta de conhecimento do inimigo prejudicou o país na guerra do Vietnã. A confissão está relatada no premiado documentário “Sob a névoa da Guerra⁹¹”, no qual ele revela que faltou empatia aos tomadores de decisão. “No final da crise dos mísseis nós conseguimos nos colocar na pele dos soviéticos. No caso do Vietnã, não os conhecíamos bem o suficiente para ter empatia e aconteceu um grande equívoco como resultado” (SOB..., 2003).

A história nos mostra que o mesmo erro parece ocorrer na relação dos Estados Unidos com a Coreia do Norte.

⁹¹Título original: *The fog of war*.

Os americanos morreram na Coreia porque seus comandantes não tinham a mínima ideia de com quem estavam lutando. O erro de julgamento desastroso em relação aos coreanos começou no topo (da cadeia de comando), no dia em que a guerra começou. ‘Eu posso lidar com isso com uma das mãos amarrada às costas’, disse MacArthur⁹². (CUMINGS, 2004, p. 8-9).

Segundo Cumings, tal atitude fez com que os soldados americanos fossem colocados diante de “[...] um inimigo contra o qual eles não estavam preparados para lutar, alguém que combatia com rara coragem, tenacidade e astúcia (CUMINGS, 2004, p. 14). A diferença de comportamento na guerra entre os militares do norte e do sul fica evidente no relato do general norte-americano Mathew Ridgway, feito em maio de 1951. Segundo o militar, pouco menos de um ano depois do início do conflito, dez divisões das tropas sul-coreanas, simplesmente, abandonaram o combate. “Um agente da CIA que estava na região escreveu, mais tarde, que todo o *establishment* sul-coreano, começando pelo presidente e por altos oficiais militares, fugiu como ratos atingidos por aguarrás”. De acordo com o agente, “os norte-coreanos eram guerreiros mais fanáticos do que os chineses [...] e os sul-coreanos não eram bons soldados” (CUMINGS, 2004, p. 10, tradução nossa). Bruce Cumings relata que, no documento, o agente da CIA perguntava o porquê de uma diferença tão grande, já que eles seriam oriundos do mesmo povo.

Nos surpreende que um agente da CIA não tivesse a resposta para essa pergunta. Não há dúvidas de que a doutrina Juche, que defende “a autonomia a qualquer custo” (ROZMAN, 2007, p. 27, tradução nossa), combinada com a política Songun, que coloca o exército à frente de tudo, produziria um combatente diferenciado. De acordo com O’Hanlon e Mochizuki, “a história sugere que os combatentes norte-coreanos são mais motivados, duros e leais ao seu governo do que a maioria dos soldados iraquianos de Saddam Hussein” (2003, p. 10, tradução nossa). Para os autores, o mesmo vale para os grandes chefes militares e líderes políticos norte-coreanos. “(Eles) iriam, provavelmente, lutar, mesmo que Kim Jong-il fosse atacado e decapitado”, como ocorreu com o líder iraquiano (O’HANLON; MOCHIZUKI, 2003, p. 62, tradução nossa).

Han S. Park acrescenta que a Songun prega uma devoção e um comprometimento absolutos e incondicionais do soldado da Coreia do Norte em relação ao seu comandante.

⁹²Douglas MacArthur, general comandante das tropas dos Estados Unidos na Guerra da Coreia.

“[...] a qualidade mais admirável de um soldado é o espírito de sacrifício para o bem maior, e nada é maior do que estar com o líder para defender a nação” (PARK, 2007, p. 5, tradução nossa). Aron também nos ajuda a compreender a maior disposição para o sacrifício por parte dos norte-coreanos: “Os povos habituados a um baixo nível de vida aceitam as privações mais facilmente do que os povos acostumados a um nível de vida mais elevado” (1979, p. 93).

Duas décadas mais tarde, Sharif Shuja reforçava a ideia de que as lições da história não devem ser esquecidas: “um povo desesperado, empobrecido, mas orgulhoso, colocado contra a parede, ameaçado por sanções e cortes de suprimentos de petróleo, provavelmente não irá se render” (SHUJA, 2003, p. 280, tradução nossa). Shuja tinha razão. O alerta foi feito três anos antes de a Coreia do Norte experimentar o primeiro aparato nuclear de um total de seis testados até 2020. Tal consciência parece ter faltado aos negociadores dos Estados Unidos ao longo de mais de três décadas de tentativas frustradas de alcançar um acordo com Pyongyang. Às vésperas do primeiro encontro de Donald Trump com Kim Jong-un, em 2018, a pesquisadora da história da Coreia no *Wilson Center*, Jean Lee, destacava a falta de preparo dos representantes de Washington para lidar com os integrantes da dinastia Kim.

Há um grande potencial de os americanos serem manipulados, porque a Coreia do Norte conhece esse assunto. Eles têm lidado com os americanos (há tempo), enquanto do lado dos EUA, nós temos a falta de experiência e, francamente, de compreensão de quem os norte-coreanos são, do que eles querem e de como falar com eles. (TREVISAN, 2018).

Por fim, cabe lembrar uma das frases de Kim Jong-un durante a solenidade de homenagem aos militares veteranos, em julho de 2020. “Nossa vitória na guerra nos ensina o princípio filosófico de que um povo armado com um grande espírito pode operar grandes milagres (SUPREME..., 2020, tradução nossa). Ainda que não possamos atestar práticas milagrosas, como faz a Santa Sé, não há como negar que é, no mínimo surpreendente, que, diante das assimetrias de todas as ordens entre Estados Unidos e Coreia do Norte, este pequeno país tenha conseguido desenvolver um aparato bélico nuclear e, por meio deste domínio, aplicar com relativo sucesso a estratégia de dissuasão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos permitiu concluir que o aparato bélico nuclear da Coreia do Norte tem caráter defensivo dissuasório. Entre os elementos que reforçam esta argumentação, talvez o mais contundente seja a percepção crescente de isolamento, por parte de Pyongyang, em meio a um mundo hostil. A queda do Muro de Berlim, em 1989, seguida da dissolução da União Soviética, em 1991, e da normalização das relações entre Coreia do Sul e China, em 1992, foram duros golpes ao sistema socialista defendido pela dinastia Kim. Pouco tempo depois, a atmosfera de hostilidades ganharia força, principalmente após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas e ao Pentágono.

Vários episódios contribuíram para elevar a necessidade de *self-defense*. Logo após os atentados, o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, inaugurou a doutrina do ataque preventivo. A inclusão da Coreia do Norte no que Washington chamou de “eixo do mal” e a invasão do Iraque em seguida, sem o aval das Nações Unidas e baseada em provas forjadas de que Saddam Hussein tinha armas de destruição em massa, só aumentaram a sensação de que o regime tinha que procurar sua própria defesa. O destino de Muammar Kadhafi, que acreditou na promessa de George W. Bush de melhoria das relações com os Estados Unidos caso abandonasse as aspirações nucleares, confirmou esta necessidade. Após abdicar de seu incipiente programa nuclear, o líder líbio foi morto por rebeldes, em 2011, depois que seu veículo foi bombardeado por aeronaves da OTAN.

Nossa pesquisa mostra como esses episódios influenciaram as decisões dos líderes da Coreia do Norte. Os integrantes da dinastia Kim não desejavam o mesmo destino de Saddam e Kadhafi. Kim Jong-un deixa isto claro ao afirmar que “uma poderosa capacidade de autodefesa é o pilar de existência de um Estado e a salvaguarda da paz”. A conduta de Kim Jong-il e de Kim Jong-un nos parece racional, o que afasta, portanto, a narrativa ideológica estereotipada e caricatural, divulgada pela mídia ocidental, de que eles são loucos e diabólicos. Tal racionalidade é manifestada na forma como o regime aplica a estratégia da dissuasão, alternando momentos de aproximação com hostilidades, aplicando o que Víctor Cha classificou de “barganha coercitiva”, ou seja, mantendo a atmosfera de incerteza imprescindível para que a ação dissuasória funcione. Se um dos rivais tiver certeza absoluta que o outro não atacará, a dissuasão não ocorreria. O problema da credibilidade reforça a necessidade de manter um clima belicoso, pois a enorme e mútua destruição que as armas

nucleares provocariam se fossem usadas, torna a ameaça de utilização pouco crível. Robert Jervis nos lembra, no entanto, que, justamente pelo imenso poder do armamento nuclear, a remota chance de que possa ser empregado é suficiente para deter as intenções do adversário, aspecto que nutre a estratégia norte-coreana de negociação pela dissuasão.

A inação dos Estados Unidos perante a conduta da Coreia do Norte reforça a argumentação de que a ação dissuasória de Pyongyang surtiu efeito. Diante da capacidade bélica nuclear desenvolvida pela dinastia Kim, Washington não empregou os métodos utilizados no Iraque e na Líbia, certamente porque a represália não compensaria o *first strike*. Constatamos que, apesar da enorme assimetria entre os aparatos militares, os norte-coreanos têm a possibilidade de infligir danos inaceitáveis a Washington, seja por meio de artefatos nucleares ou mesmo através de armamento convencional. A proximidade da península com o Japão, outro aliado dos Estados Unidos, reforça a capacidade de retaliação de Pyongyang. O fato de a Coreia do Norte dispor de uma rede de cerca de 1.250 quilômetros de túneis subterrâneos permite que o país reserve, em certa medida, a imprescindível *second strike capability*, ou “capacidade de revidar”. Como destacamos neste trabalho, para que a dissuasão se configure, não importa o tamanho ou mesmo a relação entre os arsenais envolvidos, mas sim a capacidade que uma parte tem de utilizar suas armas mesmo após ter sofrido o primeiro ataque.

Acreditamos ainda que a diferença entre o poderio bélico nuclear dos Estados Unidos e da Coreia do Norte reforça a argumentação de que o aparato norte-coreano tem caráter dissuasório. A postura racional dos dirigentes da Coreia do Norte desde o início das negociações não sugere que o regime considere um ataque contra os Estados Unidos ou contra a Coreia do Sul e Japão, aliados de Washington. Pyongyang sabe que a represália seria catastrófica.

O sucesso da estratégia de Pyongyang deveu-se, também, à forma como os Estados Unidos lidaram com a questão nuclear norte-coreana ao longo dos anos. O principal problema, talvez, tenha sido a falta de objetividade de Washington, provocada por intermináveis divergências internas em relação à maneira como a Coreia do Norte deveria ser tratada. A desconexão entre retórica e ação tem sido uma constante. Enquanto os norte-americanos divergiam entre “cenouras e bastões”, Pyongyang, ciente das assimetrias que guardava com relação à capacidade militar de Washington, como quem saboreia a alcachofra de Beaufre, foi desenvolvendo seu aparato bélico com armamento nuclear.

A dificuldade em lidar com interesses diversos de outros atores é outro fator que atrapalha as conversações dos Estados Unidos com a Coreia do Norte. Envolvida nas chamadas Negociações a Seis, a China tem fortes motivos para desejar que o *status quo* da Coreia do Norte não se altere de forma significativa. O colapso do regime em Pyongyang seria negativo para Pequim, não só pela provável geração de um enorme e indesejável fluxo de refugiados, mas também pelo desaparecimento de uma região que serve como “zona tampão” entre a China e tropas dos Estados Unidos baseadas na Coreia do Sul. Não à toa, Pequim, sistematicamente, burla as sanções econômicas impostas pelas Nações Unidas à Coreia do Norte. Mais de 80% das importações e exportações realizadas por Pyongyang têm a China como parceira. Por outro lado, o fortalecimento da Coreia do Norte e uma ainda improvável reunificação com a Coreia do Sul também não interessam aos chineses, pois configuraria um incremento significativo de poder a Seul, não só no aspecto territorial, mas, principalmente, na questão de defesa, pois a península como um todo passaria a dispor de domínio nuclear.

O desconhecimento do inimigo, um erro que já tinha sido cometido no Vietnã, é outro fator que pode explicar a dificuldade de Washington em negociar com a dinastia Kim. Ao sentar à mesa de negociações, provavelmente os Estados Unidos não estão levando em consideração o passado de ressentimentos dos norte-coreanos em relação a Washington por causa das atrocidades na Guerra da Coreia e o ódio que a população da Coreia do Norte nutre até hoje em relação ao Japão pelos 35 anos de repressão brutal durante o período colonial, de 1910 a 1945. Tais episódios justificaram a criação, por Kim Il-sung, da filosofia Juche, uma doutrina nacionalista que norteia a vida dos norte-coreanos ao pregar a independência e a autossuficiência nas áreas política, econômica e de defesa.

Percebemos que a Juche funciona como um forte elemento de coesão na sociedade e, conseqüentemente, de sustentação do regime. Há uma ideia de que a privação da nacionalidade destrói a dignidade de cada um. Acreditamos, portanto, que estas condições contribuem para a manutenção do poder nas mãos da dinastia Kim. Vale ressaltar que tratamos de um país que empenhou, durante décadas, mais de um quinto de seu PIB em defesa, mesmo com boa parte da população sob privações alimentares. Tais gastos com defesa merecem, no entanto, ser relativizados. Mostramos em nossa pesquisa que, por meio da política Songun, o exército está presente no cotidiano dos norte-coreanos, mesmo em situações das mais corriqueiras.

Também procuramos avaliar a autenticidade do apoio da população norte-coreana ao regime. Levando em consideração que a legitimidade desse suporte está diretamente ligada à forma como o povo percebe as ameaças externas, e observando a maneira como a dinastia restringe o acesso e controla as informações, nos parece que, apesar de autêntico e legítimo, o apoio que a população norte-coreana dá ao programa nuclear e à dinastia Kim é resultado de ações deliberadas do governo. No entanto, o número significativo de norte-coreanos que fogem anualmente para a China revela que o suporte não é unânime.

Sobre as conversações envolvendo Coreia do Norte e Estados Unidos, **concluimos que o aparato bélico nuclear desenvolvido pela dinastia Kim tem servido como passaporte para que os líderes norte-coreanos possam sentar-se à mesa de negociações.** A diferença de tratamento que Washington dá a Pyongyang é enorme em relação ao que ocorreu com o Iraque. Quando bombardearam e ocuparam o país em 2003, sem o aval das Nações Unidas, os Estados Unidos sabiam que Saddam Hussein não dispunha de armas de destruição em massa, já que os próprios norte-americanos haviam forjado provas na tentativa de convencer a ONU. Não há dúvidas, portanto, que a posse de armamento nuclear por parte da Coreia do Norte impactou a sensibilidade da Casa Branca.

Parece-nos, no entanto, que a avaliação que Washington fez da situação, ao longo das últimas décadas, careceu de um aspecto importantíssimo já destacado, que é o conhecimento do inimigo, a empatia lembrada por Robert McNamara em “Sob a névoa da Guerra”, o colocar-se no lugar do outro. Ao insistir por tanto tempo na fórmula CVID, uma desnuclearização completa, verificável e irreversível, como condição fundamental para o avanço das negociações, os Estados Unidos demonstraram ignorar a importância que, não só os líderes, mas boa parte da população da Coreia do Norte dá à manutenção do domínio bélico nuclear. Ao destacar que suas armas nucleares são “a alma da nação” e algo que não se troca “por nada”, a Coreia do Norte indica ser baixa a probabilidade de o país se desfazer de seu aparato, como insistem os Estados Unidos. Quando falam em desnuclearização, os norte-coreanos embutem a esperança de uma contrapartida nos mesmos moldes por parte dos Estados Unidos, o que nos parece impossível. Acreditamos que a dinastia Kim considera seu aparato nuclear a condição *sine qua non* da sobrevivência do Estado e instrumento de barganha imprescindível para a suspensão de sanções por parte dos Estados Unidos e a consequente melhoria das condições econômicas e sociais do país.

Nossa pesquisa indica que uma parcela do *establishment* dos Estados Unidos já tem essa percepção de que a desnuclearização da Coreia do Norte é uma meta difícil de ser alcançada. Acreditamos que, diante desta realidade, os objetivos principais de Washington, agora, sejam outros: primeiro, evitar que Pyongyang desenvolva ainda mais seu programa de mísseis balísticos, o que permitiria atingir os Estados Unidos com uma ogiva nuclear, hipótese ainda sob controvérsias. E em segundo lugar, não menos importante, impedir que a Coreia do Norte transfira tecnologia ou mesmo artefatos nucleares para outros Estados ou grupos rebeldes e terroristas.

Mostramos, também, que o aparato bélico nuclear da Coreia do Norte tem servido como instrumento de barganha para que Pyongyang negocie melhores condições de vida para sua população. Mais rico e desenvolvido do que a parte sul da península até o período anterior à Guerra da Coreia, o Norte viu sua situação econômica e social se deteriorar com o passar do tempo, principalmente a partir da década de 1990, não só pela dissolução da União Soviética, mas também pelas grandes enchentes, seguidas de seca, que arrasaram as plantações, agravaram ainda mais o desabastecimento de alimentos e mataram entre 500 mil e 2,5 milhões de pessoas. A ajuda dada pelos Estados Unidos à Coreia do Sul acentuou ainda mais a distância entre Pyongyang e Seul, fazendo com que o PIB da Coreia do Sul seja 40 a 45 vezes superior ao da Coreia do Norte.

Por fim, achamos que o emprego da dissuasão nuclear para fins de negociação e de sobrevivência do regime socialista por parte da dinastia Kim tem obtido relativo sucesso. A falta de informações precisas sobre o real estado da economia norte-coreana dificulta uma avaliação exata da situação, mas o surpreendente choro e o pedido de desculpas à população por parte de Kim Jong-un, em outubro de 2020, revelam que as dificuldades enfrentadas pelo país eram maiores do que as usuais. Tudo indica que o fechamento da fronteira com a China, provocado pela pandemia do novo coronavírus, e a conseqüente queda acentuada do comércio bilateral com sua principal parceira, atingiram em cheio a já combalida economia norte-coreana.

Ainda que os objetivos econômicos e sociais não tenham sido atingidos de forma plena, chama a atenção o fato de que um pequeno e pobre país asiático seja capaz de aplicar o que Patrick Morgan chamou de “diplomacia coercitiva” em relação à maior potência mundial. De posse de 30 a 40 ogivas nucleares, a Coreia do Norte é, sem dúvida, na definição de Raymond Aron, uma potência defensiva. Pyongyang tem pouca capacidade de impor sua

vontade às outras unidades políticas, mas se mostra totalmente capaz de “resistir à imposição da vontade alheia”, salvaguardar sua autonomia e manter “um modo de vida próprio”.

REFERÊNCIAS

- AHRENS, J. M. Trump responde ao líder da Coreia do Norte: “meu botão nuclear é muito maior e poderoso”. **El País**, Washington, 3 jan. 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/03/internacional/1514950537_580407.html. Acesso em: 19 out. 2020.
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979.
- BANK of Korea estimate of North Korean economy in 2015 published. **North Korean Economy Watch**, South Korea, 15 Dec.. 2016. Disponível em: <http://www.nkeconwatch.com/2016/07/22/bank-fo-korea-estimate-of-north-korean-economy-in-2015-published/>. Acesso em: 28 nov. 2020.
- BARRUCHO, Luis. O que o Brasil compra – e o que vende – da isolada Coreia do Norte. **BBC News Brasil**, Londres, 7 jul. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40496404>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- BATTISTELLA, Dario. **Teorias das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Senac, 2014.
- BEAUFRE, André. **Disuasión y Estrategia**. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1980.
- BEAUFRE, André. **Introducción a la estratégia**. Caracas: Editorial Rioplatense, 2002.
- BOURBEAU, Philippe. Migration, Exceptionalist Security Discourses, and Practices. In: BOURBEAU, Philippe (ed.). **Handbook on Migration and Security**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2017.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa – Estratégia Nacional de Defesa**. [Brasília, DF: Ministério da Defesa, 22 jul. 2020] Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_nacional_22_07_2020.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. Divisão de Inteligência Comercial. **Brasil – Coreia do Norte – Balança Comercial**. [S. l.], jan. 2017. Disponível em: <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/IndicadoresEconomicos/web/pdf/INDCoreiaDoNorte.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2020.
- BRICE, Makini; OSBORN, Andrew. Trump renova críticas a líder norte-coreano, enquanto Rússia acusa EUA de provocação. **UOL**, Washington/Moscú, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2017/11/30/trump-renova-criticas-a-lider-norte-coreano-enquanto-russia-acusa-eua-de-provocacao.htm>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- BRODIE, Bernard. **The Absolute Weapon: Atomic Power and World Order**. New York: Harcourt Brace, 1946.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. (Coleção Paz, Defesa e Segurança Internacional).

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BYMAN, Daniel; LIND, Jennifer. Pyongyang's Survival Strategy – Tools of Authoritarian Control in North Korea. **International Security**, Cambridge, v. 35, p. 44-74, Summer 2010.

CAMPOS, Ana Cristina. IBGE: insegurança alimentar grave atinge 10,3 milhões de brasileiros. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 17 set. 2020. Geral. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/ibge-inseguranca-alimentar-grave-atinge-103-milhoes-de-brasileiros>. Acesso em: 6 jan. 2021.

CIENTISTA nuclear acusa Musharraf. **Tribuna do Paraná**, [s.l.], 4 jul. 2008. Mundo. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/mundo/cientista-nuclear-acusa-musharraf/>. Acesso em: 27 ago. 2020.

CHA, Victor D.. Korea's Place in the Axis. **Foreign Affairs**, New York, v. 81, n. 3, p. 79-92. May/June 2002.

CHA, Victor D.. North Korea's Weapons of Mass Destruction: Badges, Shields, or Swords? **Political Science Quarterly**, New York, v. 117, p. 209-230, Summer 2002.

CHA, Victor D.. What Do They Really Want?: Obama's North Korea Conundrum. **The Washington Quarterly**, Washington DC, v. 32, n. 4, p. 119-138, Sept. 2009.

CHUN, Chaesung. Why is there no non-Western International Relations theory? Reflections on and from Korea. In: ACHARY, Amitav; BUZAN, Barry. (Ed.) **Non-Western International Relations theory: perspectives on and beyond Asia**. Oxfordshire: Routledge, 2010. p.69-91.

COM CHAMPANHE, líderes coreanos assinam cessar-fogo. **G1**, São Paulo, 4 out. 2007. Mundo. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL144375-5602,00-COM+CHAMPANHE+LIDERES+COREANOS+ASSINAM+CESSARFOGO.html>. Acesso em: 8 jan. 2021.

COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS. **10 países mais censurados**. 10 set. 2019. Disponível em: <https://cpj.org/pt/2019/09/10-paises-mais-censurados/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

COMO lidar com um rei-deus júnior. **O Estado de S. Paulo**, [s.l.], 5 jul. 2017. Internacional. The Economist. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,como-lidar-com-um-rei-deus-junior,70001877113>. Acesso em: 19 out. 2020.

CONTINI, Alaerte Antonio Martelli; LEBRE, Eduardo Antonio Temponi; PERGHER, Heitor. A repercussão da iniciativa de segurança contra a proliferação de armas de destruição em massa no Direito Internacional Marítimo. **Revista Âmbito Jurídico**, [São Paulo], 1 jan. 2013.

Disponível em:

<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-108/a-repercussao-da-iniciativa-de-seguranca-contra-a-proliferao-de-armas-de-destruicao-em-massa-no-direito-internacional-maritimo/>.

Acesso em: 23 out. 2020.

COREIA do Norte anuncia desabamento de prédio em Pyongyang. **Exame**, [s.l.], 18 maio 2014. Mundo. Disponível em:

<https://exame.com/mundo/coreia-do-norte-anuncia-desabamento-de-predio-em-pyongyang/>.

Acesso em: 4 dez. 2020.

COREIA do Norte anuncia fim de acordos com Seul. **BBC News Brasil**, [s.l.], 30 jan. 2009.

Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/01/090129_coreiadanorteseul_tc2. Acesso

em: 22 nov. 2020.

COREIA do Norte anuncia teste nuclear ‘bem sucedido’ com bomba de hidrogênio. **G1**, [s.l.], 3 de setembro de 2017. Mundo. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/coreia-do-norte-anuncia-teste-bem-sucedido-com-bomba-de-hidrogenio.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2020.

COREIA do Norte: Constituição proclama status nuclear. **O Estado de S. Paulo**, [s.l.], 31 maio 2012. Internacional. Disponível em:

<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,coreia-do-norte-constituicao-proclama-status-nuclear,880384>. Acesso em: 20 out. 2020.

COREIA do Norte faz teste nuclear: país tem capacidade de lançar ataque? **BBC News Brasil**, [s.l.], 9 set. 2016. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37316677>. Acesso em: 31 ago. 2020.

COREIA do Norte lança mísseis balísticos. **Veja**, [s.l.], 21 mar. 2020. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/mundo/coreia-do-norte-lanca-misseis-balisticos/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

COREIA do Sul e EUA se comprometem a defender a paz, 70 anos após Guerra da Coreia.

Isto É Dinheiro, [s.l.], 25 jun. 2020. Disponível em:

<https://www.istoedinheiro.com.br/coreia-do-sul-e-eua-se-comprometem-a-defender-a-paz-70-anos-apos-guerra-da-coreia/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

COREIAS entram em acordo por candidatura conjunta para Olimpíada de 2032. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 2018. Esporte. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2018/09/coreias-entram-em-acordo-por-candidatura-conjunta-para-olimpiada-de-2032.shtml?origin=uol>. Acesso em: 22 nov. 2020.

CRAW, Victoria. North Korea spends whopping 22 per cent of GDP on military despite blackouts and starving population. **News.com.au**, Sydney, 27 Apr. 2017. Asia. Disponível em: <https://www.news.com.au/world/asia/north-korea-spends-whopping-22-per-cent-of-gdp-on-military-despite-blackouts-and-starving-population/news-story/c09c12d43700f28d389997ee733286d2#:~:text=North%20Korea%20spends%20whopping%2022,despite%20blackouts%20and%20starving%20population&text=NORTH%20KOREA%20spends%20more%20than,a%20lack%20of%20adequate%20food>. Acesso em: 30 jun. 2019.

CRESCIMENTO econômico na Coreia do Norte em 2016 bate recorde de 17 anos apesar de sanções. **G1**, [s.l.], 21 jul. 2017. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/crescimento-economico-na-coreia-do-norte-em-2016-bate-recorde-de-17-anos-apesar-de-sancoes.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2020.

CRIADOR do programa nuclear paquistanês ajudou a Coreia. **G1**, Islamabad, 9 out. 2006. Mundo. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1304618-5602,00-CRIADOR+DO+PROGRAMA+NUCLEAR+PAQUISTANES+AJUDOU+A+COREIA.html>. Acesso em: 27 ago. 2020.

CUMINGS, Bruce. **North Korea: another country**. New York: The New Press, 2004.

DEMICK, Barbara. **Nada a invejar: vidas comuns na Coreia do Norte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DENYER, Simon; KIM, Min Joo. North Korea's Kim vents fury as pressure mounts over virus and economy, South says. **The Washington Post**, Tokyo, 27 Nov. 2020. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/coronavirus-north-korea-executions-kim/2020/11/27/0156d35e-3063-11eb-9dd6-2d0179981719_story.html. Acesso em: 5 dez. 2020.

DIAS, Otávio. 50 anos do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. [São Paulo], 6 mar. 2018 In: FUNDAÇÃO FHC. Iniciativas. **Debates**. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/iniciativas/debates/50-anos-do-tratado-de-nao-proliferao-de-arma-s-nucleares>. Acesso em: 5 jan. 2021.

DONALD Trump diz que ele e Kim Jong-un estão “apaixonados”. **O Globo**, [s.l.], 30 set. 2018. Mundo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/donald-trump-diz-que-ele-kim-jong-un-estao-apaixonados-23114422>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DONALD Trump e Kim Jong-un assinam acordo histórico. **Deutsche Welle**, [s.l.], 12 jun. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/donald-trump-e-kim-jong-un-assinam-acordo-hist%C3%B3rico/a-44168433>. Acesso em: 22 nov. 2020.

DPRK'S Nuclear Deterrent Guarantees Peace: Rodong Sinmun. **KCNA**, [s.l.], 11 Jan. 2018. Disponível em: <http://www.kcna.kp/kcna.user.article.retrieveNewsViewInfoList.kcmsf#this>. Acesso em: 5 abr. 2021.

EBERSTADT, Nicholas. Towards a Peaceful Resolution with North Korea: crafting a New International Engagement Framework. 12 Feb. 2004. In: **AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE**. Disponível em: <https://www.aei.org/research-products/speech/towards-a-peaceful-resolution-with-north-korea/>. Acesso em: 03 mar. 2021.

ECONOMIA da Coreia do Norte encolhe 4,1% e tem pior queda em 21 anos. **Folha de S. Paulo**, Seul, 26 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/07/economia-da-coreia-do-norte-encolhe-41-e-tem-pior-queda-em-21-anos.shtml?origin=uol>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ESTRATÉGIA de Biden para a Coreia do Norte deve focar em coalizão internacional. **Gazeta do Povo**, [s.l.], 27 out. 2020. Mundo. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/estrategia-de-biden-para-a-coreia-do-norte-deve-focar-em-coalizao-internacional/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

EUA e Coreia do Sul encerram principais exercícios militares conjuntos. **G1**, [s.l.], 2 mar. 2019. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/02/eua-e-coreia-do-sul-encerram-principais-exercicios-militares-conjuntos.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2020.

FÉRON, Henri. O boom da construção em Pyongyang: a Coreia do Norte está superando as sanções? **Opera**, [s.l.], 23 jan. 2020. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2020/01/23/o-boom-da-construcao-em-pyongyang-a-coreia-do-norte-esta-superando-as-sancoes/>. Acesso em: 4 dez. 2020.

FRANK, Rüdiger. Socialist neoconservatism and North Korean Foreign Policy. In: PARK, KYUNG-AE. **New challenges of North Korean foreign policy**. New York: Palgrave Macmilian, 2010. p. 3-41.

GABRIEL, Ruan de Sousa. A origem da bomba. **Época**, [s.l.], 11 set. 2017.

GALEOTTI, Mark. Trump wants America to stop being the world's policeman – and start being its rente-a-cop. **Vox**, [s.l.], 25 July. 2016. Disponível em: <https://www.vox.com/2016/7/25/12273020/trump-russia-nato-putin>. Acesso em: 17 nov. 2020.

GEIGER, Luana Margarete. **A Política Nuclear Norte-Coreana: Dissuasão, Nacionalismo e Relações Regionais**. Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira. 2018. 45 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180927/001072642.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jul. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GLOBAL FIRE POWER. **2020 Military Strength Ranking**. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>. Acesso em: 11 ago. 2020.

GUERRA do Iraque, uma invenção Americana. **Terra**, [s.l.], 9 abr. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/guerra-do-iraque-uma-invencao-americana,02a2b399c0311a8ca0edb75fc0725c93a739jh06.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HARRIS, Mark Edward. **Inside North Korea**. San Francisco: Chronicle Books LLC, 2007.

HARRISON, Selig S.. **Korean Endgame: a strategy for reunification and U.S. disengagement**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

HATHAWAY, Robert. Supping with the Devil. **World Policy Journal**, New York, p. 85, Winter 2003/2004.

HECKER, Siegfried S. What I found in North Korea. **Foreign Affairs**, New York, 9 Dec. 2010. Disponível em:
<https://www.foreignaffairs.com/articles/northeast-asia/2010-12-09/what-i-found-north-korea>.
 Acesso em: 3 nov.2020.

HOBBSAWN, Eric J.. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HUSENICOVA, Lucia. U. S. Foreign Policy Towards North Korea. **International Studies**, Poland, v. 22, n. 1, p. 65-84, 2018. Disponível em:
<https://czasopisma.uni.lodz.pl/international/article/view/4035/3493>. Acesso em: 18 ago. 2020.

JEONG, Andrew. Kim Jong Un's family tree: what you need to know about North Korea's dynasty. **The Wall Street Journal**, [s.l.], 5 Feb 2021. Disponível em:
<https://www.wsj.com/articles/north-korea-kim-jong-un-family-succession-11612436917>.
 Acesso em: 7 fev 2021.

JERVIS, Robert. **The Meaning of the Nuclear Revolution: Statecraft and the Prospect of Armageddon**. New York: Cornell University Press, 1989.

JERVIS, Robert. The Nuclear Revolution and the Common Defense. **Political Science Quarterly**, New York, v. 101, n. 5, p. 689-703, 1986. Disponível em:
<https://www.jstor.org/stable/2150972?seq=1>. Acesso em: 16 dez. 2020.

JESUS, José Manuel Duarte de. **Coreia do Norte: a última dinastia Kim**. Lisboa: Edições 70, 2018.

JOINT declaration signed by supreme leader Kim Jong Un and president Moon Jae In. **KCNA**, [s.l.], 20 Sept. 2018. Disponível em:
<http://www.kcna.kp/kcna.user.article.retrieveNewsViewInfoList.kcmsf#this>. Acesso em: 28 nov.2020.

JOO, Seung-Ho; KWAK, Tae-Hwan. **North Korea's second nuclear crisis and Northeast Asian security**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

KIM Jong-un diz que os EUA são o 'maior inimigo' da Coreia do Norte. **G1**, 8 jan. 2021. Mundo. Disponível em:
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/08/kim-jong-un-diz-que-os-eua-sao-o-maior-inimigo-da-coreia-do-norte.ghtml>. Acesso em: 7 fev. 2021.

KIM Jong-un's 2019 New Year Address. **The National Committee of North Korea**, Washington, 1 Jan. 2019. Disponível em:
https://www.ncnk.org/resources/publications/kimjongun_2019_newyearaddress.pdf/file_view.
 Acesso em: 22 nov. 2020.

KIM Jong-won: Trump coloca o espetáculo em primeiro lugar. **O Estado de S. Paulo**, 18 jun. 2018. Internacional. Disponível em:

<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,the-economist-kim-jong-un,70002353753>. Acesso em: 7 fev. 2021.

KWAK, Tae-Hwan. North Korea's Second Nuclear Crisis and the Six-Party Talks. In: JOO, Seung-Ho; KWAK, Tae-Hwan. **North Korea's second nuclear crisis and Northeast Asian security**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. [S.l.]: Ed. Ridendo Castigat Mores; E-books Brasil, jun. 2000. *E-book*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

MARTIN, Curtis H.. U.S. Policy Toward North Korea Under George W. Bush: A Critical Appraisal. In: JOO, Seung-Ho; KWAK, Tae-Hwan. **North Korea's Second Nuclear Crisis and Northeast Asian Security**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

McCURRY, Justin. Donald Trump invites Kim Jong-un to US after entering North Korea. **The Guardian**, [s.l.], 30 June 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2019/jun/30/trump-to-travel-to-demilitarised-zone-for-possible-meeting-with-kim-jong-un>. Acesso em: 23 set. 2020.

McCURRY, Justin. Kim Jong-un sheds tears as he delivers rare apology to North Korea over failings. **The Guardian**, [s.l.], 12 Oct. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/oct/12/kim-jong-un-sheds-tears-as-he-delivers-rare-apology-to-north-korea-over-failings>. Acesso em: 6 dez. 2020.

MEARSHEIMER, John J.. **The tragedy of great power politics**. New York: Norton & Company, 2001.

MILLARD, Andrew S.. North Korea's 2018 Foreign Policy U-turn: Using Levels of Analysis to Understand Kim Jong-un's Rationale. **The Korean Journal of International Studies**, Seoul, v. 18, n. 1, p. 59-86, Apr. 2020.

MOON assume presidência da Coreia do Sul. **Estado de Minas**, 10 maio 2017. Internacional. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2017/05/10/interna_internacional,867894/moon-assume-presidencia-da-coreia-do-sul.shtml. Acesso em: 22 nov. 2020.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Centro de Imprensa. **Pessoas na Coreia do Norte estão presas em círculo vicioso de privação, corrupção e repressão, diz ONU**. [S. l.], 31 maio 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83283-pessoas-na-coreia-do-norte-estao-presas-em-circulo-vicioso-de-privacao-corrupcao-e-repressao/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

NORTH Korea GDP. **Trading Economics**. [2020]. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/north-korea/gdp>. Acesso em: 2 set. 2020.

NORTH Korea's economy grew for first time in three years: South Korea. **Reuters**, Seoul, 31 July 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-northkorea-economy-gdp-idUSKCN24W0CC>. Acesso em:

28 nov. 2020.

O DOLOROSO tema dos sequestros de japoneses pela Coreia do Norte. **G1**, 19 abr. 2018. Mundo. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/o-doloroso-tema-dos-sequestros-de-japoneses-pela-coreia-do-norte.ghtml>. Acesso em: 1 nov. 2020.

O QUE destinos tristes de Hussein e Kadhafi têm a ver com programa nuclear de Pyongyang? **Sputnik**, [S. l.], 22 set. 2017. Disponível em:

<https://br.sputniknews.com/mundo/201709229410676-destino-hussein-kadhafi-programa-nuclear-pyongyang/>. Acesso em: 24 nov. 2020.

O QUE se sabe sobre o Hwasong-15, o “mais poderoso” míssil lançado pela Coreia do Norte. **BBC News Brasil**, [S. l.], 29 nov. 2017. Internacional. Disponível em

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42165928>. Acesso em: 1 set. 2020.

O’HANLON, Michael; MOCHIZUKI, Mike. **Crisis on the Korean Peninsula: How to deal with a nuclear North Korea**. New York: Brookings Institution, 2003.

O’NEIL, Andrew. **Nuclear proliferation in northeast Asia**. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

OLSEN, Edward A.. The Bush Administration and North Korea’s Nuclear Policy. In: JOO, Seung-Ho; KWAK, Tae-Hwan. **North Korea’s Second Nuclear Crisis and Northeast Asian Security**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2007.

PANDA, Ankit. Por que Kim Jong-un decidiu agora suspender os testes nucleares da Coreia do Norte? **BBC News Brasil**, [S. l.], 21 abr. 2018. Internacional. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43850996>. Acesso em: 28 nov. 2020.

PARK, H. S. Military-First Politics (Songun): Understanding Kim Jong-il’s North Korea. **Academic Paper Series**, United States, v.2, n. 7, Sept. 2007. Disponível em: keia.org/sites/default/files/publications/hanpark.pdf. Acesso em: 8 jun. 2020.

PARK, John S.. Nuclear Ambition and Tension on the Korean Peninsula. In: TELLIS, Ashley J.; DENMARK, Abraham M.; TANNER, Travis. **Asia in the second nuclear age**. Seattle: The National Bureau of Asian Research, 2013.

PEACE is Guaranteed by DPRK’s Nuclear Deterrent: Rodong Sinmun. **KCNA**, [s.l.], 21 Oct. 2017. Disponível em:

<http://www.kcna.kp/kcna.user.article.retrieveNewsViewInfoList.kcmsf#this>. Acesso em: 5 abr. 2021.

PEREIRA, Analúcia; VISENTINI, Paulo Fagundes. A discreta transição da Coreia do Norte: diplomacia de risco e modernização sem reforma. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 57, n. 2, p. 176-195, 2014. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000200176&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 28 nov. 2020.

PONS, Philippe. A racionalidade de Pyongyang. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 31 jul. 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-racionalidade-de-pyongyang/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

POTÊNCIA de teste nuclear norte-coreano foi muito superior ao estimado, segundo Japão. **G1**, 5 set. 2017. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/potencia-de-teste-nuclear-norte-coreano-foi-superior-ao-estimado-segundo-japao.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2020.

POWELL, Robert. **Nuclear deterrence theory: the search for credibility**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa 2020**. [S. l., 2020]. Disponível em: <https://rsf.org/pt/classificacao%20>. Acesso em: 19 jan. 2021.

RICHELSON, Jeffrey T.. **Spying on the Bomb: American nuclear intelligence from Nazi Germany to Iran and North Korea**. New York: W. W. Norton & Company., 2007.

RYAN, Maria. Why the US's 1994 deal with North Korea failed – and what Trump can learn from it. **The Conversation**, [s.l.], 19 July 2017. Disponível em: <https://theconversation.com/why-the-uss-1994-deal-with-north-korea-failed-and-what-trump-can-learn-from-it-80578>. Acesso em: 18 out. 2020.

ROZMAN, Gilbert. **Strategic Thinking about the Korean Nuclear Crisis: Four Parties Caught between North Korea and the United States**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.

RUBIO, Lucas. NPC 19.12.18 [entrevista]. Rio de Janeiro, 19 dez. 2018. Entrevistador: Moysés Corrêa. In: YOUTUBE. **TV Comunitária do Rio de Janeiro**. Vídeo (ca. 29 min). Entrevista concedida ao Programa Núcleo de Política e Cidadania, publicada em 24 dez. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WGWzPCY06Hg>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Amenaza: concepto, clasificación y proceso de securitización. In: Saint-Pierre, Héctor; Salvador Raza; Arturo Fuenzalida; Lester Cabrera; Katalina Barreiro; Lucia Dammert & Sebastián Briones; Galo Cruz (Org.), Maria Dolores Ordóñez. **Amenazas Globales, consecuencias locales: retos para la inteligencia estratégica actual**. Quito: Universidad de Las Fuerzas Armadas – ESPE, 2018. v.3, p. 7-31.

SANT'ANNA, Lourival. Por dentro do reino dos Kim. **Veja**, Pyongyang, 20 jun. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/por-dentro-do-reino-dos-kim/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

SCHWARZ, Jon. Coreia do Norte aprendeu com Líbia a nunca entregar suas armas nucleares, diz chefe de inteligência. **The Intercept Brasil**, [s.l.], 31 jul. 2017. Disponível em:

<https://theintercept.com/2017/07/31/coreia-do-norte-aprendeu-com-libia-a-nunca-entregar-suas-armas-nucleares-diz-chefe-de-inteligencia/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SEPTEMBER Pyongyang joint declaration made. **KCNA Watch**, [s.l.], 20 Sept. 2018.

Disponível em:

<https://kcnawatch.org/newstream/1537436716-308133723/september-pyongyang-joint-declaration-made/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SHUJA, Sharif. North Korea and the nuclear threat. **Contemporary Review**, [London], v. 282, n. 1648, p. 274-280, May 2003. Disponível em:

<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=df02dcda-e84b-4d65-bb63-c519f3166a59%40pdc-v-sessmgr05>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SILBERSTEIN, Benjamin Katzeff. North Korea's economic growth – from Pyongyang's perspective. **North Korean Economy Watch**, [s.l.], 15 Oct. 2018. Disponível em:

<http://www.nkeconwatch.com/category/statistics/gdp-statistics/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

SOB a névoa da Guerra; Direção de Errol Morris. Produção de Errol Morris, Michael Williams e Julie Ahlberg. Estados Unidos: Sony Pictures, 2003. (95 minutos). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dSxx1V3ue_c. Acesso em: 9 jan. 2021.

SODUPE, Kepa. La teoría de la disuasión: un análisis de las debilidades del paradigma estatocéntrico. **Revista CIDOB d'afers Internacionals**, [Barcelona], v. 22, p. 53-79, 1991.

Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/RevistaCIDOB/article/view/27870/57242>. Acesso em: 4 ago. 2020.

SIPRI. **Nuclear weapon modernization continues but the outlook for arms control is bleak**: New SIPRI Yearbook out now. Solna (Sweden), 2020. Disponível em:

<https://www.sipri.org/media/press-release/2020/nuclear-weapon-modernization-continues-outlook-arms-control-bleak-new-sipri-yearbook-out-now>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SIPRI. **SIPRI Yearbook 2020 – Armaments, Disarmament and International Security - Summary**. Solna (Sweden), 2020. Disponível em:

https://www.sipri.org/sites/default/files/2020-06/yb20_summary_en_v2.pdf. Acesso em: 11 ago. 2020.

SIPRI. **SIPRI Yearbook 2020 – Armaments, Disarmament and International Security – World Nuclear Forces**. Solna (Sweden), 2020. Disponível em:

<https://www.sipri.org/sites/default/files/YB20%2010%20WNF.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SNYDER, Glenn H. **Deterrence and Defense: Toward a Theory of National Security**. Princeton: Princeton University Press, 1961.

SNYDER, Scott. North Korea's Nuclear Program: The Role of Incentives in Preventing Deadly Conflict. In: CORTRIGHT, David. **The Price of Peace: Incentives and International Conflict Prevention**. New York: Carnegie Corporation, 1997. p. 55-81.

SUPREME Leader Kim Jong Un Makes Speech at Sixty National Conference of War Veterans. **KCNA**, [s.l.], 28 July 2020. Disponível em:

<http://www.kcna.kp/kcna.user.article.retrieveNewsViewInfoList.kcmsf>. Acesso em: 13 ago.

2020.

SUPREME Leader Kim Jong Un, President Trump Hold Second-day Talks. **KCNA**, [s.l.], 1 Mar. 2019. Disponível em:

<http://www.kcna.kp/kcna.user.article.retrieveNewsViewInfoList.kcmsf#this>. Acesso em: 23 nov. 2020.

THE ACRONYM INSTITUTE FOR DISARMAMENT DIPLOMACY. Dismarmament Documentation. **North Korea Nuclear Crisis: Selected Statements, October 25-27**. 25-27 Oct. 2002. Disponível em: <http://www.acronym.org.uk/old/archive/docs/0210/doc12.htm>. Acesso em: 11 jan. 2020.

THE NATIONAL COMMITTEE OF NORTH KOREA. **Kim Jong Un's 2019 New Year Address**, [s.l.], 1 jan. 2019. Disponível em

https://www.ncnk.org/resources/publications/kimjongun_2019_newyearaddress.pdf/file_view. Acesso em: 20 out. 2020.

THREATS and responses; North Korea's response. **The New York Times**, [New York], 26 Oct. 2002. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2002/10/26/world/threats-and-responses-north-korea-s-response.html>. Acesso em: 8 set. 2020.

TOWN, Jenny; WIT, Joel s.. It's not a Hermit Kingdom, and 4 Other Myths About North Korea. **The Atlantic**, [s.l.], 29 Mar. 2013. Disponível em:

<https://www.theatlantic.com/international/archive/2013/03/its-not-a-hermit-kingdom-and-4-other-myths-about-north-korea/274488/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

TRAITOR Jang Song Thaek executed. **KCNA**, Pyongyang, 13 Dec. 2013. Disponível em:

https://www.ncnk.org/sites/default/files/content/resources/publications/Jang_Execution_State%20ment.pdf. Acesso em: 7 fev. 2021.

TREVISAN, Cláudia. 'Coreia do Norte quer eliminar a do Sul, sua maior rival'. **O Estado de S. Paulo**, Pequim, 10 set. 2017. Internacional. Disponível em:

<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,coreia-do-norte-quer-eliminar-a-do-sul-sua-maior-rival,70001980582>. Acesso em: 26 jan. 2021.

TREVISAN, Claudia. Coreias prometem firmar paz este ano e desnuclearizar a região, sem dizer como. **O Estado de S. Paulo**, Washington, 28 abr. 2018. Internacional. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/04/28/interna_internacional,954981/coreias-prometem-firmar-paz-este-ano-e-desnuclearizar-regiao-sem-dize.shtml. Acesso em: 7 fev. 2021.

TREVISAN, Cláudia. O ceticismo de quem fugiu da ditadura. Dissidentes norte-coreanos duvidam que Kim Jong-un abra mão de arsenal nuclear. **O Estado de S. Paulo**, Washington, 29 abr. 2018. Internacional. Disponível em

<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,o-ceticismo-de-quem-fugiu-da-ditadura-norte-coreana,70002288129>. Acesso em: 31 jul. 2020.

TRIBUNAL condena à morte ex-presidente paquistanês Pervez Musharraf. **G1**, [s.l.], 17 dez. 2019. Mundo. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/17/tribunal-condena-a-morte-ex-presidente-paquistanes-pervez-musharraf.ghtml>. Acesso em: 27 ago. 2020.

TRUMP cruza a fronteira e se torna primeiro presidente dos EUA a entrar na Coreia do Norte. **G1**, [S.l.], 30 jun. 2019. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/30/trump-e-kim-jong-un-se-encontram-pela-3a-vez.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2020.

TRUMP e Kim Jong-un não alcançam acordo em cúpula. **Deutsche Welle**, [s.l.], 28 fev. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/trump-e-kim-jong-un-n%C3%A3o-alcan%C3%A7am-acordo-em-c%C3%BApula/a-47721349>. Acesso em: 22 nov. 2020.

TRUMP declara Coreia do Norte patrocinadora do terrorismo. **Deutsche Welle**, [s.l.], 20 nov. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/trump-declara-coreia-do-norte-patrocinadora-do-terrorismo/a-41459319>. Acesso em: 1 nov. 2020.

TRUMP, Donald J.. Washington, 2 Jan. 2017. **Twitter**: @realDonaldTrump. Disponível em: <https://twitter.com/realdonaldtrump/status/816057920223846400>. Acesso em: 17 nov. 2020.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Brasília: Editora da UnB, 1982. (Coleção Clássicos IPRI).

TZU, Sun. **A arte da Guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

UNCTAD. **World Economic Situation Prospects**. New York, 2020. Disponível em: https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wesp2020_en.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

UNDER the sun. Direção de Vitaly Mansky. Produção de Natalia Manskaya, Simone Baumann, Filip Remunda. Rússia: Deckert Distribution Icarus Films (EUA), 2015. (90 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zjL6pD7bvVQ>. Acesso em: 29 jul. 2020.

UNITED NATIONS. Office for Disarmament Affairs. **Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)**. [2021]. Disponível em: <https://www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/npt/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

WALTZ, Kenneth N.. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

WALTZ, Kenneth N.. **Man, The State and War: a Theoretical Analysis**. London; New York: Columbia University Press, 1959.

WALTZ, Kenneth N.. Nuclear Myths and Political Realities. **The American Political Science Review**, [Washington, DC], v. 84, n. 3, p. 731-745, Sept. 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1962764?seq=1>. Acesso em: 30 dez. 2020.

WERTZ, Daniel. The U.S., North Korea, and Nuclear Diplomacy. **The National Committee on North Korea**, [Washington, DC], Oct. 2018. Disponível em: <https://www.ncnk.org/resources/briefing-papers/all-briefing-papers/history-u.s.-dprk-relations>.

Acesso em: 14 out. 2020.

WINTERS, Raven. Preventing repeat offenders: North Korea's withdrawal and the need for revisions to the nuclear non-proliferation treaty. **Vanderbilt Journal of Transnational Law**, [Nashville, TN], v. 38, n. 5, Nov. 2005.

ZAKARIA, Fareed. Let them eat carrots. **Newsweek**. [s.l.], 22 Oct. 2006. Disponível em: <https://www.newsweek.com/let-them-eat-carrots-111905>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ZAKARIA, Fareed. Os objetivos de Kim. **O Estado de S. Paulo**, Washington, 18 Sept. 2017. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,os-objetivos-de-kim,70002005214>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ZAKARIA, Fareed. We think North Korea is crazy. What if we're wrong? **The Washington Post**, Washington, 6 July 2017. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/global-opinions/we-think-north-korea-is-crazy-what-if-were-wrong/2017/07/06/d13044b0-6286-11e7-a4f7-af34fc1d9d39_story.html. Acesso em: 13 jan. 2021.